

Universidade Federal de Minas Gerais
Instituto de Geociências
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Severina Sarah Lisboa

DA MIGRAÇÃO À NÃO-MIGRAÇÃO:
O EXEMPLO DE PEQUENAS CIDADES DA ZONA DA MATA MINEIRA

Dissertação de Mestrado

Belo Horizonte - Minas Gerais
FEVEREIRO - 2008

Severina Sarah Lisboa

DA MIGRAÇÃO À NÃO-MIGRAÇÃO:
O EXEMPLO DE PEQUENAS CIDADES DA ZONA DA MATA MINEIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Organização do Espaço

Orientador: Prof. Ralfo Edmundo da Silva Matos

Belo Horizonte-MG
Departamento de Geografia da UFMG
2008

Severina Sarah Lisboa

DA MIGRAÇÃO À NÃO-MIGRAÇÃO:
O EXEMPLO DE PEQUENAS CIDADES DA ZONA DA MATA MINEIRA

Belo Horizonte, 7 de fevereiro de 2008.

Banca Examinadora:

Prof. Ralfo Edmundo Matos (orientador) – IGC/UFMG

Prof^ª. Doralice Barros Pereira – IGC/UFMG

Prof. Ronan Eustáquio Borges – DAH/UFV

Agradecimentos

À Deus, pela vida e pela força que possibilitou a realização deste trabalho.

À Universidade Federal de Minas Gerais, pela oportunidade de desenvolver esta pesquisa.

Ao professor Ralfo Edmundo Matos, pela dedicação de muitas horas na orientação das atividades de reflexão e pesquisa.

Aos demais professores do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFMG.

A meus pais, Luiz Antônio Lisboa e Maura Regina da Silva Lisboa, grandes incentivadores no decorrer da minha vida acadêmica.

Ao meu esposo, Uéverson de Queirós Silva, cuja presença, compreensão, apoio e participação foram fundamentais para a conclusão deste trabalho.

Aos colegas que participaram desta etapa da minha vida acadêmica, manifestando atenção, amizade e incentivo.

Aos estagiários envolvidos no trabalho de campo, especialmente à amiga Denise Espíndola Moraes.

SUMÁRIO

Lista de Figuras.....	7
Lista de Mapas.....	7
Lista de Tabelas.....	8
Lista de Gráficos.....	8
RESUMO.....	9
ABSTRACT.....	11
INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1 – POPULAÇÃO EM MOVIMENTO NO ESPAÇO.....	30
1.1 – Espaços que Atraem, Espaços que Repelem.....	30
1.2 – Bases Teóricas da Migração.....	32
1.3 – A Migração como Componente da Dinâmica Populacional.....	38
1.3.1 – A importância da migração no crescimento demográfico.....	40
1.4 – A Migração no Brasil Contemporâneo.....	45
1.4.1 – A migração em Minas Gerais.....	52
1.5 – Aspectos Relativos à Não-migração.....	57
CAPÍTULO 2 – FATORES E ESPAÇOS DA NÃO-MIGRAÇÃO.....	60
2.1 – Fatores Determinantes da Migração e da Não-migração.....	60
2.2 – O Papel dos Fatores Objetivos.....	65
2.3 – O Papel dos Fatores Subjetivos.....	67
2.3.1 – Contribuições da abordagem cultural.....	68
CAPÍTULO 3 – A DINÂMICA DEMOGRÁFICA NA ZONA DA MATA E AS PEQUENAS CIDADES SOB INFLUÊNCIA DE VIÇOSA.....	73
3.1 – Histórico demográfico da Zona da Mata Mineira.....	75
3.2 – Pequenas cidades sob influência de Viçosa.....	81
3.2.1 – Aspectos Históricos.....	82
3.2.1 – Aspectos Econômicos.....	83
3.2.3 – Aspectos Demográficos.....	83

CAPÍTULO 4 – EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS RESULTANTES DO ESTUDO DE CASO	86
4.1 – Perfil da População Entrevistada.....	86
4.1.1 – Escolaridade	86
4.1.2 – Ocupação.....	87
4.1.3 – Tipo de residência.....	88
4.2 – Fatores da Não-Migração.....	88
A – Fatores Econômicos.....	89
B – Fatores Geoculturais.....	92
C – Fatores Culturais.....	95
4.3 – Análise Comparada de Resultados	98
A – Comparação entre Cidades.....	98
B – Comparação entre Grupos Etários	99
C – Comparação entre Sexos	101
4.4 – Importância Relativa de Fatores Objetivos e Subjetivos	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	113
ANEXOS	117
Anexo 1 – Fatores de Pesquisa de Campo.....	118
Anexo 2 – Gráficos resultantes da abordagem à população migrante	119
Anexo 3 – Relatos de Experiências Migratórias.....	120
Anexo 4 – Análise Comparada de Resultados por Cidade.....	125
Anexo 5 – Análise Comparada de Resultados por Sexo	128
Anexo 6 – Análise Comparada de Resultados por Grupos Etários.....	131

Lista de Figuras

Figura 1 – Formulário de pesquisa de campo.....	26
Figura 2 – Pirâmide etária brasileira em 1960.....	43
Figura 3 – Pirâmide etária brasileira em 1970.....	43
Figura 4 – Pirâmide etária brasileira em 1980.....	44
Figura 5 – Pirâmide etária brasileira em 1990.....	44
Figura 6 – Pirâmide etária brasileira em 2000.....	44
Figura 7 – Pirâmide Etária de Minas Gerais em 1960.....	54
Figura 8 – Pirâmide Etária de Minas Gerais em 1970.....	55
Figura 9 – Pirâmide Etária de Minas Gerais em 1980.....	55
Figura 10 – Pirâmide Etária de Minas Gerais em 2000.....	55
Figura 11 – Pirâmide etária da Zona da Mata mineira em 1960.....	76
Figura 12 – Pirâmide etária da Zona da Mata mineira em 1970.....	77
Figura 13 – Pirâmide etária da Zona da Mata mineira em 1980.....	77
Figura 14 – Pirâmide etária da Zona da Mata mineira em 1991.....	78
Figura 15 – Pirâmide etária da Zona da Mata mineira em 2000.....	79
Figura 16 – Praça central de Ervália-MG.....	94
Figura 17 – Praças da cidade de Piranga-MG.....	95
Figura 18 – Igreja Matriz de São Sebastião – Ervália-MG.....	97

Lista de Mapas

Mapa 1 – A Zona da Mata no Estado de Minas Gerais.....	74
Mapa 2 – Área de estudo.....	81

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Porcentagem da População Economicamente Ativa por atividades econômicas nas cidades de Ervália, Piranga e Teixeira no ano 2000.....	83
Tabela 2 – População total, urbana e rural dos municípios de Ervália, Piranga e Teixeira em 1970, 1980 e 1991	84
Tabela 3 – População total, urbana e rural, grau de urbanização e taxa líquida de migração dos municípios de Ervália, Piranga e Teixeira no ano 2000.....	85
Tabela 4 – Comparação de freqüência de fatores econômicos em Ervália, Piranga e Teixeira	98
Tabela 5 – Comparação de freqüência de fatores geoculturais em Ervália, Piranga e Teixeira	99
Tabela 6 – Comparação de freqüência de fatores culturais em Ervália, Piranga e Teixeira	99

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Escolaridade da população não-migrante - 2007.....	87
Gráfico 2 – Fatores Econômicos segundo população não-migrante - 2007	90
Gráfico 3 – Fatores Geoculturais segundo população não-migrante – 2007.....	93
Gráfico 4 – Fatores Culturais segundo população não-migrante - 2007.....	96
Gráfico 5 – Síntese de resultado de entrevistas a população migrante - 2007	103
Gráfico 6 – Síntese de resultado de entrevistas à população não-migrante - 2007.....	105
Gráfico 7 – Freqüência dos subgrupos dos fatores culturais - 2007	106

RESUMO

O Brasil passou por diferentes períodos no que se refere à dinâmica populacional, observando-se alterações quanto à importância relativa das variáveis demográficas. A migração vivencia épocas de menor e de maior visibilidade, com mudanças nos padrões migratórios, colaborando ora para processos de concentração, ora de desconcentração espacial. Para se compreender essa dinâmica demográfica, é importante conhecer os fatores que contribuem para a atração populacional para determinadas áreas, que se configuram como locais de destino dos movimentos migratórios, e também os fatores que concorrem para a fixação e retenção da população nos seus locais de origem.

Durante muitos anos, a migração de pessoas de áreas rurais para urbanas caracterizou os movimentos migratórios brasileiros. No entanto, a partir de 1980, as migrações do tipo urbano-urbano têm prevalecido e movimentos de migração de retorno ganham importância. Além disso, percebe-se que parte da população opta por não migrar. Neste contexto, além da migração, torna-se pertinente discutir e compreender a não-migração, isto é, a permanência da população em suas localidades.

Este trabalho busca identificar nas pesquisas migratórias, os motivos apontados como determinantes para os movimentos migratórios, sobretudo para a mudança da população de pequenas cidades para centros urbanos maiores, comparando estas informações com os resultados obtidos na área de estudo. Com maior ênfase, objetiva-se identificar nas pequenas localidades os fatores que inibem a saída de população do seu local de origem ou de moradia, que são associados aos seus aspectos positivos. As localidades selecionadas como objeto de estudo são as pequenas cidades mineiras de Ervália, Piranga e Teixeiras, que vivenciam o contexto de mudanças demográficas do estado de Minas Gerais e da Zona da Mata mineira.

Para tanto, realizou-se levantamentos de dados quantitativos e qualitativos através de trabalho de campo com aplicação de questionário a moradores migrantes e, principalmente, não-migrantes das referidas localidades. Na consideração dos motivos que contribuem para a não-migração são avaliados os grupos de fatores objetivos e subjetivos; estes últimos estão subdivididos em fatores geoculturais (espaciais e paisagísticos) e culturais (cultura esportiva, cívica, religiosa e comunitário-popular). A população migrante,

ou que possui significativa experiência migratória, também participa do levantamento de fatores que determinam a opção por migrar ou por não migrar.

A realização do trabalho de campo permitiu identificar a contribuição que as experiências migratórias trazem para compreensão da relevância dos fatores de ordem econômica determinantes da migração. Estas experiências também permitem identificar os fatores subjetivos envolvidos nos movimentos migratórios. A maior contribuição do trabalho concentra-se, no entanto, na abordagem dos fatores subjetivos e identificação da sua importância para compreender a não-migração. Ao final do trabalho torna-se possível identificar os fatores de maior destaque apontados pela população residente nas áreas urbanas das pequenas localidades mineiras investigadas. Também é possível verificar a importância relativa conferida a fatores econômicos, geoculturais e culturais para a migração e para a não-migração. Pode-se confirmar que a importância dos fatores econômicos se destaca como os motivos que levam a população a migrar. Quando à não-migração, os fatores de maior importância para fixação populacional são os subjetivos, principalmente culturais.

Palavras-chave:

Migrações internas – Não-migração – Pequenas Cidades

Fatores Subjetivos – Geografia Cultural

ABSTRACT

The dynamic of the population in Brazil has passed by different periods. Several changes happened in the importance of the demographic variables. The migration has passed by periods of small and of larger visibility, with changes in the migratory patterns, collaborating for concentration processes and desconcentration processes of the population in the space. To understand the changes of the demographic dynamics it is important to know the factors that contribute to the attraction of the population for certain areas. These areas are configured as local of destiny of the migratory movements. It is also important to know the factors that motivate the fixation or retention of the population in its origin places.

For many years, the brazilian migratory movements has been marked by the people that leaves the rural areas and migrates for urban areas. However, since 1980, the migrations of the urban-urban type prevail and the migratory movements of return begin becoming important. Besides, it is noticed that part of the population opts for not migrating. In this context, besides studying the migration, it becomes pertinent to discuss and to understand the no-migration, that is, the permanence of the population in its places.

This work identify in the migratory researches, the reasons that are determinant for the migratory movements, mainly for the change of the population of small cities for larger urban centers. Starting from this identification, this information is compared with the results obtained in the study area. With larger emphasis, it is objectified the identification at the small cities the factors that inhibit the exit of population of its origin place, these factors are associated to its positive aspects. The places selected as study object are the small cities of Ervália, Piranga and Teixeiras. These cities have passed by the demographic changes of the state of Minas Gerais and of the Zona da Mata mineira.

This work has used researches of quantitative and qualitative data through field work with questionnaire application at migrat inhabitants and, mainly, at no-migrants of the cities. Among the reasons that contribute to the no-migration there are the groups of objective and subjective factors. The subjective factors are subdivided in factors geocultural (spatial and of the landscape) and cultural (sporting, civic culture, religious and community-popular). The migrating population, or that it possesses significant migratory

experience, also participates of the research of factors that determine the option of migrating or of not migrating.

The field work has allowed to identify the contribution that the migratory experiences bring. These experiences contribute towards understanding the importance of the factors economic as determinant of the migration. These experiences also allow identify the subjective factors related to the migratory movements. The largest contribution of the work is in the study of the subjective factors and in the identification of its importance to understanding the no-migration. At the end of the work it is possible to identify the factors frequently pointed for the resident population in the urban areas of the small cities investigated. It is also possible to verify the relative importance of the economic, geocultural and cultural factors to the migration and to the no-migration. It can be confirmed that the largest importance of the economic factors are in the reasons that take the population to migrate. In the case of the no-migration, the factors of larger importance for fixation of the population are the subjective ones, mainly cultural.

Key words:

Internal migrations - No-migration - Small Cities

Subjective factors - Cultural Geography

INTRODUÇÃO

A dinâmica demográfica brasileira sofreu várias alterações no decorrer da sua história, uma vez que é sensível às mudanças sociais e econômicas e está associada aos componentes populacionais: natalidade, mortalidade e migração. A mobilidade da população no espaço, ou mobilidade geográfica, representada pela componente migração, é um tema diretamente relacionado à realidade humana, o que denota a importância de que seja estudado. Segundo estudo realizado pela Organização das Nações Unidas, o interesse em pesquisar a mobilidade populacional se dá, principalmente, devido à percepção dos *“efeitos que exerce sobre a distribuição da população e por sua interação com outras forças demográficas, bem como com outros aspectos das mudanças e das diferenciações sociais e econômicas”* (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1980, p. 319).

A migração deve ser estudada por profissionais de várias áreas da ciência. Muitos pesquisadores participam de esforços multidisciplinares (WEST, HAMILTON e LOOMIS, 1980) em pesquisas sobre o tema. Oliveira e Stern (1980) destacam a participação de economistas, demógrafos e sociólogos nos estudos migratórios, embora reconheçam que sejam diferentes as perspectivas de compreensão da migração entre estes profissionais. Greenwood (1980), ao promover uma revisão dos estudos sobre as migrações nos Estados Unidos, acrescenta a participação dos geógrafos. Segundo ele, são profissionais que *“vêm oferecendo contribuição a mais variada à literatura sobre a migração interna”* (GREENWOOD, 1980, p. 473).

Vários domínios das ciências sociais se imiscuem com certa intensidade no que se refere ao estudo das migrações (MOURA, 1980, p. 11). Moura (1980) justifica essa multidisciplinaridade; segundo ele, esse assunto *“por quase não ter uma essência própria, não pode nem deve ser estudado de forma particularmente estanque”* (MOURA, 1980, p. 11). O autor afirma que, quanto à migração, *“seu objeto de interesse e tratamento não podem ficar predominantemente restritos a uma especialidade científica”* (MOURA, 1980, p. 11). Assim, variadas contribuições de estudiosos de diversas abordagens científicas possibilitam significativos avanços nos estudos dos movimentos migratórios.

No presente trabalho, são valiosas as contribuições de vários estudiosos, principalmente daqueles cujas obras apresentam questões que associam os processos migratórios às características dos migrantes e aos fatores que podem conduzi-los à decisão

de migrar ou não-migrar. Uma das contribuições é feita por Damiani (2001), que considera a necessidade de migrar como característica da espécie humana. Por isso, segundo ela “o estudo da circulação ocupa um lugar importante na geografia humana” (DAMIANI, 2001, p. 51). A autora apresenta ainda a contribuição da geografia da população para os estudos relativos aos movimentos migratórios, além da participação da geografia econômica e da geografia regional.

A investigação dos processos migratórios contribui para a compreensão da dinâmica demográfica e se associa às alterações por eles promovidas no espaço e na constituição da população. Quando um contingente populacional deixa uma localidade e se dirige a outra, mudanças espaciais e sociais são inevitáveis, principalmente quando se trata do deslocamento de grande número de pessoas. Tanto o local que perde população, quanto o que recebe os migrantes, reagem promovendo uma readaptação dos seus espaços e das suas populações.

Ao apresentar as discussões contidas em vários trabalhos sobre processos migratórios, Muñoz e Oliveira (1980) ressaltam algumas conseqüências dos movimentos migratórios sobre as áreas de onde se origina a população migrante e sobre os locais de destino. Para uma localidade em que ocorrem perdas populacionais, a migração pode ser vista como um fator de equilíbrio para a estrutura social por operar como “válvula de escape” para a população que não é assimilada pelas estruturas econômicas locais e sociais. Ao mesmo tempo, a perda populacional pode representar diminuição de recursos humanos valiosos para o desenvolvimento local, principalmente quando a saída de indivíduos em idades ativas resulta em sobrecarga da população em idade inativa, causando uma queda do nível de vida e intensificando ainda mais a migração. Ao examinar a migração interna na Venezuela, Muñoz e Oliveira (1980) citam alguns fatos que constituem fatores de desenvolvimento da região receptora de população e do empobrecimento da região de origem. Um exemplo é a emigração de jovens e adultos, que constituem a população mais capacitada e dinâmica. Quando são eles os que mais emigram, as zonas de emigração perdem recursos, pois suportaram os dispêndios com a formação e a educação desses emigrantes. Dessa forma, os “*movimentos migratórios podem, então, apresentar efeitos perturbadores devido às diferenças importantes que provocam sobre as estruturas etárias [...]*” (MUÑOZ; OLIVEIRA, 1980, p. 598), levando até mesmo a uma estagnação da economia local. Já no caso de transferência de mão-de-obra ociosa ou subempregada, os autores ressaltam que os efeitos da emigração podem ser positivos, pois ocorre a diminuição da oferta de mão-de-obra para o trabalho, podendo acarretar melhorias salariais.

Quanto às conseqüências verificadas nos locais de destino da população, Muñoz e Oliveira (1980) levantam a discussão sobre os efeitos do componente migratório no crescimento das grandes cidades. Os autores mostram que a migração é significativa para o crescimento dessas cidades, uma vez que, além de aumentar a população nelas residente, “*exerce um efeito acumulativo sobre o crescimento natural da população das cidades*” (MUÑOZ; OLIVEIRA, 1980, p. 600).

Alguns efeitos negativos também são verificados nas cidades que recebem a população migrante. Todaro (1980) destaca o problema do desemprego e do subemprego urbanos diante da “[...] *incapacidade da economia urbana de prover empregos permanentes para a mão-de-obra*” (TODARO, 1980, p. 151) representada pela população migrante, especialmente advinda dos crescentes fluxos de migrantes rurais que se dirigem para os quadros urbanos. As conseqüências da migração de pessoas de áreas rurais estagnadas para as áreas urbanas são observadas também por Singer (1980). Segundo o autor, a população que abandona áreas de economias de subsistência estagnadas não se insere completamente nas áreas e na economia urbana, já que “[...] *não provoca qualquer elevação da demanda pelo produto da economia urbana*” (SINGER, 1980, p. 231). Os migrantes que conseguem se inserir no mercado de trabalho remetem parte dos seus ganhos para os familiares que permaneceram nas áreas de economia de subsistência ou em outras áreas. E esses recursos serão utilizados para a compra de produtos da economia local, reduzindo o volume da demanda efetiva da cidade. A parte dos migrantes que não consegue se integrar na economia urbana reproduz na cidade traços da economia de subsistência, assumindo atividades autônomas de serviços, por exemplo, vendedores ambulantes ou carregadores, alterando os lucros que seriam obtidos pela economia urbana.

Um ponto outro de vista quanto aos efeitos das migrações nas áreas urbanas é citado por Singer (1980). Para ele, o surgimento de populações marginais (ao menos do ponto de vista das moradias) “[...] *tem levado muitos investigadores a encarar as migrações como um fenômeno social nefasto, cujas dimensões é preciso reduzir [...]*” (SINGER, 1980, p. 233). O autor afirma que, reduzir a intensidade das migrações internas por meio da limitação do ritmo de desenvolvimento, a fim de reduzir a intensidade das migrações internas, não resolveria o problema da existência de populações marginais. O autor considera esta idéia injustificável: “*nada (a não ser as aparências) justifica a noção simplista de que a ‘marginalidade’ urbana decorre principalmente do número ‘excessivo’ de migrantes que se fixem nas cidades*” (SINGER, 1980, p. 235).

Durante muitos anos, no estudo dos movimentos populacionais foi analisada, principalmente, a migração do tipo rural-urbana. No Brasil, como em outros países da América Latina, as migrações de população residente nas áreas rurais em direção às áreas urbanas se destacaram. Esse tipo de migração rural-urbana, que caracterizou uma das fases das migrações internas no Brasil, cujas principais áreas de destino eram as grandes cidades ou as metrópoles, foi denominado *êxodo rural*. No entanto, a partir da década de 1980, os padrões migratórios brasileiros apresentaram grandes alterações, dentre elas a configuração do caráter urbano-urbano dos movimentos (PACHECO; PATARRA, 1997). Esta pesquisa está inserida neste novo contexto, em que as migrações ocorrem predominantemente entre áreas urbanas. Pretende-se considerar essa nova realidade demográfica analisando-se o caso de pequenas cidades¹ do estado de Minas Gerais. As migrações originadas nas áreas rurais não serão analisadas, embora também possam apresentar resultados esclarecedores sobre aspectos motivadores dos movimentos populacionais.

A migração pode ser entendida a partir de muitas realidades e amplitudes, variando de escalas globais, quando são considerados os movimentos das populações entre países, até escalas locais, cujos movimentos de população são limitados a espaços menores, como um conjunto de municípios ou uma pequena região. Ao fazer referência às migrações internacionais, Pierre George (1991) recorda que “*a história da humanidade é feita de uma longa sucessão de migrações entre as quais as mais antigas se perdem no desconhecido dos tempos históricos [...]*” (GEORGE, 1991, p. 101). Segundo o autor, aos geógrafos compete o estudo das migrações contemporâneas que apresentam variabilidade e formas diferentes. Dentre os tipos de migrações se encontram, por exemplo, as transferências de população impostas por decisão política no final da Segunda Guerra Mundial, as migrações temporárias de trabalhadores ligadas a uma “*complementaridade de oferta de força de trabalho e de necessidade de mão-de-obra não especializada*” (GEORGE, 1991, p. 102) e as grandes migrações internacionais e intercontinentais definitivas.

As migrações internas são as que se referem à mobilidade da população entre as regiões, estados e municípios de um mesmo país. Segundo LEE (1980), esse tipo de migração se mostra importante para o desenvolvimento social e econômico do país e o reconhecimento desta importância “*tem estimulado a pesquisa, sendo cada vez maior o*

¹ A discussão a respeito das aglomerações populacionais que podem ser compreendidas como cidades e outras que não devem ser assim consideradas é extensa e o presente trabalho não pretende se lançar nestas reflexões. Adota-se a opção feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em que a cidade é compreendida como a sede de um município que, no caso brasileiro, abrange realidades de características demográficas e funcionais bastante variadas. “*Este País considera urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), sejam quais forem suas características*” (VEIGA, 2003, p. 31).

número de países que vêm publicando dados detalhados sobre migrações” (LEE, 1980, p. 114). As migrações internas podem ser analisadas de forma ampla, considerando a realidade nacional. Também é possível estudar parte do país, ao selecionar uma área de investigação. O recorte espacial da escala de análise é fundamental para que seja alcançado o objetivo do estudo proposto por possibilitar um nível de detalhamento necessário e adequado. Nesta pesquisa, ganham destaque as migrações internas e a escala de análise utilizada privilegia a realidade de algumas cidades de Minas Gerais, localizadas na Zona da Mata mineira, quais sejam: Ervália, Piranga e Teixeiras.

Na busca de empreender um estudo que contribua para a compreensão da dinâmica demográfica brasileira, torna-se imprescindível a análise dos fatores responsáveis por fixar a população em determinado espaço ou colocá-la em movimento. No entanto, pouca ou nenhuma atenção era conferida ao estudo desses fatores. Após a afirmação de Lee (1980) de que “[...] *poucos estudos consideram os motivos da migração ou assimilação dos migrantes nos locais de destino*” (LEE, 1980, p. 98), muitos avanços neste sentido podem ser verificados. Os estudos que se dedicam aos fatores determinantes da migração e da não-migração, sobretudo no contexto atual das migrações internas brasileiras, podem ser ainda mais explorados, o que este trabalho se dedica a realizar.

Ao promover um esforço de compreensão dos fatores determinantes da migração e da não-migração, de modo algum se pretende desprezar a importância dos motivos de ordem econômica. A relevância destes fatores como causas da migração é amplamente reconhecida. Muitos pesquisadores (RAVENSTEIN, 1980; SINGER, 1980) já apontaram satisfatoriamente o papel exercido por tais fatores na atração dos migrantes para locais que oferecem melhores oportunidades econômicas. As principais causas da migração são indicadas por Hicks (1932) como “*os diferenciais nos benefícios econômicos líquidos, sobretudo os diferenciais de salários*” (HICKS, 1932 apud GREENWOOD, 1980, p. 473) entre localidades ou áreas diferentes. Martine e Peliano (1980) também se referem à principal motivação para migrar como a busca por melhores oportunidades econômicas, principalmente representadas pelas oportunidades de emprego diferentemente distribuídas no espaço. Os fatores tipicamente econômicos são compreendidos, nesta pesquisa, associados a outros aspectos, formando o grupo denominado **fatores objetivos**.

Como fatores objetivos consideram-se, em primeiro lugar, os que estão diretamente relacionados a questões econômicas e à busca por melhoria da qualidade de vida do migrante, tendo como exemplo a busca por emprego ou por mudança de emprego, o acesso à energia elétrica, água tratada, rede de coleta de esgoto, educação e saúde. Outros

fatores, como distância das residências em relação aos estabelecimentos comerciais e de serviços, expectativa de aumento da renda e alterações no custo de vida, também são considerados como fatores objetivos.

Embora os fatores objetivos relacionados aos aspectos econômicos exerçam grande importância e já tenham sido identificados e analisados, os fatores de ordem subjetiva não podem ser negligenciados. No entanto, eles são frequentemente minimizados e poucos estudos se dedicam a explorá-los e entendê-los como parte dos incentivos à migração. Sugere-se que, além dos fatores de ordem objetiva (principalmente fatores econômicos) como determinantes da migração e da não-migração, possam ser considerados também os **fatores subjetivos** no estudo dos movimentos populacionais, principalmente de pequenas para médias e grandes cidades.

Os aspectos subjetivos são aqueles relacionados às questões culturais, paisagísticas, familiares, psicológicas, pessoais etc. e que normalmente apresentam maior dificuldade de mensuração. Incluem itens relativos à cultura esportiva, comunitário-popular, religiosa e cívica. Também são considerados subjetivos os fatores denominados **geoculturais**, ou seja, relativos a aspectos físicos, espaciais e paisagísticos, por exemplo, a beleza das paisagens naturais ou humanizadas², a proximidade e o relacionamento com a vizinhança, a identificação com monumentos ou trechos da cidade etc. Considerando os fatores tipicamente **culturais**, as possibilidades são ainda maiores, podendo ser considerada a cultura esportiva (jogos com amigos e prática de esportes), cultura comunitário-popular (apego à família, participação em festas locais, confecção de artesanato ou atividades de música ou teatro), cultura religiosa (participação em eventos religiosos, por exemplo, festa do padroeiro da cidade) e cultura cívica (participação em associações de bairro, partidos políticos ou outras organizações).

Os aspectos subjetivos possuem grande importância na explicação da permanência das pessoas nas pequenas cidades de origem ou de residência atual. Os fatores econômicos, que promovem atração nos locais de destino e são muito importantes para as migrações, não se apresentam como primordiais quando os habitantes de pequenas localidades optam pela não-migração. Dessa forma, consideram-se os fatores subjetivos como fundamentais para justificar a retenção e fixação de parte da população nas pequenas

² A paisagem é um conceito chave na Geografia e a sua discussão está presente desde muito cedo dentro desta ciência. De modo simplificado as paisagens naturais são constituídas por partes de um espaço que ainda mantém muitas características naturais, onde a intervenção humana inexistente ou é muito restrita. As paisagens humanizadas, ao contrário, são ambientes intensamente modificados pela ação humana, a exemplo das por áreas urbanizadas e que, mesmo quando apresentam elementos da natureza, estes são dispostos pelo homem.

idades, já que esses fatores podem indicar os benefícios que o habitante identifica na sua localidade de residência e a valorização de características locais. O apego aos elementos, pessoas e realidades familiares age de modo a inibir um possível movimento migratório.

Embora os fatores analisados estejam metodologicamente agrupados nestas duas categorias, em alguns casos fatores tipicamente econômicos podem ser percebidos pela população como subjetivos. Também os fatores psicológicos, por exemplo, podem apresentar grande objetividade por serem decisivos no momento de optar ou não pela migração. Os fatores subjetivos podem também ter fundamentação econômica, podendo inclusive ser explicados por ela. A subjetividade da vida tranqüila, por exemplo, nas pequenas cidades, pode estar diretamente associada aos custos necessários para investir em segurança nas grandes cidades.

Algumas questões conduzem a se refletir sobre a abordagem dessa pesquisa e se concretizam como direcionamento das atividades: o que realmente leva a população a deixar as pequenas cidades e migrarem em direção a cidades maiores? Quais são os motivos que as influenciam e que determinam a tomada de decisão? Entre os motivos determinantes da migração e da não-migração, quais são de ordem econômica? Quais podem ser considerados fatores subjetivos? Qual a importância relativa dessas duas categorias de fatores?

Por que algumas pessoas migram das pequenas cidades e outras, embora também em situações difíceis ou em busca de melhoria das condições de vida, não migram? O que “prende” na localidade de origem ou de residência atual as pessoas que optam por não migrar? Que tipo e quais os fatores contribuem para a permanência das pessoas em seus locais de origem? Qual a importância de fatores objetivos e subjetivos quando se faz opção por permanecer na localidade atual? Qual a importância relativa dos fatores objetivos e subjetivos diante dos movimentos migratórios e diante da permanência e fixação da população nos locais de residência? Como a análise desses fatores pode contribuir para a compreensão da dinâmica populacional de uma dada região?

A identificação e análise dos fatores determinantes da migração e da não-migração³ constituem o objetivo geral deste trabalho e serão implementadas a partir do

³ A não-migração de que trata este trabalho é caracterizada pela permanência das pessoas residentes em determinada localidade, enquanto os fatores de atração dos locais de origem agem levando parte da

registro da avaliação feita por migrantes e não-migrantes das características da sua realidade local (sua cidade). Ao investigar esses fatores, coloca-se em destaque a importância dos fatores subjetivos, sem desconsiderar os motivos objetivos já identificados como de significativa importância para a compreensão das causas que conduzem às migrações internas. A investigação dos fatores determinantes da migração foi consideravelmente discutida pela bibliografia sobre demografia, embora tenha recebido maior investimento em um período cujas características migratórias eram diferentes das atuais, em que a migração rural-urbana era predominante. Sendo assim, dedica-se mais intensamente a análise dos motivos da não-migração.

Um dos objetivos específicos deste trabalho é o levantamento das causas dos movimentos migratórios tradicionalmente apontadas pelos estudos demográficos. Para isso, foi elaborada uma lista de motivos apontados pelos estudiosos como causadores ou incentivadores da decisão de migrar ou de não-migrar. A partir desta lista, e considerando os possíveis fatores a serem encontrados na realidade dos moradores de pequenas cidades, foram elaborados os itens que constituem a metodologia do levantamento realizado no trabalho de campo.

No levantamento e análise dos fatores da migração, os fatores relativos à não-migração receberam atenção especial. A identificação desses fatores está relacionada à forma como a população avalia a sua realidade local, aos aspectos que são considerados positivos da localidade a ponto de inibir um movimento migratório. Embora alguns habitantes das cidades pequenas também desejem melhorar sua situação econômica e qualidade de vida, há fatores que contribuem, direta ou indiretamente, para a sua opção por não migrar.

Após a identificação dos fatores que influenciam a migração e a não-migração, busca-se verificar o nível de importância conferido a fatores objetivos e subjetivos nos dois casos. Em seguida à enumeração dos motivos apontados pelas respostas dos migrantes e não-migrantes vê-se a necessidade de avaliar o peso dos principais fatores determinantes, destacando a classificação em fatores objetivos e subjetivos. Assim, busca-se avaliar a importância dos dois grupos de fatores (objetivos e subjetivos) e dos três subgrupos (econômicos, geoculturais e culturais) quanto à influência e incentivo a migração, identificando-se o papel que eles exercem na mobilidade geográfica da população.

população a migrar. A não-migração é então a fixação ou permanência da população nos seus locais de origem ou de residência atual, sendo estes locais, no caso deste trabalho, pequenas cidades.

As atividades da pesquisa buscam investigar a realidade da população migrante e não-migrante das pequenas cidades escolhidas a fim de lançar um pouco de luz sobre o tema e contribuir brevemente para os estudos demográficos a respeito da migração e dos seus fatores determinantes, sobretudo ao se tratar de uma abordagem que privilegia a análise dos fatores motivadores da não-migração, com destaque para a atenção conferida aos fatores subjetivos.

As cidades de Ervália, Piranga e Teixeiras, em Minas Gerais, constituem o objeto de estudo da pesquisa. Optou-se por realizar o trabalho de campo em três localidades para se observar realidades parcialmente diferentes. A escolha destas cidades foi motivada, principalmente pelos seguintes aspectos: localização, número de habitantes e dinâmica populacional. Quanto à localização, elas foram escolhidas por serem próximas a cidade onde reside a autora. Assim, foi possível ir a campo quantas vezes fossem necessárias, o que proporcionou uma investigação mais detalhada. Quanto ao segundo aspecto, as cidades estudadas têm entre dez e vinte mil habitantes. Foram escolhidas pequenas cidades porque elas são entendidas como realidades que favorecem a investigação dos fatores determinantes da não-migração, uma vez que seus habitantes são atraídos pelas localidades de maior porte e, no entanto, uma parcela deles faz opção por não-migrar. O número de habitantes foi considerado um dos critérios de seleção a fim de que as localidades de porte muito pequeno fossem evitadas, uma vez que esse fato poderia indicar pouca ou nenhuma dinamicidade econômica.

Considerando a dinâmica populacional, foram selecionadas cidades que não estavam sofrendo perdas populacionais significativas, mas que apresentassem certa dinamicidade. Dessa forma, seriam evitadas como campo de pesquisa cidades tipicamente expulsoras de população, nas quais seria mais difícil encontrar habitantes que não desejam migrar ou que optam pela não-migração. Nessas três cidades estudadas, optou-se, ainda pela realização das pesquisas com a população migrante e não-migrante residente nas áreas urbanas⁴, desconsiderando as áreas rurais. A realização do trabalho em áreas urbanas se justifica pela maior relevância das migrações urbanas no contexto das características

⁴ A realização das pesquisas nas áreas urbanas visa abordar apenas a migração do tipo urbana-urbana e a realidade da não-migração no espaço urbano. A adoção deste critério também facilita o levantamento das informações no decorrer do desenvolvimento do trabalho de campo, já que nas áreas urbanas as residências são mais próximas e acessíveis. Embora se reconheça um longo debate a respeito de 'o que é o urbano no Brasil', não é objetivo deste trabalho adentrar neste tipo de reflexão. Dessa forma, para as análises do presente trabalho, as áreas urbanas são consideradas como as sedes dos municípios que compreendem as cidades e são delimitadas pelo perímetro urbano.

migratórias atuais. O foco de investigação, entretanto, manteve-se, principalmente, nos habitantes não-migrantes.

Os procedimentos metodológicos consistiram-se, inicialmente, na leitura de estudos de pesquisadores que se dedicam ao tema das migrações, a fim de estabelecer uma base para o trabalho, tanto em nível teórico, quanto no que se refere às informações específicas sobre as migrações internas brasileiras e as causas ou fatores determinantes dos movimentos populacionais apontados pelos autores. Após a análise bibliográfica, iniciou-se o trabalho de campo com levantamento de informações qualitativas e quantitativas, por meio da aplicação de questionários e do contato direto com as pessoas entrevistadas (que responderam aos questionários).

Os aspectos qualitativos do trabalho de campo se encontram contemplados na presença dos fatores subjetivos que influenciam a opção pela migração e na possibilidade de ampliação do contato com as pessoas entrevistadas, conhecendo suas trajetórias migratórias, o que promoveu um enriquecimento das informações. Utilizou-se uma metodologia que não visa observar rigorosamente as exigências do ponto de vista estatístico, devido à peculiaridade do objetivo da pesquisa, embora requisitos básicos para seleção da amostra e análise dos resultados tenham sido observados. Alguns parâmetros importantes foram considerados, a fim de ser mantida a representatividade da população envolvida na coleta de dados: observou-se certo rigor no que se refere ao número de questionários aplicados em cada cidade, de forma que o número de pessoas entrevistadas por grupo de idade fosse representativo da realidade local. Sendo assim, as três cidades (Ervália, Piranga e Teixeiras) foram igualmente analisadas. Foram abordados grupos de moradores segundo faixas etárias: grupo 1 (entre 15 e 29 anos), grupo 2 (entre 30 e 49 anos) e grupo 3 (acima de 50 anos), observando-se a proporcionalidade do número de questionários aplicados em cada faixa etária em relação à porcentagem de habitantes nas respectivas faixas etárias da população total de cada cidade. Os habitantes com idade inferior a 15 anos não foram considerados. Dentre as 176 (cento e setenta e seis) pessoas consideradas como não-migrantes que participaram da pesquisa mediante a aplicação dos questionários nas três cidades, 80 (oitenta) são do sexo masculino e 96 (noventa e seis) do sexo feminino.

Além disso, a partir da aplicação dos questionários, avaliou-se a frequência em que cada um dos fatores foi selecionado pelos entrevistados, sendo realizada uma análise quantitativa dos resultados. Foi possível avaliar a frequência em que cada fator foi citado

pelas respostas dos questionários, porém a avaliação a respeito do significado que cada fator apresenta para os migrantes e não-migrantes não pode ser quantificada com a mesma precisão.

Os questionários aplicados foram elaborados pelo grupo envolvido na pesquisa⁵ a partir de experiências acumuladas em outros trabalhos, reflexões propiciadas por estudos migratórios de outros autores e reflexões a respeito das possíveis situações a serem encontradas em campo. São utilizadas cartas contendo diferentes fatores que podem interferir na opção pessoal pela migração ou pela não migração. Ao definir as palavras que compõe cada carta, não se pretende esgotar a interpretação, mas buscar entender a realidade que leva cada indivíduo a selecionar as cartas. Algumas realidades que se pretende perceber estão abaixo indicadas, no entanto as possibilidades de interpretação são inúmeras já que se trata de uma avaliação pessoal.

- Moradia: a facilidade de aquisição de unidades habitacionais devido a preços acessíveis e menor ação de especulação imobiliária, boa localização das residências, acesso à locação de imóveis etc.
- Transporte: qualidade, disponibilidade e preço dos transportes, tanto internamente à cidade quanto o transporte intermunicipal, qualidade das vias de acesso etc.
- Água, Luz e Esgoto: satisfação quanto à porcentagem de atendimento, ao valor cobrado e a qualidade dos serviços prestados.
- Emprego: facilidade de obtenção de empregos, qualidade das condições de trabalho, necessidade de formação profissional etc.
- Alimentação: disponibilidade de alimentação variada e de qualidade, com preços acessíveis, venda de produtos naturais etc.
- Perto de tudo: distâncias das áreas residenciais em relação aos centros comerciais e de serviços e aos locais de trabalho, possibilidade de não ter gastos com transporte para deslocamento entre áreas da cidade etc.
- Tudo é barato: avaliação da população quanto ao custo de vida local etc.

⁵ O presente trabalho se insere num projeto de pesquisa mais abrangente, coordenado pelo professor Ralfó Matos, do qual faz parte e recebe apoio. O projeto de pesquisa tem como título *Desigualdades sócio-espaciais e descentralização territorial no Brasil Atual* e recebe financiamento da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos). A metodologia de pesquisa de campo aqui desenvolvida e utilizada baseou-se em análise de bibliografia referente às migrações e recebeu contribuições de pesquisadores envolvidos no projeto. Após ser utilizada nesta dissertação a metodologia terá a sua aplicação ampliada e aperfeiçoada em trabalho de campo do projeto de pesquisa mencionado. O objeto de estudo da pesquisa a ser realizada constitui-se de um grupo de cidades médias brasileiras, buscando entender a importância destas localidades no atual contexto de desenvolvimento nacional.

- Heranças de família: os bens materiais herdados podem diminuir gastos para a sobrevivência e incentivar a permanência no local, além do apego afetivo a esses bens etc.
- Bom salário: relação entre o valor pago aos trabalhadores pelas atividades realizadas, dependendo do nível de formação e os gastos associados ao custo de vida local etc.
- Aposentadoria: a aquisição da aposentadoria pode interferir nas possibilidades de migrar ou não-migrar, o fim vínculo com o local de trabalho, o tempo livre para dedicação a outras atividades etc.
- Bom atendimento a saúde: o maior ou menor gasto com a saúde, associado a qualidade do atendimento público local, a necessidade de tratamentos especiais etc.
- Boa escola: para famílias que possuem membros em idade escolar, a qualidade e o atendimento educacional podem definir o local de moradia etc.
- Rio, córrego, lago, represa; Mata, bosque, parque, jardim; Serra, colina; Céu, pôr do sol, nascer do sol; Noite e estrelas: o conjunto desses aspectos naturais associados às realidades locais podem estar associados ao apego da população à localidade de residência, assim como a valorização da proximidade da natureza, a busca por melhor qualidade de vida etc.
- Bela vista, paisagens: a valorização da beleza natural ou das características artificiais locais etc.
- Praça, rua, avenida: a construção de vias de circulação e praças, o uso delas também como local de lazer e entretenimento etc.
- Prédio importante: apego a locais históricos, culturais ou de importante representação local etc.
- Trecho da cidade: admiração ou apego a uma parte específica da cidade, associada a locais residenciais, de trabalho, de lazer etc.
- Casa onde nasceu: ligação com as próprias raízes, também em sentido espacial etc.
- Vizinhança e amigos: proximidade de residência dos vizinhos associada às relações sociais etc.
- Bom Clima: adaptação ao tipo climático local, realização de atividades específicas, saúde etc.
- Jogos com amigos; Futebol e outros esportes: a prática esportiva associada à relação social etc.
- Vida tranqüila: menor preocupação com a violência, gastos mínimos com segurança etc.
- Festas juninas e carnaval; Festa típica e outras festas: participação em eventos gerais e específicos das cidades, considerando a dinâmica local de convivência nesses eventos etc.
- Apego à família: a presença/ausência de familiares contribui para permanência ou abandono do local de residência etc.
- Barraquinhas; Artesanato: envolvimento em atividade manual, venda de produtos artesanais etc.
- Passeios e pescarias: uso da área da cidade ou do município para momentos de lazer etc.
- Bares, Restaurantes: estabelecimentos freqüentados individualmente ou em grupo, diversão, etc.
- Danças, cantorias; Atividade de teatro/música: participação em grupos artísticos ou culturais, presença nas apresentações em momentos de diversão etc.
- Padroeiro da cidade; Festas da Igreja: participação em atividades, festas e grupos religiosos etc.

- Associação de bairro; Organização (ONGs, sindicatos ou outra); Partido político: participação ativa em reuniões ou projetos de organizações específicas etc.
- Clube: participação em clubes de laser ou de entidades assistenciais etc.

Após a realização de algumas entrevistas-piloto, foram feitas readaptações metodológicas, assim como foram introduzidas sugestões de profissionais de outras áreas. Os habitantes das localidades que contribuíram com o desenvolvimento do trabalho responderam a algumas perguntas diretas, selecionaram as cartas que lhes foram apresentadas e que compõem o questionário e, quando desejaram compartilhar suas experiências migratórias, acrescentam informações espontaneamente.

Os questionários utilizados no trabalho de campo foram aplicados a moradores nos domicílios de diferentes áreas ⁶ das cidades selecionadas. Para garantir a heterogeneidade da amostra, optou-se pela aplicação de questionários em áreas e bairros variados das cidades, tendo início nos domicílios de uma rua central e dirigindo-se às áreas periféricas.

Antes de iniciar os questionamentos que compõem o perfil da pessoa entrevistada e a aplicação do questionário, algumas informações foram solicitadas a fim de agrupar a população abordada em migrante e não-migrante. Nesta etapa, foram identificadas a naturalidade, o local de origem (quando se trata de migrante) e o tempo de residência na localidade.

A abordagem dos migrantes e não-migrantes foi feita em duas etapas que podem ser acompanhadas pelos campos do formulário de pesquisa de campo (ver Figura 1). Na primeira etapa foi feita uma entrevista com o objetivo de identificar o perfil geral do indivíduo. Foram feitas perguntas diretas sobre a escolaridade, ocupação e renda aproximada do entrevistado. Na segunda etapa em que se investiga o que denominamos de percepção hierarquizada individual, é aplicado o questionário propriamente dito, buscando-se informações específicas sobre os fatores da migração e da não-migração. No campo especificações, se desejar, o participante pode indicar algum complemento ou justificativa para a seleção de cada carta dos três grupos de fatores.

⁶ Inicialmente a idéia era segmentar as cidades em uma área central e duas áreas periféricas (uma próxima a região central e outra mais distante) para realização de análises comparativas e para garantir representatividade de moradores de todas as áreas. No entanto, com o início dos levantamentos percebeu-se que devido ao pequeno tamanho das cidades a adoção deste critério seria inviável, sendo difícil a identificação das duas áreas periféricas e em alguns casos até mesmo a identificação de uma área central e uma periférica.

Figura 1 – Formulário de pesquisa de campo

PERFIL DO ENTREVISTADO			
Sexo:		Grupo de idade:	
Nome:		Idade:	Rua:
Escolaridade:		Casa Própria: S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/>	Ocupação: Renda SM:
PERCEPÇÃO HIERARQUIZADA INDIVIDUAL			
PERCEPÇÃO	Ordem	Especificação	
Econômicos	1º:		
	2º:		
	3º:		
Geoculturais	1º:		
	2º:		
	3º:		
Culturais	1º:		
	2º:		
	3º:		
Final	1º:		
	2º:		
	3º:		

Na segunda etapa da entrevista, utilizou-se um procedimento metodológico em que três grupos de cartas são apresentados ao entrevistado (ver Anexo 1 - Fatores de Pesquisa de Campo). No primeiro grupo de cartas há um conjunto de fatores econômicos; no segundo, fatores geoculturais e, no terceiro, fatores culturais. Cada grupo de cartas possui uma em branco, caso seja necessário acrescentar algum fator considerado relevante pelo entrevistado e que não esteja contemplado nas cartas previamente disponibilizadas. Apresenta-se ao entrevistado um grupo de cartas por vez, contendo itens que constituem os fatores de percepção da realidade local. A seleção das cartas é feita hierarquicamente, conforme importância conferida a cada fator. O entrevistado identifica entre os fatores apresentados de cada grupo os três considerados mais importantes ou agradáveis na sua localidade, apontando, assim, os fatores que influenciam sua decisão de permanecer na cidade. Da mesma maneira, foram apresentados os grupos de cartas em que constavam os fatores econômicos, geoculturais e culturais. Ao final da apresentação de todos os conjuntos de cartas, foram mostradas ao entrevistado as três cartas de cada grupo por ele escolhidas (como as mais significativas da localidade). Em seguida foi solicitado a ele que fizesse uma nova seleção de três cartas dentre as pré-selecionadas, podendo ser escolhidas cartas de qualquer grupo. Assim, foi elaborada uma hierarquia final dos fatores, identificando-se a importância conferida a cada um dos três grupos de fatores, conforme frequência dos fatores e dos grupos de fatores selecionados.

Paralelamente à aplicação de questionários à população não-migrante, foi realizada uma investigação abordando pessoas residentes nas cidades analisadas há menos de 10 anos, que são considerados migrantes. Também participaram desta etapa da pesquisa outros moradores que, embora sejam naturais das pequenas cidades, possuem alguma experiência migratória e fizeram o movimento de migração de retorno, sendo entendidos neste trabalho como parte da própria migração. O objetivo das entrevistas a essas pessoas foi complementar o grupo de fatores determinantes da migração tradicionalmente apontados por estudos migratórios. Neste caso, a abordagem se volta especialmente para a realidade de pequenas cidades e busca perceber a importância relativa dos diferentes tipos de fatores como determinantes da migração. Esta etapa da pesquisa foi feita através de perguntas diretas relativas à experiência migratória pessoal e familiar e as falas dos entrevistados foram gravadas⁷. Foram entrevistadas 20 (vinte) pessoas que possuem significativa experiência migratória; como a maior parte dos entrevistados realizou a migração juntamente com a família, perfazendo um total de 67 (sessenta e sete) migrantes. As análises relativas aos fatores selecionados pela população migrante, representadas pelos gráficos confeccionados, se encontram disponíveis ao final do trabalho (ver Anexo 2 – Gráficos da abordagem à população migrante).

Algumas considerações são lançadas por Singer (1980) numa crítica que se dirige às pesquisas que utilizam procedimentos metodológicos cuja unidade de análise é o indivíduo ou a família e que *“arrolam e discutem as verbalizações dos migrantes quanto aos motivos que os teriam levado a migrar”* (SINGER, 1980, p. 236). Para o autor, estas pesquisas estariam comprometidas na fidedignidade das respostas, porque a migração interna é um processo social em que a unidade de análise não se concentra no indivíduo, mas no grupo de migrantes. Além disso, a migração possui *“causas estruturais que impelem determinados grupos a se pôr em movimento”* (SINGER, 1980, p. 236).

A reflexão sobre a crítica de Singer (1980) leva a diferenciar os objetivos do trabalho aqui proposto e a realidade do processo de migração interna considerado por esse autor. A migração a que se refere Singer (1980) é aquela em que um grande número de pessoas deixa uma área de origem e se dirige a outra de destino, particularmente se

⁷ Na abordagem aos moradores migrantes buscou-se identificar o perfil geral do entrevistado e de sua unidade familiar, a escolaridade do chefe da família, o local de origem e o(s) destino(s) da(s) migração(ões), os motivos para migrar, as mudanças advindas do movimento migratório, a possibilidade de realização de outra mudança de localidade. As situações encontradas foram variadas, assim como os motivos que conduziram à migração.

tratando dos movimentos migratórios de caráter rural-urbano. Esse tipo de migração teria entre seus determinantes motivos estruturais que justificariam a saída de muitos migrantes de suas localidades. Esses motivos estariam bastante relacionados aos processos que se desenvolvem na realidade local, proporcionando alterações que se configuram como *fatores de repulsão* que conduzem a processos migratórios de grande escala.

Na proposta do presente trabalho, prioriza-se a discussão do tipo de migração que prevalece atualmente, de caráter urbano-urbano, que é bastante diferente do contexto de grandes fluxos migratórios entre regiões e estados em que se situa o trabalho de Paul Singer (1980). Portanto, nesta pesquisa, não se pode considerar o grupo que migra como unidade de análise, pois ganham importância os motivos individuais. Sendo assim, para o trabalho que aqui se empreende, a metodologia dedicada a abordagens individuais, considerando o indivíduo como unidade de análises, é adequada aos objetivos a que se propõe. Além disso, cabe lembrar que, embora a identificação dos motivos individuais que conduzem à migração esteja presente, esse trabalho não se concentra nesta etapa, mas avança na identificação e análise dos motivos gerais que contribuem para a não-migração.

Nos estudos em que se concentra atenção em fatores qualitativos relacionados à migração e não-migração, verificam-se algumas dificuldades específicas deste tipo de pesquisa. Uma das dificuldades, segundo Muñoz e Oliveira (1980) é que as razões para migrar indicadas pelas pessoas são pouco precisas, para reconstituir a tomada de decisão, por isso são necessários estudos no local de origem da migração e não apenas no local de destino. A investigação feita por meio de perguntas nos locais de destino são limitadas por serem as respostas racionalizações feitas pelos migrantes *a posteriori*, podendo haver algumas distorções. É preciso, ainda, saber se a decisão de migrar é individual ou grupal, e identificar razões que levam à escolha do local de destino (MUÑOZ; OLIVEIRA, 1980). A possibilidade de que haja distorções devido à parcialidade e aos erros contidos nas respostas apresentadas pelos entrevistados é salientada por Brigg (1980). Por isso, a autora sugere que a interpretação das respostas seja cuidadosa. Tendo em vista a identificação das dificuldades da pesquisa migratória qualitativa, busca-se refletir sobre a influência que essas observações possam manifestar nos resultados das pesquisas de campo empreendidas e sobre as possibilidades de minimizar a ocorrência destas distorções.

A respeito dos procedimentos metodológicos adotados para investigar as causas determinantes dos deslocamentos migratórios, Elizaga (1980) aponta que os mais frequentes consistem em indagar diretamente às pessoas quais motivos elas tiveram para migrar. Entretanto, este procedimento apresenta como limitação o fato de a informação ser

resultado de uma avaliação do migrante “*sobre as alternativas com as quais passa a se defrontar*” ao invés de ser “*propriamente o reflexo de uma realidade objetiva*” (ELIZAGA, 1980, p. 563). Uma alternativa interessante sugerida pelo autor é a investigação simultânea, nas áreas de origem e de destino, da “*percepção dos entrevistados sobre alguns fatores freqüentemente mencionados entre os motivos (oportunidades de emprego, níveis de salários)*” (ELIZAGA, 1980, p. 563), comparando o contraste entre as respostas obtidas em áreas de atração e de repulsão. A proposta lançada pelo autor é parcialmente aceita. Neste trabalho não foram realizadas entrevistas comparativas com os moradores de áreas de atração e repulsão, principalmente devido ao fato de o objetivo principal ser a identificação dos fatores relacionados à não-migração; mas os entrevistados são indagados a respeito de como avaliam a realidade da localidade na qual habitam. Nos questionários estão inseridos fatores que incentivam os processos migratórios e outros itens de ordem subjetiva que têm maior potencial de contribuir para a permanência da população na localidade.

Na definição da metodologia a ser adotada, foram consideradas as dificuldades anteriormente citadas, apresentadas por diversos pesquisadores a respeito da abordagem por meio de entrevistas com a população. Para minimizar as limitações desse procedimento, a composição das cartas contidas nos questionários usados nas entrevistas recebeu atenção criteriosa. Muitas alterações e reavaliações foram feitas para permitir a obtenção de um resultado mais significativo e condizente com a realidade, investigando fatores citados por estudiosos da migração, agrupando fatores semelhantes e adequando as cartas de acordo com os elementos presentes na realidade da população que participou da pesquisa. De modo geral, considera-se que os procedimentos metodológicos utilizados são adequados aos objetivos propostos.

CAPÍTULO 1 – POPULAÇÃO EM MOVIMENTO NO ESPAÇO

1.1 – Espaços que Atraem, Espaços que Repelem

A realidade das migrações suscita reflexões a respeito dos espaços que atraem e que repelem população e das características que conferem a algumas áreas estas condições; enquanto algumas localidades são tipicamente áreas de origem de processos migratórios, outras são espaços para onde se destina a população migrante. O que faz com que uma área seja atraente e que outra tenha elementos que incentivam a “expulsão” da população? Alguns espaços se configuram com características que contribuem para a atração populacional, devido a diversos aspectos que chamam a atenção de potenciais migrantes. Outras áreas são dotadas de características que funcionam como fatores de repulsão da população que neles habita. Quando se trata de um espaço onde os indivíduos viveram vários anos da vida e com o qual se identificam, é preciso considerar que os aspectos negativos relativos a este espaço promovem uma verdadeira repulsão à população, tornando-a capaz de migrar, romper os laços de união com o espaço e deixar o lugar com o qual se identifica. Estes aspectos negativos normalmente estão associados à maior oferta de atrativos oferecidos por um outro espaço, onde é favorecida uma perspectiva de melhoria de vida.

No Brasil, alguns espaços podem ser citados como tipicamente capazes de atrair ou repelir população. Os ciclos econômicos brasileiros tornam possível visualizar a atratividade desses espaços. Verifica-se que a população se desloca no sentido de acompanhar as áreas de economia próspera e quanto maior a prosperidade verificada em um local, maior é o número de migrantes que chegam a ele devido a seu poder de atração. O período da mineração em Minas Gerais, por exemplo, foi responsável pela vinda de grande contingente de migrantes de várias partes do país em busca das vantagens econômicas que este ciclo podia propiciar. Em período mais recente, verifica-se que as fronteiras agrícolas e as áreas industriais do país exercem o mesmo papel das áreas dos ciclos econômicos anteriores. As áreas de fronteira agrícola são alvo para migrações de pessoas em busca de terra e de outras que vêem uma oportunidade de crescimento econômico a partir do desenvolvimento de determinada atividade agropecuária. As cidades

grandes e médias, sobretudo da região Sudeste, são espaços que atraem população de áreas rurais, de outras cidades menores e menos prósperas e de outras regiões, devido às atividades industriais e à identificação por parte dos migrantes de possibilidades de melhoria da qualidade de vida. Durante muito tempo, as metrópoles apresentaram crescimento populacional significativo, em parte decorrente dos movimentos migratórios.

Certamente, a concentração industrial nas cidades é um elemento de atração populacional. No entanto, Singer (1980) chama a atenção para o fato de que também as iniciativas governamentais contribuem para intensificar as migrações. Isso ocorre, pois os investimentos governamentais propiciam a concentração de atividades econômicas em determinadas áreas, promovendo e acentuando a atração espacial por elas exercida. Portanto, o crescimento demográfico de cidades baseado nas migrações é afetado por decisões governamentais, através da política de desenvolvimento (POTENGY, 1980). O processo de desenvolvimento, de modo geral, ajuda a direcionar as áreas de origem e destino de movimentos migratórios, assim como o volume das migrações, por contribuir para a configuração de espaços de atração e repulsão populacional, o que justifica a concentração de pessoas nas grandes cidades (BALAN, 1980).

Algumas áreas rurais podem se configurar como espaços que repelem a população, principalmente quando se apresentam com certo grau de estagnação ou são marcadas por características como alto grau de concentração de propriedades, mecanização das atividades agrícolas e precariedade nas condições de trabalho. Estas características constituem fatores de expulsão populacional, originando movimentos migratórios. Além desses fatores, a violência no campo, a dificuldade de utilização de técnicas de trabalho rudimentares e a impossibilidade por parte dos pequenos proprietários de competição com a produção alcançada por grandes produtores também aumentam o fator repulsivo dessas áreas. Da mesma forma que ocorre com áreas rurais, algumas cidades podem possuir características que levem seus moradores a buscar melhores oportunidades em outros espaços, por exemplo, a deficiência de estabelecimentos educacionais e falta de emprego para a população.

Com a alteração substancial verificada nos padrões de crescimento populacional no Brasil, Matos (2005) chama a atenção para a realidade verificada nos movimentos migratórios, os quais ganham novas dinâmicas, inaugurando novos espaços de atração populacional, diferentes dos anteriores. O autor destaca o surgimento de novos tipos de movimentos populacionais:

[...] englobando migrações em direção às regiões litorâneas dos estados, composta principalmente por indivíduos da terceira idade; as migrações para as cidades médias, devido principalmente à intensificação dos investimentos por parte das empresas que fogem das deseconomias de aglomeração características dos grandes centros urbanos, mas também em função do aumento da violência urbana nas grandes cidades; e as migrações de trabalhadores com alta qualificação que se deslocam em direção aos grandes centros urbanos em busca de empregos com elevada remuneração e de um ambiente cosmopolita integrado ao consumo mundial (este último movimento está intimamente relacionado aos impactos das transformações ocorridas nos países centrais sobre o Brasil) (MATOS, 2005, p. 126).

As cidades litorâneas, cidades médias e grandes centros se configuram no início do século XXI como espaços de atração de segmentos populacionais distintos. Novos espaços de repulsão também são identificados, como as áreas de economias de aglomeração, das quais algumas empresas buscam se distanciar, investindo em cidades médias; e as áreas muito violentas e poluídas, particularmente as grandes cidades (MATOS, 2005). A identificação dos espaços que atraem e repelem população e das características que conferem esta atração/repulsão contribui para o conhecimento dos processos migratórios e dos fatores relativos à mobilidade da população no espaço, além de também abrir espaço para a compreensão dos fatores que levam à permanência de pessoas em pequenas cidades.

1.2 – Bases Teóricas da Migração

A literatura sobre as migrações apresenta grande variedade de discussões e posicionamentos. Segundo Salim (1992), não se pode identificar unanimidade quanto ao conceito de migração e quanto a outros conceitos importantes usados nos estudos dos processos migratórios. A falta de uma teoria compreensiva ou de um marco de referência sistemático para orientar, organizar e avaliar as investigações também foi apontada por Elizaga (1980). Segundo o autor, uma explicação para a falta de consenso quanto ao conceito de migração e quanto à existência de uma teoria migratória é que o migrante não é susceptível de uma definição unívoca, como ocorre com outras situações demográficas (nascimentos, óbitos). O migrante e a migração são passíveis de várias definições, em função de muitos elementos como, por exemplo, o tempo de permanência no local de

residência e a distância percorrida no trajeto da migração. Os sociólogos manifestam maior preocupação com as teorias adotadas nos estudos das migrações. Para eles, a teoria norteadora dos estudos migratórios deveria “*levar em conta as inter-relações dos fatores demográficos, econômicos, sociais e psicológicos que intervêm nas diversas fases do processo migratório*” (ELIZAGA, 1980, p. 550).

Também os autores Muñoz e Oliveira (1980) discutem essa questão e afirmam que não foram produzidas, até a década de 1980 “*formulações teóricas integradas, de modo a orientar as investigações*” (MUNOZ; OLIVEIRA, 1980, p. 581). Eles consideram que o que se tem desenvolvido são “*esquemas teóricos analíticos setoriais*” (MUÑOZ; OLIVEIRA, 1980, p. 581) que vêm servindo de orientação para uma boa parte dos trabalhos. Oliveira e Stern (1980), ao analisar estudos demográficos realizados no México, indicam que, até certo ponto, é possível dizer que as investigações vêm sendo realizadas, na maioria dos casos, “*sem se recorrer às teorias ou aos marcos teóricos e, mais precisamente, que são resultantes das exigências impostas por considerações de ordem prática*” (OLIVEIRA; STERN, 1980, p. 251).

Salim (1992) afirma que também não há consenso quanto à definição de vários termos auxiliares dos estudos migratórios, por exemplo, migrante, mobilidade populacional e correntes migratórias. Quanto à identificação e definição da população considerada migrante, Elizaga (1980) recorda que, apesar de haver concordância na desconsideração de trabalhadores estacionais como migrantes, o mesmo não se pode dizer com relação aos estudantes e aos grupos populacionais que vivem em alojamentos para operários. Há vários tipos de mobilidade populacional e “*há que se distinguir o que é a migração e eliminar o que se chama de movimentos migratórios e não são*” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1980, p. 319). As situações dos tipos de mobilidade espacial como os “*movimentos contínuos dos nômades e dos trabalhadores migratórios, para os quais não existe residência durante período prolongado, como também os deslocamentos temporários [...]*” (LEE, 1980, p. 100) não são incluídas, segundo o autor, entre os deslocamentos migratórios. Lee (1980) trata da questão referente à voluntariedade do ato migratório. Para ele, as migrações forçadas, “*tais como os movimentos dos refugiados da Segunda Guerra Mundial [...]*” (LEE, 1980, p. 99), não têm sido agrupadas juntamente com as chamadas migrações *livres*. Como migrações *livres* entende-se o deslocamento populacional no espaço, realizado segundo a vontade e decisão própria dos migrantes. Embora estes possam ser muito influenciados pelos aspectos negativos da localidade de moradia, continuam tendo a possibilidade de escolha, o que não ocorre nas migrações

forçadas, quando a migração é entendida como a única forma de garantir a sobrevivência, o que normalmente ocorre em casos de guerras e perseguições.

A migração, suas causas e conseqüências, assim como outras questões referentes aos processos migratórios, são interpretadas de formas diferentes, de acordo com as correntes de pensamento ou linhas teóricas. Essa ressalva a respeito dos enfoques ou marcos conceituais ligados aos estudos migratórios é feita por autores como Salim (1992) e Oliveira e Stern (1980). Também Singer (1980) constrói alguns comentários sobre o assunto ao defender a posição que assume teoricamente.

Oliveira e Stern (1980) consideram que o processo de migração interna adquire significado ao ser situado dentro do processo mais geral de transformação sócio-econômica. No caso de países da América Latina, essa transformação se refere à mudança de uma estrutura social agrária para uma estrutura industrial. Dentro deste contexto, os autores distinguem dois enfoques ou marcos conceituais que procuram esclarecer a situação da migração interna: o *enfoque da modernização* e o *enfoque histórico-estruturalista*. No enfoque da modernização, a migração interna é visualizada como um dos “*processos fundamentais da ‘mobilização social’, que constitui o eixo principal para a transformação de sociedades ‘tradicionais’ em sociedades ‘modernas’*” (OLIVEIRA; STERN, 1980, p. 253). Este enfoque estaria associado a uma abordagem teórica mais ampla, que é a teoria neoclássica (BRAGA, 2006). Já no enfoque histórico-estrutural, a migração interna poderia ser vista como uma “*conseqüência do processo de desenvolvimento capitalista das sociedades, adquirindo características específicas segundo as modalidades desse processo*” (OLIVEIRA; STERN, 1980, p. 253).

Os mesmos marcos conceituais são identificados por Singer (1980). Após introduzir em seu trabalho várias propostas para estudos demográficos futuros, ele chama a atenção para a existência de um volume considerável de pesquisas sobre as migrações em países não desenvolvidos, embora, a maior parte delas apresente fundamentos teóricos diferentes dos por ele propostos. Singer (1980) adota o marco teórico que procura determinar as características históricas específicas do fenômeno da migração interna no contexto do desenvolvimento, isto é, o marco *histórico-estruturalista*. Os fundamentos da teoria da modernização “*encaram as migrações essencialmente como parte integrante de um processo de modernização*” (SINGER, 1980, p. 235), o que leva a enfoques que não consideram o caráter histórico do fenômeno migratório nem os seus condicionantes de classes. A abordagem do autor busca “*revelar o significado das migrações na constituição de uma economia capitalista. [...]*” (SINGER, 1980, p. 235).

Ao buscar marcos teóricos para estudos migratórios, Salim (1992) elabora uma revisão crítica de estudos sobre o assunto, a fim de identificar seus limites e possibilidades. O autor adota a expressão “*tronco teórico*” para classificar as diversas correntes teóricas e apresenta três destes troncos: *modelos neoclássicos contemporâneos*, *perspectiva histórico-estrutural* e *mobilidade da força de trabalho*. De acordo com os *modelos neoclássicos contemporâneos*, os movimentos populacionais correspondem à mobilidade geográfica dos trabalhadores devido aos desequilíbrios espaciais dos “*fatores de produção*” (terra, capital e recursos naturais). Esses fatores, portanto, influenciam a magnitude dos fluxos migratórios. A migração é vista como fenômeno positivo, por possibilitar transferência de excedentes populacionais, e como consequência das diferenças regionais, “*a migração tem papel decisivo na eliminação dessas mesmas diferenças, atuando como fator corretivo dos desequilíbrios sócio-econômicos no espaço*” (SALIM, 1992, p. 123). É recusada a idéia de que a desigualdade estrutural causa imperfeição e por isso, entende-se que há uma “*propensão ‘natural’ da força de trabalho ao movimento, logo que a diferenciação social se manifesta a nível do espaço*” (SALIM, 1992, p. 123). A força de trabalho é considerada *capital humano* e caracteriza-se como um dos fatores de produção de mobilidade extremada com oferta e demanda, então os diferenciais de salários configuram-se como fator básico de migração. Salim conclui que nesse tronco teórico verifica-se que “*os estudos da migração pressupõem o cálculo racional e a livre decisão dos indivíduos, ou seja, a mesma lógica locacional das firmas*” (SALIM, 1992, p. 124). As características deste enfoque teórico parecem coincidir com o enfoque *da modernização*.

O tronco teórico da *análise histórico-estrutural* está enraizado na tradição do materialismo histórico e vê a migração, não como um ato soberano do indivíduo ou soma de escolhas individuais, mas como fenômeno social em que a unidade é a corrente ou fluxo composto por classes sociais ou grupos socioeconômicos. A migração é movida pela desigualdade regional e ocorre geralmente para redimensioná-la, muitas vezes no sentido de propiciar uma desigualdade ainda maior. Essa abordagem enfatiza a visão da estrutura como um todo, isso é, as condições estruturais de nível social, econômico e político que contextualizam a dinâmica populacional tornam possível ou definem a natureza e direção dos fluxos migratórios. Diferentes movimentos da população explicam-se pelas mudanças no âmbito da estrutura da produção. Percebe-se a tendência de dimensionar a migração pelo aspecto econômico sem considerar processos macrossociais importantes, como os de natureza social e cultural. A mobilidade do trabalho é vista como determinada por fatores estruturais e a migração redistribui a força de trabalho segundo as necessidades específicas

do processo de acumulação (SALIM, 1992). Enquanto no tronco teórico dos *modelos neoclássicos contemporâneos* a migração é reduzida ao nível do comportamento individual, na *análise histórico-estrutural* a generalidade e a abrangência da unidade de análise são concebidas em termos de classes ou de grupos socioeconômicos.

No tronco teórico da *mobilidade da força de trabalho*, o foco de análise é a relação capital/trabalho. A migração deixa de ser consequência ou reflexo do espaço transformado e passa a atuar como agente de transformação. Segundo esta linha teórica, “*segmentos da população deslocam-se no espaço porque este se estrutura de forma a colocá-los em movimento*” (SALIM, 1992, p. 131) e assim a força de trabalho adquire a característica da mobilidade. A mobilidade se liga à produtividade e à expansão física do capital, apresentando-se como “*condição e consequência do desenvolvimento das forças produtivas*” (SALIM, 1992, p. 131) as quais exercem um papel essencial no processo de acumulação.

A abordagem neoclássica não é considerada uma proposta adequada para o estudo dos movimentos migratórios nos países subdesenvolvidos (BRAGA, 2006) por ser outra a realidade destes quando comparada a dos países desenvolvidos, por exemplo, no aspecto econômico. A característica de dependência econômica dos países subdesenvolvidos faz “*aflorar questões históricas não contempladas pelas antigas matrizes de análise*” (BRAGA, 2006, p. 79). A partir das limitações das propostas da teoria neoclássica com o *enfoque da modernização*, a análise sob a perspectiva *histórico-estrutural* ganha destaque na busca de “[...] *compreender a migração como consequência dos processos de desenvolvimento na sociedade capitalista, distinguindo certas características estruturais de momentos históricos específicos*” (BRAGA, 2006, p. 79). Apesar de representar um avanço em relação à compreensão proposta pela abordagem neoclássica, Braga (2006) sugere que a corrente histórico-estrutural apresenta expressivo grau de *determinismo econômico*, o que acaba por enfraquecer certas considerações importantes do movimento migratório, pois “*a vinculação de todas as explicações ao processo de acumulação do capital tornam os fluxos invariavelmente mais importantes que os indivíduos*” (BRAGA, 2006, p. 80).

Embora seja difícil compatibilizar as diferentes correntes teóricas que se dedicam ao estudo das migrações, Salim (1992) afirma que a dificuldade de definição da migração não se constitui obstáculo à produção científica sobre o assunto, ao contrário, é um estímulo aos estudos migratórios e ao aprofundamento dos debates. Apesar das divergências, os enfoques sobre a migração são consensuais ao estabelecer que os fluxos

migratórios originam-se no desequilíbrio espacial de natureza econômica, o qual produz diferenciais de renda e de emprego, por exemplo, entre as áreas de origem e destino (SALIM, 1992). Singer (1980) compartilha desta idéia ao mostrar que as disparidades “explicam” a migração. O autor chega a considerar a criação de desigualdades regionais como o motor principal das migrações internas que acompanham a industrialização nos moldes capitalistas e explica como o processo de industrialização favorece a concretização das disparidades no espaço:

[...] qualquer processo de industrialização implica numa ampla transferência de atividades (e, portanto, de pessoas) do campo às cidades. Mas, nos moldes capitalistas, tal transferência tende a se dar a favor de apenas algumas regiões em cada país, esvaziando as demais. Tais desequilíbrios regionais são bem conhecidos e se agravam quando as decisões locacionais são tomadas tendo por critério apenas a perspectiva da empresa privada (SINGER, 1980, p. 222).

Um histórico dos estudos migratórios no Brasil é apresentado brevemente por Pacheco e Patarra (1997). Os movimentos migratórios internacionais intensos no país no final do século XIX e início do século XX não teriam suscitado formulações teóricas sistemáticas. A “teoria da migração” de Everett Lee, em 1966, pretendia mostrar uma generalização da migração ocorrida em todas as sociedades urbano-industriais, enquanto outros estudos teóricos surgiram, significativos do ponto de vista quantitativo, mas com caráter descritivo, preocupavam-se com a quantificação dos movimentos migratórios (PACHECO; PATARRA, 1998). Também surgiram enfoques de caráter menos mecanicista, considerando a força e motivação da decisão individual, que estabeleceram tipologias capazes de circunscrever o fenômeno migratório, porém permaneceu o caráter descritivo. Há ainda o enfoque de âmbito econômico. Pacheco e Patarra (1997) apresentam as considerações de Bongue (1959) de que se podia verificar uma “*tendência criticável de generalizações apoiadas em evidências empíricas escassas e ocasionais*” (PACHECO; PATARRA, 1997, p. 453); a teorização se reduzia a uma sistematização de dados quantificáveis, e as variáveis consideradas nos estudos migratórios estariam sempre limitadas às aparências dos fenômenos migratórios (BONGUE, 1959 apud PACHECO; PATARRA, 1997).

Salienta-se que a reflexão sobre os movimentos migratórios passou por alterações a partir da colaboração de estudiosos que tiveram como “*ponto de partida o estudo de situações concretas em países em processo de industrialização, particularmente na América Latina*” (PACHECO; PATARRA, 1997, p. 453), dentre os quais se destaca

Singer, com a abordagem *histórico-estruturalista*. Embora muito adequada ao momento analisado, em que se verificava um intenso êxodo rural, os autores chamam a atenção para o fato de que esta proposta afasta qualquer análise da dimensão psicológica como fator de incentivo ou não à migração, preserva um alto grau de generalização, apresenta um caráter excessivamente economicista, e que “*a formulação geral deixava pouco espaço para as especificidades históricas de cada situação*” (PACHECO; PATARRA, 1997, p. 454).

Mesmo após muitas discussões sobre a migração, não há uma idéia única de como defini-la. Neste trabalho, entende-se a migração como mobilidade espacial de pessoas que implica necessariamente mudança de residência de uma unidade administrativa para outra. Ao se considerar a unidade administrativa de origem e de destino do fluxo populacional, pode-se analisar a migração utilizando-se unidades de análise de várias escalas como a internacional, nacional, regional ou local. No entanto, faz-se uma ressalva à migração do tipo campo-cidade, que não pressupõe necessariamente mudança de unidade administrativa, embora seja comum que os migrantes deixem suas residências no campo e tenham como destino outro município, que não aquele a que pertence a área rural de origem. O deslocamento migratório pressupõe ainda uma distância percorrida e determinado tempo de residência na nova localidade. Quando se trata de migração de longa distância, é comum que ela seja realizada por etapas, em que o migrante reside temporariamente em uma localidade entre a de origem e aquela a que se destina. O migrante pode também estar residindo no local atual há um longo período de tempo ou apenas recentemente. Caso o tempo de residência de um migrante em uma localidade seja superior a dez anos, é comum que entre os pesquisadores ele não seja mais considerado como migrante, mas seja tratado como um residente local. Além disso, o deslocamento migratório pode ser realizado individualmente, pela família, por alguns grupos ou grandes contingentes populacionais, tendo como destino a mesma área ou áreas diferentes.

1.3 – A Migração como Componente da Dinâmica Populacional

A compreensão da dinâmica demográfica passa pela investigação das suas componentes principais: natalidade, mortalidade e migração. As alterações demográficas ocorrem à medida que as taxas ou padrões desses componentes são alterados. Segundo

Bideau (1984), diversos fatores sociais, biológicos, fisiológicos e culturais podem influenciar a resposta demográfica da população, causando mudanças súbitas (advindas de guerras, peste) ou graduais (resultantes da adaptação da população aos recursos disponíveis). Quando há um evento que contribui para dizimar a população, como episódios de fome, peste ou guerra, é conferido ao componente mortalidade um papel explicativo de maior peso para a compreensão dos processos demográficos.

Embora os três componentes demográficos atuem de forma complementar e sejam igualmente importantes, em alguns momentos históricos um deles pode se destacar. Por exemplo, os padrões de crescimento derivados de uma população que apresente fecundidade alta ou baixa, assim como as alterações nesses padrões, podem ser importantes para explicar suas características demográficas. Vários são os elementos que contribuem para alteração no número de nascimentos: tradições locais, inclusão dos filhos como mão-de-obra familiar, dificuldades financeiras, idade ao se casar etc. Da mesma forma, a contribuição demográfica advinda da mortalidade pode se apresentar de formas diferentes de acordo com o número de óbitos, sendo-lhe atribuído maior ou menor importância no que se refere à influência exercida sobre a dinâmica demográfica da população. O número de óbitos pode ser influenciado por condições médico-sanitárias, violência, restrição alimentar etc.

Assim como a natalidade e a mortalidade podem representar maior contribuição para a compreensão do comportamento demográfico em contextos específicos, as alterações migratórias também são significativas para a sociedade. Destaca-se a relação direta existente entre os processos migratórios, a realidade sócio-econômica e os demais componentes da dinâmica demográfica. A migração não pode ser compreendida separadamente dos demais componentes demográficos, como destaca Greenwood (1980), já que ela *“tanto influencia como, por sua vez, é influenciada por muitos fatores demográficos e sociais, assim como por variáveis mais nitidamente econômicas”* (GREENWOOD, 1980, p. 498). Segundo Salim (1992), a migração é um componente demográfico relacionado às condições históricas das mudanças sociais, econômicas, estruturais etc; sendo um importante mecanismo de reprodução ou alteração numérica da sociedade. A migração pode *“mediar ou refletir processos que incidem sobre outros componentes demográficos, como a fecundidade e mortalidade”*, assim como podem agir diretamente *“sobre relações de classe que determine a formação e composição do mercado de trabalho de uma região [...]”* (SALIM, 1992, p. 119). Ainda a respeito das potencialidades de atuação da migração na realidade sócio-econômica e nas variáveis

demográficas, Elizaga (1980) acrescenta que os demógrafos, ao se referirem ao movimento migratório, tratam-no como “[...] *uma das variáveis fundamentais que atua sobre a redistribuição espacial da população e sobre as alterações que se verificam nas estruturas demográficas dos distintos segmentos geográficos de cada país*” (ELIZAGA, 1980, p. 545).

1.3.1 – A importância da migração no crescimento demográfico

Cabe aqui mostrar como a migração se torna fundamental para a compreensão da dinâmica demográfica brasileira, sobretudo a partir da queda das taxas de mortalidade seguida pela queda da natalidade. A natalidade e a mortalidade verificadas no Brasil tiveram relevância no período que antecede a transição demográfica por contribuírem de maneira mais perceptível para a configuração demográfica, embora a migração interna já estivesse presente. A partir de certo momento, no Brasil, a migração ganha maior destaque devido à estabilidade ou ao equilíbrio entre as primeiras componentes demográficas. Por isso, é a partir da *transição demográfica* que a migração ganha também mais visibilidade. Graham e Holanda Filho (1980) identificaram a diferenciação do peso exercido pelos dois componentes de crescimento urbano, a migração e o crescimento vegetativo, destacando o primeiro, considerando “*marcante crescimento da importância da migração como componente do crescimento urbano [...]*” (GRAHAM; HOLANDA FILHO, 1980, p. 758).

Após a constatação da ocorrência do processo de transição demográfica em todos os países da América Latina, verifica-se a existência de questionamentos quanto à duração desse processo e à data do seu início.

Na literatura atual ainda persiste uma forte tendência a identificar o declínio da fecundidade dos últimos 20 anos com a própria transição, principalmente quando se trata da vertente que analisa a transição demográfica sob a ótica da fecundidade, ou a situar o fenômeno a partir dos anos 50, quando por transição é compreendida também a evolução da mortalidade (PATARRA, 1994, p. 29).

Para se compreender a transição demográfica brasileira adota-se como referência e marco para o início desse processo a queda da mortalidade. Até aproximadamente a década de 1950, as taxas de natalidade e de mortalidade se mantiveram relativamente altas. A partir desse período, verificou-se declínio na taxa de mortalidade, fato muito associado aos avanços da medicina. Consequentemente, a diferença entre o

número de pessoas nascidas acrescentadas à população total e aquelas que faleciam (contribuindo para diminuir o contingente populacional) se acentuou. Com isso, verificou-se enorme crescimento populacional, que chegou a ser considerado como uma “explosão demográfica”. Este período foi interpretado por neomalthusianos⁸ como perigoso, pois, para eles a partir daí se verificaria um processo de contínuo e desenfreado crescimento populacional (PATARRA, 1994).

A queda da mortalidade está associada a melhorias na condição de vida geral da população, pois essas melhorias contribuíram para o aumento da expectativa de vida. Diniz (2002) identifica dois dos argumentos que justificam essa queda da mortalidade. Um deles é o enfoque do desenvolvimento, segundo o qual “*a redução das doenças infecto-contagiosas [...] ocorreu antes das grandes descobertas médicas*” (DINIZ, 2002, p. 32). Neste caso, a contribuição central para a diminuição da mortalidade teria sido a elevação da renda e o avanço das condições de moradia e nutrição; a melhoria da nutrição teria tido a maior influência no declínio da mortalidade infantil e na elevação da esperança de vida e ainda a importância do efeito do crescimento da renda na redução da mortalidade. Somente numa fase posterior à elevação do padrão de vida, a medicina teria contribuído em grande escala para a redução da mortalidade. Já o enfoque médico argumenta que “*a redução da mortalidade ocorreu após uma série de inovações médicas*” (DINIZ, 2002, p. 32). Esses dois enfoques se combinam existindo a possibilidade de entendê-los como complementares, “[...] criando um esquema flexível que permite diferentes combinações de diferentes pesos para cada determinante da mortalidade” (DINIZ, 2002, p. 32). Cabe ainda destacar a contribuição da educação para a prevenção e o controle das doenças.

Apesar de o crescimento populacional brasileiro ter sido inicialmente entendido como explosivo, percebe-se que as taxas de natalidade tendem a acompanhar o declínio anterior das taxas de mortalidade, seguindo em direção ao alcance de um equilíbrio demográfico. Segundo Wood e Carvalho (1994), após um período com taxa de fecundidade alta e constante no Brasil, o ritmo da transição da fecundidade alta para a fecundidade baixa representou o evento demográfico mais significativo da história do país. A natalidade foi diminuindo devido à mudança de comportamento quanto à fecundidade, em decorrência de vários fatores, por exemplo: aumento significativo do uso de métodos

⁸ O termo neomalthusianismo surge das idéias de Thomas Malthus. Trata-se de uma leitura acerca do crescimento populacional que se concentra nos aspectos negativos desse crescimento em países pobres, tratando-a como explosão demográfica. Esta idéia trás implícita a realidade da distribuição desigual de recursos e população no espaço. Os neomalthusianos entendem que a pobreza e o subdesenvolvimento seriam gerados pelo grande crescimento populacional.

anticoncepcionais, adaptação de estratégias de sobrevivência familiar a partir da diminuição da renda *per capita* familiar e ascensão da economia urbano-industrial (levando à migração do campo para a cidade) e participação da mulher no mercado de trabalho (WOOD; CARVALHO, 1994). Segundo os autores, diversos indicadores do desenvolvimento socioeconômico mostram que o Brasil se tornou uma sociedade crescentemente urbana, com base industrial em expansão e população de nível educacional mais alto e sujeita a taxas de mortalidade mais baixas. Como conseqüência, a população ajustou o seu comportamento reprodutivo ao crescimento da economia e às transformações estruturais que acompanharam o processo de desenvolvimento.

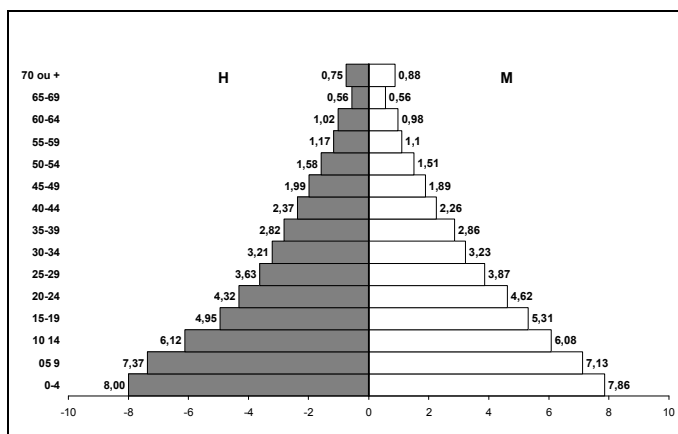
Ao elaborar uma análise da dinâmica demográfica brasileira no decorrer do século XX, Berquó (2001) identifica quatro fases marcantes. Segundo a autora, no século passado o país teve sua população aumentada enormemente, embora este crescimento populacional não tenha ocorrido em ritmo uniforme. No início do século, até aproximadamente 1940, houve um crescimento populacional significativo, justificado pela elevada contribuição da migração estrangeira, sobretudo até 1920, e pelas altas taxas de natalidade e mortalidade. A partir de 1930, o crescimento vegetativo passa a ser a variável demográfica mais relevante para a dinâmica demográfica e para o crescimento populacional devido à diminuição da migração estrangeira. No período de 1940 a 1960, o elevado crescimento da população é associado à manutenção das altas taxas de natalidade e, principalmente, à queda da mortalidade, o que pode ser verificado pelo aumento de mais de 10 (dez) anos na expectativa de vida da população. Entre 1960 e 1980, houve a redução do crescimento populacional, devida principalmente à queda da fecundidade, considerada o fator responsável por essa etapa da transição demográfica. A partir de 1960 o ritmo de crescimento anual da população começou a desacelerar, associado ao declínio da fecundidade. Enquanto isso, a mortalidade manteve o ritmo descendente do período anterior. A partir de 1980, o papel da queda da fecundidade continuou decisivo na redução do crescimento da população, pois houve diminuição ainda mais acentuada no crescimento populacional em decorrência da drástica redução da fecundidade. Em última análise a autora identifica que, no decorrer do século XX, “[...] *as mulheres no Brasil reduziram a sua prole, em média, em 5,5 filhos, enquanto houve um ganho de 35 anos na expectativa de vida dos brasileiros*” (BERQUO, 2001, p. 17).

Essas alterações populacionais afetaram diretamente e de forma significativa a estrutura etária da população, passando-se de uma pirâmide de base larga e forma triangular que caracteriza regimes demográficos de altas taxas de fecundidade e

mortalidade para uma pirâmide etária mais uniforme, típica de regimes de grande redução na fecundidade (BERQUO, 2001). A autora salienta ainda que os níveis e tendências da mortalidade e fecundidade apresentaram variações sociais e regionais.

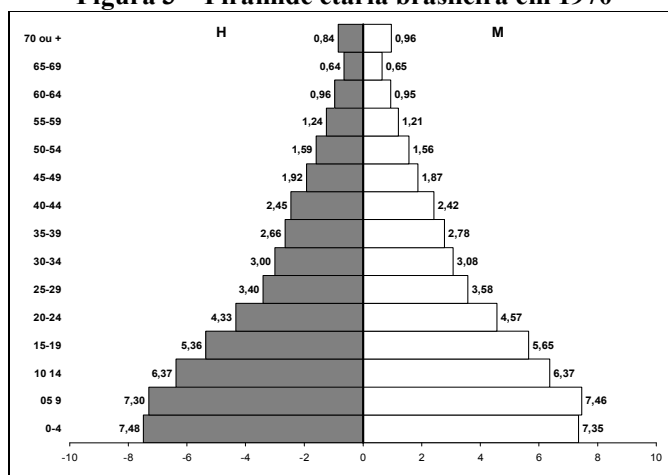
A pirâmide etária é um instrumento importante para a compreensão da estrutura etária da população, pois facilita a visualização do contingente populacional dividido por sexo e por grupos de idade⁹. A observação das pirâmides etárias que se seguem permite acompanhar visualmente a queda da fecundidade nas décadas de 1960 a 2000 (ver Figuras 2 a 6). Percebe-se uma mudança gradativa do primeiro para último caso; evolui-se de uma representação notadamente em formato triangular, com a base da pirâmide (que representa a população mais jovem) larga, para uma pirâmide etária mais uniforme, no decorrer das décadas.

Figura 2 – Pirâmide etária brasileira em 1960



Fonte: PAIVA e TOMA, 2005.

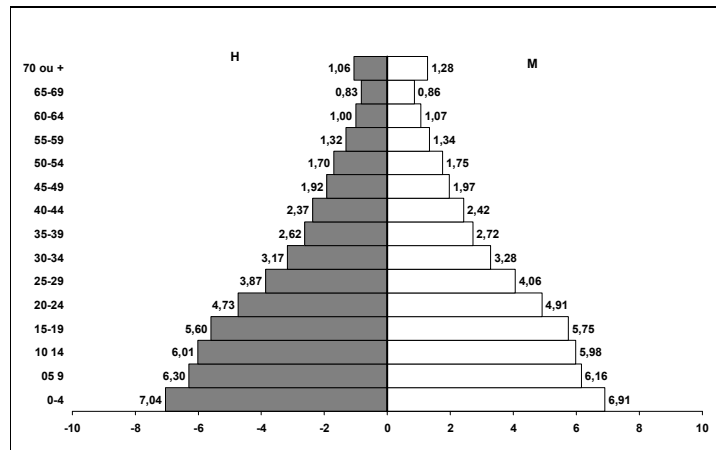
Figura 3 – Pirâmide etária brasileira em 1970



Fonte: PAIVA e TOMA, 2005.

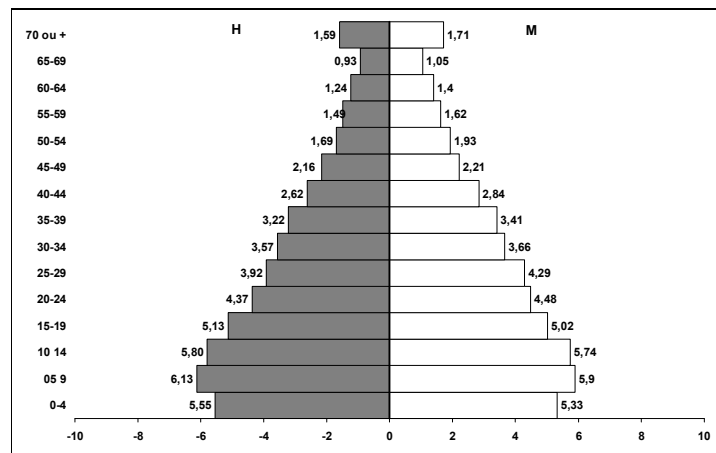
⁹ As pirâmides etárias são instrumentos de análise da população que informam o número de pessoas por sexo e faixas etárias. Na base das pirâmides está representada a população jovem e no topo a população idosa.

Figura 4 – Pirâmide etária brasileira em 1980



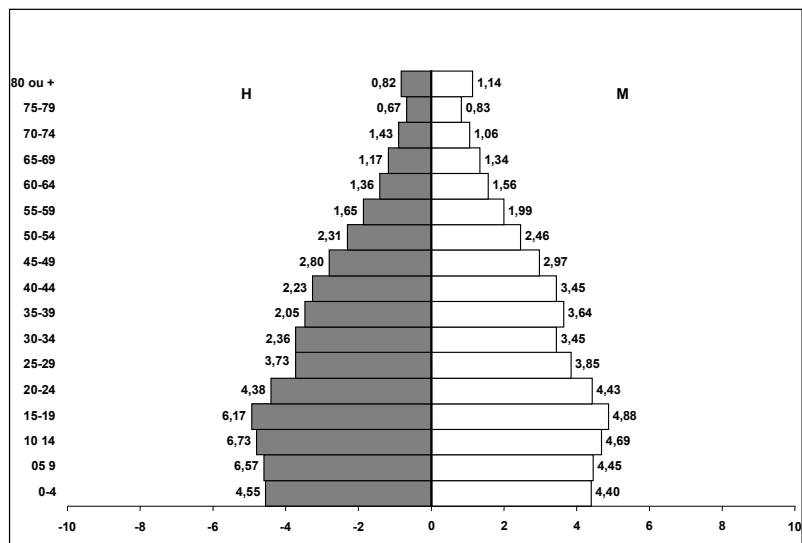
Fonte: PAIVA e TOMA, 2005.

Figura 5 – Pirâmide etária brasileira em 1990



Fonte: PAIVA e TOMA, 2005.

Figura 6 – Pirâmide etária brasileira em 2000



Fonte: PAIVA e TOMA, 2005.

O maior destaque que tem tomado a questão migratória em vários âmbitos no final do século XX, como destacam Pacheco e Patarra (1997), se deve à “*tendência de convergência dos níveis de fecundidade e mortalidade [...]*” (PACHECO; PATARRA, 1997, p. 445). Segundo os autores, a partir dessa convergência, a migração apresenta maior expressividade, pois “*tornam-se mais nítidas as disparidades da alocação da população no espaço e suas mudanças, em função de movimentos migratórios intensos, variados e em crescente diversidade [...]*” (PACHECO; PATARRA, 1997, p. 445). Dessa forma, a migração como dimensão da dinâmica demográfica se torna crucial, pois as alterações numéricas e da estrutura etária da população são devidas mais aos movimentos migratórios do que às taxas de natalidade e mortalidade, já que estas se apresentam relativamente baixas e estáveis quando comparadas a períodos anteriores.

1.4 – A Migração no Brasil Contemporâneo

No período que antecede a década de 1930, verificava-se no Brasil grande importância das imigrações internacionais, decorrentes de uma política migratória caracterizada pela substituição da mão-de-obra escrava pelo trabalho do imigrante assalariado, principalmente europeu (PACHECO; PATARRA, 1997). A primeira constituição brasileira, outorgada por D. Pedro I em 1824, reconheceu a importância da colônia alemã de São Leopoldo devido à presença dos migrantes. Segundo Vainer (1995), o surgimento do estado nacional brasileiro é contemporâneo à instituição da imigração como questão de Estado. A persistência da escravidão constituía um forte obstáculo aos projetos de intensificar a migração para o Brasil, no entanto “*a escassez relativa e o aumento do preço do escravo, decorrentes da proibição do tráfico negreiro a partir de 1850 suscitaram [...] uma transferência de ‘braços’ [...]*” (VAINER, 1995, p. 41-42). A falta de mão-de-obra para a expansão da produção cafeeira torna-se uma questão nacional de grande importância, determinando os ritmos e modalidades de transição do trabalho escravo para o trabalho livre (VAINER, 1995).

O ponto culminante das migrações européias em direção ao Brasil ocorreu nas duas últimas décadas do século XIX. Em 1930 surgiram as primeiras restrições à imigração estrangeira no país, momento em que os movimentos migratórios internos se

intensificavam. A política imigratória adotada pelo Conselho de Imigração e Colonização em 1940 indicava a necessidade de “[...] *evitar os elementos indesejáveis e os de difícil assimilação, e promover a entrada de boas correntes migratórias em harmonia com a expansão econômica do país*” (VAINER, 1995, p. 44). Segundo Vainer (1995) o Estado, neste contexto, se esforça para atender às seguintes necessidades: econômica (“braços adestrados e disciplinados”), eugênica (“doses crescentes de sangue branco”) e formação de um povo nacional (construção de um povo nacionalmente unificado e integrado sob padrões culturais homogêneos) (VAINER, 1995).

Os movimentos populacionais que caracterizavam a migração interna do período após 1930 estão vinculados às transformações econômicas, sociais e políticas vividas pela sociedade brasileira. Inicialmente, as migrações tinham como principal destino São Paulo, estado que exercia grande atratividade, devido ao seu desenvolvimento industrial e à expansão de sua agricultura. A dinâmica de acumulação cafeeira estava sendo superada e substituída pela acumulação baseada nas atividades industriais, iniciando-se o processo de industrialização brasileira. Esse processo promoveu alterações na base econômica brasileira, pois ao “[...] *redefinir as articulações da economia, passou a provocar, no meio rural tanto situações de expulsão de população como situações de incorporação no segmento urbano [...]*” (PACHECO; PATARRA, 1997, p. 454). Segundo Pacheco e Patarra (1997), os efeitos migratórios de tais processos foram bastante diversificados, dentre os quais identificam-se as migrações das áreas rurais para as cidades, constituição dos movimentos em direção às fronteiras agrícolas e intensificação das migrações sazonais, decorrentes do descontínuo processo de assalariamento da mão-de-obra rural.

As características da migração brasileira no período em que os movimentos populacionais internos ganharam destaque são apresentadas por Graham e Holanda Filho (1980). Segundo os autores, a migração inter-regional no Brasil teria aumentado entre 1920 e 1940, permanecido constante nos anos 1940, intensificado-se na década de 1950 e arrefecido nos anos de 1960. O desenvolvimento industrial paulista a partir de 1930 tem grande importância por provocar intenso deslocamento de nordestinos para São Paulo. Os autores também destacam a intensificação da migração “*de fronteira*”, associada ao desenvolvimento do estado do Paraná e posteriormente de Goiás e Mato Grosso, fazendo com que a migração entre áreas rurais representasse um aspecto importante dos movimentos populacionais entre as regiões brasileiras neste período. Quanto às migrações de caráter rural-urbano, Graham e Holanda Filho (1980) as apresentam como típicas de

“*fases iniciais de crescimento econômico de uma nação*” (GRAHAM; HOLANDA FILHO, 1980, 743), o que estaria ocorrendo no Brasil.

A partir da percepção da intensidade dos movimentos migratórios de áreas rurais para espaços urbanos, Pacheco e Patarra (1997) chamam a atenção para as contribuições da abordagem de Singer:

Para este autor, o processo de substituição de importações implicava numa reestruturação dos setores básicos da economia, ou seja, o setor de subsistência, o de exportação e o de produção para o mercado interno, reestruturação esta que tinha na redistribuição da população no espaço uma contrapartida constitutiva e imprescindível. (PACHECO; PATARRA, 1997, p. 453).

No contexto de transformações na economia do país, as áreas rurais estagnadas ou em transformação são responsáveis pela liberação de excedentes populacionais para serem recebidos como trabalhadores urbano-industriais. Esta interpretação das migrações internas relaciona o crescimento populacional e a concentração urbano-industrial. O grande fluxo migratório analisado era uma etapa particular do desenvolvimento das sociedades latino-americanas, dando origem ao conhecido êxodo rural (PACHECO; PATARRA, 1997). De qualquer forma, ocorre uma mudança no padrão migratório no Brasil contemporâneo acompanhado de uma expressiva redistribuição da população nos espaços nacionais.

O processo de redistribuição da população brasileira desde os anos de 1960 foi analisado por Pacheco e Patarra (1997), que destacaram as idéias de Martine, segundo as quais a redistribuição populacional deste período abrangia “*duas dimensões complementares, a inter-regional e a rural-urbano*” (PACHECO; PATARRA, 1997, p. 455). Forças centrífugas conduziam a população às áreas de fronteira agrícola, e forças centrípetas faziam com que ela se concentrasse em grandes aglomerados urbanos, o que era percebido através de desenvolvimentos regionais distintos e desiguais. Segundo os autores, os anos de 1970, aproximadamente, foram marcados pela falência das fronteiras agrícolas como áreas de atração e de fixação populacional e as áreas metropolitanas se tornaram o destino dos principais fluxos migratórios. Após a década de 1980, algumas cidades médias da região Sudeste se tornaram importantes como destino dos movimentos migratórios (PACHECO; PATARRA, 1997).

A mudança nos destinos das migrações no Brasil se relaciona ao processo de distribuição da população brasileira identificado por estudos realizados até a década de 1970, que destacavam o crescente e intenso movimento de concentração, considerado sob

vários âmbitos. Segundo Baeninger (2000) este movimento se caracteriza por: concentração da *migração*, com a predominância do fluxo para o Sudeste; concentração do *processo de urbanização*, com a enorme transferência de população do campo para a cidade, quando cerca de 15,6 milhões deixaram as áreas rurais nesse período (MARTINE, 1994 apud BAENINGER, 2000); e, concentração da *população*, manifestada no processo de metropolização. A partir das alterações no espaço brasileiro, fica claro que esse período foi marcado pela concentração das atividades econômicas (principalmente industriais) e conseqüente concentração da população destacando-se a região Sudeste, o estado e a cidade de São Paulo.

Os anos de 1970 marcaram o ápice do processo de concentração populacional na região Sudeste, sobretudo em São Paulo. Neste contexto, Pacheco e Patarra (1997) indicam que as causas determinantes das migrações seriam representadas pelas “[...] *mudanças na estrutura agrária e no desenvolvimento econômico das cidades de cada região*” (PACHECO; PATARRA, 1997, p. 456). Nesta década, a migração rural-urbana que atingiu grande intensidade, chegando a alcançar a cifra de 15,6 milhões de pessoas, estava associada ao processo de modernização agrícola. No entanto, esta mesma década convivia com sinais que indicavam desconcentração da atividade econômica e conseqüentemente desconcentração populacional (PACHECO; PATARRA, 1997).

No estudo das migrações não se pode deixar de fazer referência à ligação direta entre os movimentos populacionais e o processo de urbanização e desenvolvimento econômico do país, principalmente no que se refere aos movimentos migratórios mais recentes. O padrão de urbanização verificado no Brasil nas últimas décadas do século passado foi marcado por rápido crescimento e, como a população se desloca preferencialmente para áreas urbanas, esse crescimento levou à concentração da população. Assim, a urbanização colaborou para a emergência de grandes metrópoles e também para a expansão de uma diversificada rede urbana nacional (BAENINGER, 1999). Outra conseqüência desse processo de urbanização, segundo Baeninger (2000), foi a complexidade e diversificação dos deslocamentos populacionais. Isso porque o acelerado processo de urbanização “*experimentado pelas regiões brasileiras, em seu conjunto nas últimas décadas, vem redefinindo aspectos importantes do processo de distribuição espacial da população brasileira*” (BAENINGER, 2000, p. 1). Segundo a autora, essa mudança nos movimentos migratórios tem propiciado a expansão dos espaços da migração, através da incorporação de novas áreas de absorção populacional.

Outro aspecto diretamente relacionado à migração é a heterogeneidade espacial da economia brasileira. Esta heterogeneidade pode ser considerada como uma herança histórica da forma de ocupação do território (PACHECO; PATARRA, 1997) e também contribui para a concentração populacional. As desigualdades econômicas que estimulam as migrações são associadas por Balán (1980) ao desenvolvimento regional e aos desequilíbrios e relações entre as regiões. No entanto, o autor considera que o *locus* do processo de desenvolvimento está nas cidades, onde se encontram radiados os interesses dos setores dinâmicos e onde se dão os processos de decisão (BALÁN, 1980).

A respeito dos processos de concentração e desconcentração da população no espaço, Matos (1995) comenta sobre os fatores que conduzem à formação de estruturas espaciais concentradas. A princípio, é importante considerar a distribuição diferenciada de recursos naturais e populacionais no espaço. A distribuição desigual de recursos naturais poderia contribuir para a “[...] *crystalização diferenciada de vantagens comparativas inter-regionais*” (MATOS, 1995, p. 2). Da mesma forma, a população pode ser vista como um recurso capaz de induzir a concentração da produção e assim atrair mais população. No entanto, esse processo de atração da população não se desenvolve indefinidamente, havendo um limite para a concentração populacional. Os problemas gerados pelas intensas aglomerações populacionais acabam por exercer um papel de repulsão de novos migrantes e a população perde seu potencial de atrair mais população, passando a funcionar como aspecto repulsor.

As cidades são apresentadas como áreas fundamentais dentro dessa discussão, pois elas são condicionantes do crescimento econômico, devido ao oferecimento de infraestrutura para as atividades, ao mesmo tempo que atraem para si outros fatores econômicos que favorecem, assim, o desenvolvimento das *economias de aglomeração* devido às vantagens aglomerativas. Matos (1995) destaca o papel fundamental exercido pela migração interna: é “*indiscutível a importância da migração, em termos econômicos, como um fator chave da formação dos mercados de trabalho e de consumo, colaborando diretamente para o processo de concentração espacial*” (MATOS, 1995, p. 28). A mobilidade populacional brasileira iniciada nas primeiras décadas do século passado teria ocorrido a partir de alterações estruturais no interior da economia e do surgimento das condições básicas para a expansão modernizadora da região Sudeste. Segundo o autor, a migração pode ser considerada o principal componente explicativo do crescimento acelerado de muitos centros urbanos no Brasil. Apesar de as vantagens aglomerativas serem uma realidade nas grandes cidades, há que se considerar a quebra da tendência

aglomerativa quando as vantagens não conseguem encobrir os problemas advindos de uma concentração excessiva. Há, portanto, um limite a partir do qual a concentração populacional se torna insuportável.

Embora tenha sido verificado um período de intensa concentração industrial e populacional no Brasil, informações sobre o desempenho industrial mostram que a “desconcentração” a partir da Grande São Paulo continuou tendo dois sentidos: o restante da periferia nacional, como a região Norte, Centro-oeste, Bahia, Minas Gerais, Paraná; e o interior de São Paulo (PACHECO; PATARRA, 1997). Verifica-se uma reestruturação territorial no país, iniciada pela diminuição do crescimento das metrópoles. Essa reestruturação é definida por alguns autores, por exemplo Redwood (1984), como *reversão da polarização* por Diniz (1993) como *desenvolvimento poligonal* (restrito a um polígono delimitado por alguns pontos na região centro-sul). Segundo Matos (2005), “[...] *áreas de máxima centralidade vêm perdendo expressão demográfica, enquanto outros espaços emergem participando de uma espécie de reestruturação territorial*” (MATOS, 2005, p. 78). Outras expressões também são utilizadas por autores variados ao se referirem a esse período como, por exemplo, *deseconomias de aglomeração*, *descentralização econômica* e *desindustrialização*. Atividades econômicas, principalmente industriais, são redirecionadas para cidades do interior dos estados, especialmente de São Paulo, levando a uma redistribuição populacional devido ao oferecimento de empregos nessas cidades. Com isso, as cidades secundárias apresentam crescimento econômico e populacional mais significativo do que as áreas metropolitanas, que continuam a crescer, embora em ritmo menos acelerado.

As peculiaridades do processo de descentralização econômica baseado na realocação industrial podem ser identificadas a partir de estudo mais detalhado. Está claro que houve uma redistribuição das indústrias, no entanto essa redistribuição pode ter ocorrido apenas com alguns tipos de indústrias, enquanto outros tipos tenderiam a permanecer nas grandes cidades devido à necessidade de mão-de-obra especializada ou outros fatores. Há inclusive alguns comentários a respeito de uma possível reconcentração industrial a partir dos espaços deixados pelas primeiras indústrias. A questão é abordada por Matos (2005):

[...] Se paralelamente à desconcentração demográfica também se dá um processo similar de descentralização econômica, pode-se argüir sobre que setores estariam perdendo expressão ou deixando as metrópoles e quais os que se mantêm atrelados aos atributos de centralidade das grandes cidades (MATOS, 2005, p. 78).

Nas décadas de 70 e 80, houve uma desconcentração industrial de São Paulo, evidenciada por vários autores, advinda do investimento do governo em incentivos e infraestrutura, da formação de deseconomias de aglomeração na área metropolitana e da formação de economias de aglomeração em outras regiões, no processo de unificação do mercado nacional. Redwood (1984) identifica alguns fatores de incentivo à desconcentração econômica e populacional: o aumento da poluição, do crime e da marginalidade, aumento dos custos da terra e do trabalho e do custo de vida das grandes cidades, na medida do seu crescimento. Paralelamente à diminuição da importância das metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro, verifica-se o aumento da importância das metrópoles regionais na economia do país. Essa desconcentração econômica no Brasil é associada também à intervenção do Estado. Algumas metas e investimentos públicos como, por exemplo, o projeto de interiorização do desenvolvimento nacional expresso pelo Plano de Metas¹⁰ permitiram o incremento de novas áreas industriais.

As características migratórias a partir dos anos 80 apontam para a existência de novos padrões, verificando-se uma significativa diversidade de situações de deslocamentos populacionais e uma forma muito distinta com que essa diversidade se manifestou no território nacional (PACHECO; PATARRA, 1997). Houve transformações acentuadas nos volumes, fluxos e características dos movimentos migratórios no Brasil neste período. Segundo os autores, verifica-se uma nítida inversão da tendência ocorrida na Região Metropolitana de São Paulo, que, conforme dados do Censo Demográfico de 1991 “*passou de um saldo migratório positivo de aproximadamente 2,5 milhões de pessoas para um saldo migratório negativo de 700 mil pessoas*” (PACHECO; PATARRA, 1997, p. 458). Paralelamente, hoje, identificam-se níveis mais baixos de crescimento populacional das áreas metropolitanas (em parte, associados à queda da fecundidade), maior incidência de migrações intra-regionais e de curta distância e aumento dos níveis de migração de retorno. Todas estas alterações estariam justificando a idéia de que há maior equilíbrio na distribuição populacional e que os motivos que levam a essas alterações nos padrões migratórios podem estar relacionados à maior integração do país à economia mundial. Talvez, por isso mesmo, evidencia-se a tendência de maior crescimento de cidades médias e configuração de periferias no entorno de centros urbanos maiores.

¹⁰ O Plano de Metas foi criado em 1956, durante o governo de Juscelino Kubitschek no Brasil. Dentre as alterações verificadas a partir da proposta de 31 (trinta e uma) metas, destaca-se o incentivo ao processo de integração do território nacional através da construção da cidade de Brasília que passa a ser a nova capital, e da unificação do país, favorecendo o contato entre regiões até então mais isoladas através dos investimentos em meios de transporte, principalmente rodoviários.

Várias alterações substanciais nos padrões de crescimento populacional no Brasil são identificadas por Matos (2005). Os dados demográficos da década de 1960 já mostravam os migrantes como protagonistas do processo de expansão urbana e da dinâmica de redistribuição da população no espaço, como informa Matos (2002), principalmente devido à redução gradativa da fecundidade. A partir dos anos 1970, as migrações internas “*deixam de ser majoritariamente de tipo campo-cidade*” (MATOS, 2002, p. 50) e os movimentos de caráter urbano-urbano crescem até se tornarem mais significativos em quase todo o território. “*Movimentos do tipo campo-cidade perdem a primazia a favor de um padrão mais disperso de tipo urbano-urbano, apoiado na presença de redes urbanas densas e em expansão*” (MATOS, 2002, p. 51). Verifica-se também uma alteração no perfil dos migrantes que se deslocam como resultado do processo de desconcentração espacial iniciado na década de 1970. Estes migrantes exibem melhor qualificação em função da sua origem urbana. No desenvolvimento de um trabalho de pesquisa, Matos (2002) buscou comprovar a hipótese de que

[...] os trabalhadores migrantes integrantes dos fluxos de desconcentração populacional são significativamente mais experientes para o trabalho urbano e mais instruídos que os demais trabalhadores migrantes, operando, portanto como vetor de redinamização dos mercados de trabalho em termos de qualificação ocupacional, e contribuindo, em alguma medida, para a redução das disparidades regionais (MATOS, 2002, p. 52).

Nas décadas precedentes, excedentes populacionais alimentaram fortes movimentos migratórios em direção às grandes metrópoles e áreas de fronteira de recursos, mas agora os movimentos da população no espaço ganharam outras dinâmicas. Atualmente, Matos (2005) identifica novos movimentos populacionais: em direção a regiões litorâneas dos estados, para as cidades médias, considerando ainda que “*de fato, as décadas de 1980 a 1990 marcaram a emergência de novas territorialidades que influíram nos movimentos migratórios*” (MATOS, 2005, p. 126).

1.4.1 – A migração em Minas Gerais

Os estados do Nordeste e Minas Gerais herdaram contingentes populacionais expressivos em determinados períodos econômicos vivenciados pelo Brasil (PACHECO;

PATARRA, 1997). Isso ocorreu, sobretudo, por estas áreas terem sediado os ciclos econômicos mais importantes do país até a metade do século XIX. Posteriormente, essa população aos poucos foi emigrando da região Nordeste e do estado de Minas Gerais. Estes locais, então, ficaram conhecidos por perderem população devido ao grande número de pessoas que se dirigiram para áreas mais dinâmicas do país. O estado de Minas Gerais foi um dos que mais se destacou durante muito tempo dentre os que perderam população no Brasil.

Após 1930, segundo Pacheco e Patarra (1997), a região Nordeste e o estado de Minas Gerais transformaram-se em áreas tipicamente expulsoras de população. A esse respeito, Matos (2005) salienta que “*o dinamismo dos principais centros do Sudeste, as fronteiras agrícolas em expansão e as decorrentes dificuldades econômicas internas foram importantes fatores que explicam a emigração mineira ao longo do século XX*” (MATOS, 2005, p. 177). O autor acrescenta como possível contribuição para a condição emigratória mineira o fato de o estado ter experimentado grande acúmulo de população, especialmente ao longo do século XIX. Com expressivos estoques populacionais e vivenciando a perda do dinamismo econômico no fim do século XIX, seria de se esperar a liberação de grandes grupos populacionais. A respeito das justificativas das perdas populacionais verificadas no estado de Minas Gerais, Matos (2005) destaca:

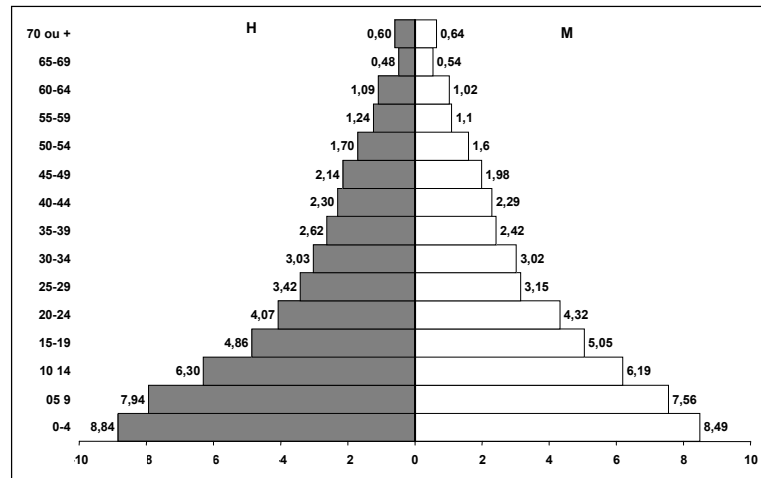
Nas primeiras décadas do século XX, com a intensificação do processo de industrialização e urbanização, aumentaram as saídas de migrantes rumo ao estado de São Paulo e, um pouco depois, rumo às fronteiras agrícolas do norte do Paraná e do Centro-Oeste. Se de um lado, a pujança econômica paulista operava como um fator de atração populacional, de outro a decadência de determinadas regiões mineiras mostrava-se patente, sobretudo nas áreas rurais (MATOS, 2005, p. 177).

O estado de São Paulo e, sobretudo sua Região Metropolitana, apresentaram em meados do século XX a posição de principais áreas receptoras de emigrantes de Minas Gerais (MATOS, 2005). Na década de 1970, verificou-se o ponto culminante dos grandes volumes migratórios brasileiros e São Paulo apresentou o maior saldo migratório da história brasileira, com um ganho de mais de 3,5 milhões de pessoas. Nesta década, Minas Gerais “[...] já apresentava um arrefecimento de suas perdas populacionais, o que se refletia na redução do saldo negativo. [...] Essa tendência de redução se confirmou com os dados de 1980 [...]” (MATOS, 2005, p. 178).

O contingente populacional que deixou os municípios mineiros e se dirigiu a outras áreas, principalmente ao estado de São Paulo, pode ser visualizado na análise das

pirâmides etárias das duas unidades da federação. A pirâmide etária mineira em 1960 (ver Figura 7) demonstra uma estrutura populacional muito próxima à nacional para o mesmo período (ver Figura 2), com grande natalidade verificada pela largura da sua base e pela forma triangular.

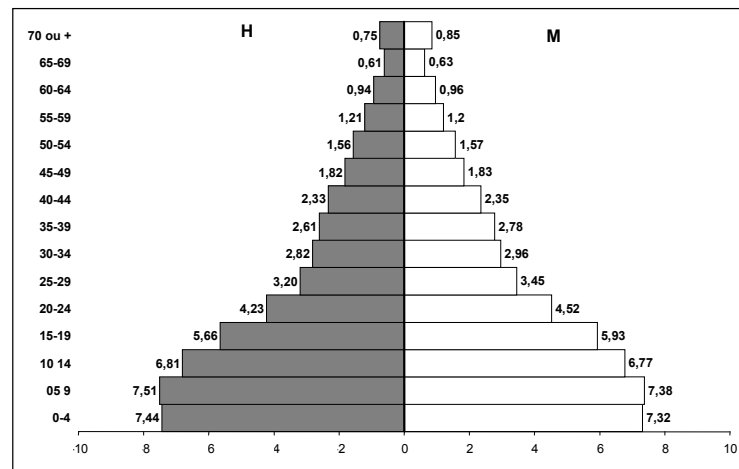
Figura 7 – Pirâmide Etária de Minas Gerais em 1960



Fonte: PAIVA e TOMA, 2005.

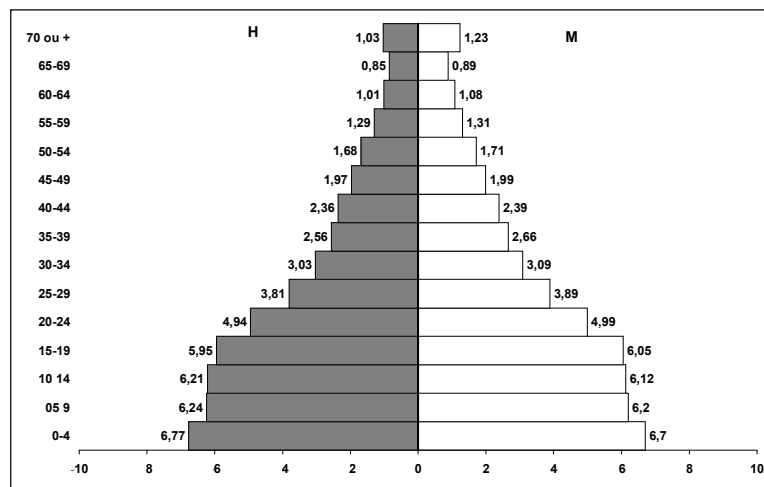
Quando se compara as informações anteriores à estrutura populacional representada pela pirâmide etária de Minas Gerais em 1970 (ver Figura 8), já se pode notar que há uma diminuição da população localizada na base da pirâmide e nas faixas etárias dos 25 aos 50 anos. A diminuição da população nas faixas etárias superiores indica a população que deixa o estado através dos movimentos migratórios, enquanto o estreitamento da base da pirâmide demonstra que o estado acompanha a tendência nacional de queda da fecundidade, acrescentando-se também a diminuição relativa dos nascimentos devido a perda de população em idade fértil. A pirâmide etária de Minas Gerais em 1980 (ver Figura 9) permite visualizar a permanência de pequena alteração nas faixas etárias da população jovem, assim como o avanço do processo de envelhecimento da população. A pirâmide etária representativa do estado de Minas Gerais no ano 2000 apresenta a composição mais recente da população (ver Figura 10), com destaque para a queda ainda maior nas taxas de natalidade, o que se verifica a partir da diminuição da base da pirâmide.

Figura 8 – Pirâmide Etária de Minas Gerais em 1970



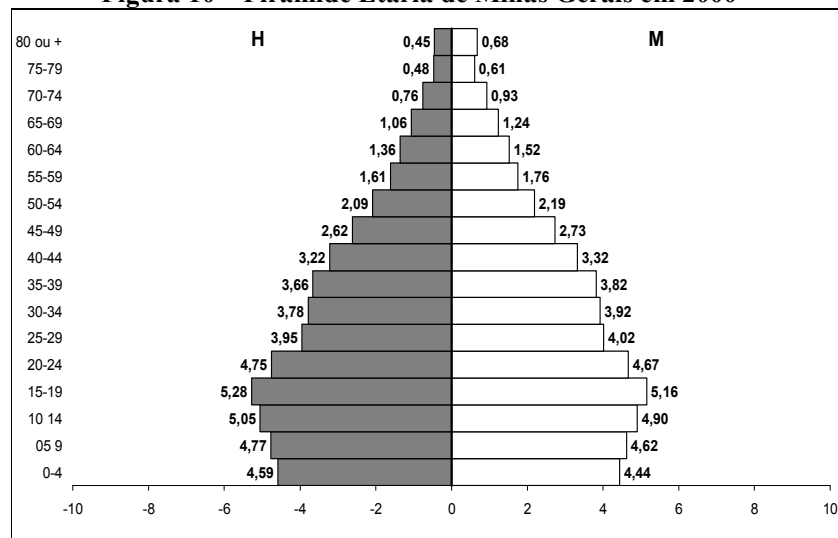
Fonte: PAIVA e TOMA, 2005.

Figura 9 – Pirâmide Etária de Minas Gerais em 1980



Fonte: PAIVA e TOMA, 2005

Figura 10 – Pirâmide Etária de Minas Gerais em 2000



Fonte: PAIVA e TOMA, 2005

Recentemente, pesquisas mostraram uma alteração da histórica perda populacional em Minas Gerais, estabelecendo-se novos padrões nas trocas populacionais envolvendo os estados de Minas Gerais e São Paulo. Isso ocorre principalmente quando o estado de São Paulo passa pelo processo de desconcentração espacial das atividades industriais e de população (MATOS, 2005). Este aspecto é comentado por Baeninger (2000), ao analisar detalhadamente os fluxos populacionais entre os dois estados. Nos anos de 1970, já se podia identificar um incipiente processo de reversão emigratória da área, sendo que 35,6% dos migrantes de Minas Gerais estavam retornando ao estado. Nota-se que o processo de desconcentração das atividades econômicas que marcava o período de 1970 e 1980 beneficiou Minas Gerais, “[...] *podendo já ter contribuído, nesse período, para a absorção de sua população natural, bem como para atração e, inclusive, refluxo de população*” (BAENINGER, 2000, p. 4).

A notoriedade do aumento da capacidade de retenção de população pelo Estado de Minas Gerais nas últimas décadas é destacada por Garcia e Miranda Ribeiro (2005). Segundo os autores, a migração de retorno tem representado um papel importante no cenário geral das migrações no Brasil, conforme pesquisas realizadas na região Nordeste e no estado do Paraná. Para analisar os efeitos diretos da migração de retorno em uma unidade da federação, considera-se “[...] *todo o natural que tenha retornado a esta unidade da federação (UF) no decênio anterior à do censo utilizado como fonte de dados*” (GARCIA; MIRANDA RIBEIRO, 2005, p. 160).

No caso do estado de Minas Gerais, Garcia e Miranda Ribeiro (2005) verificaram que dos 465 mil imigrantes decenais recenseados em 1980, cerca de 167 mil (36%) eram retornados, ou seja, naturais de Minas Gerais que retornaram ao Estado no decênio anterior. Dos quase 800 mil imigrantes decenais recenseados em 1991, cerca de 47,5% (381 mil, aproximadamente) eram retornados, e em 2000, a proporção de retornados, dentre os migrantes decenais é próxima à observada em 1991, de cerca de 45% (426 mil dos 950 mil imigrantes) (GARCIA; MIRANDA RIBEIRO, 2005)¹¹.

¹¹ Os autores também chamam a atenção para as conseqüências diretas no aumento da população do estado advindas da migração de retorno. No decênio 1970/1980, 30 (trinta) mil crianças que nasceram em Minas Gerais foram resultado da migração de retorno, ou seja, são filhos de mulheres que retornaram neste período. Entre 1981 e 1991, este número subiu para 55 mil crianças e, no período seguinte, entre 1991 e 2000, foram quase 46 mil crianças. Apesar de o número de mulheres retornadas ter crescido entre 1991 e 2000, a razão criança-mulher diminuiu, o que explica a queda no número de crianças nascidas no decênio anterior ao censo 2000. Isso não aconteceu no decênio 1981/1991, porque o número de mulheres retornadas, observado em 1991, era muito maior que o número observado em 1980, o que compensou a queda da razão entre crianças e mulheres (GARCIA e MIRANDA RIBEIRO, 2005).

Através das análises numéricas da população migrante no estado de Minas Gerais, Garcia e Miranda Ribeiro (2005) demonstram o aumento crescente da capacidade do estado de reter população. Pela primeira vez em décadas, “*o volume de pessoas que adentram nas alterosas mineiras foi, durante a década de 90, superior ao das que saíram, resultando num salto migratório positivo*” (GARCIA; MIRANDA RIBEIRO, 2005, p. 174). Nesse sentido, é nítida a intensificação dos volumes de entrada de pessoas nesta unidade da federação, pois houve aumento significativo da imigração em Minas Gerais, uma vez que o número de migrantes duplicou, entre 1980 e 2000. Tendo em vista a migração de retorno verificada no estado de Minas Gerias nas últimas décadas e a reversão da tendência à perda populacional, vivenciada durante muito tempo, são necessárias algumas reflexões sobre a permanência ou fixação da população nas cidades de origem ou de residência, aqui denominada não-migração. Por isso, a identificação e análise dos fatores que contribuem para a decisão de não migrar constituem importante instrumento para compreensão da dinâmica demográfica do estado.

1.5 – Aspectos Relativos à Não-migração

As reflexões sobre o crescimento da população brasileira e, principalmente, sobre a participação dos movimentos migratórios mais recentes na alteração das características da dinâmica demográfica sinalizam a importância que pode ser conferida à não-migração. Esta, também se apresenta como realidade no país e devido as recorrentes alterações nos padrões demográficos a análise e identificação dos fatores determinantes adquirem potencial explicativo para a compreensão mais ampla da organização da população no espaço.

Partindo de alguns pontos anteriormente colocados sobre os deslocamentos migratórios, cabe fazer alguns questionamentos que buscam elucidar a participação da não-migração na dinâmica demográfica.

As áreas rurais brasileiras se configuraram como importantes espaços de liberação de excedentes de população durante importante período dos movimentos migratórios. A migração do tipo campo-cidade era justificada pelo crescimento populacional decorrente da caracterização da dinâmica demográfica, que ainda não havia

passado pelo processo de transição demográfica. No entanto, fica claro que os padrões migratórios se alteraram, constituindo-se principalmente de fluxos do tipo urbano-urbano. Com relação ao crescimento populacional, a transição demográfica se completou e o crescimento atual apresenta-se como baixo e estável, não gerando os chamados excedentes populacionais.

Se a liberação de população de áreas rurais para as cidades esgotou-se e este fator explicativo chave das migrações tende a desaparecer, isso pode dar origem a um outro momento em que passa a predominar a não-migração?

Se não há excedentes populacionais, seja porque a transição demográfica brasileira se completou ou, até porque quem tinha de migrar já migrou, como explicar a permanência nos lugares dos que não migraram?

A população, vista como um recurso que pode induzir a concentração da produção e assim atrair mais população, contribuiu para elevar o crescimento das grandes cidades brasileiras. No entanto, verifica-se que este potencial de atração não se desenvolve permanentemente, podendo surgir novas tendências. As intensas aglomerações populacionais acabaram por gerar problemas que passaram a inibir movimentos migratórios em áreas de intensa emigração.

Quais as conseqüências da intensa aglomeração populacional para a permanência da população em suas localidades de origem, destacando-se, neste contexto, a importância da não-migração?

Depois de uma intensa concentração populacional associada à concentração da atividade industrial, a dinâmica demográfica passa a experimentar um processo de desconcentração. Os grandes centros, especialmente São Paulo, não apresentam mais crescimento demográfico acentuado, como se verificou no período de concentração. As cidades do interior, especialmente as cidades médias, passam a ser alvo do processo de desconcentração. A redistribuição da população no espaço passa a ocorrer privilegiando as cidades secundárias que apresentam crescimento econômico mais significativo, inclusive se constituindo como movimentos de migração de retorno.

Em que medida o processo de desconcentração inibe a migração para os grandes centros urbanos, incentivando a permanência da população em localidades menores? Poderia este processo de desconcentração populacional estar relacionado também à não-migração?

Alguns fatores podem ser enumerados e entendidos como causa da alteração de tendências migratórias e motivadores da desconcentração e redistribuição demográfica verificada no Brasil, como a

[...] escassez de postos de trabalho em grandes centros urbanos e surgimento concomitante de oportunidades econômicas em localidades menores [...], piora das condições de vida das famílias, em face de aumentos do custo de moradia, (preço de terrenos, impostos, aluguéis etc), crescentes constrangimentos nos deslocamentos residência-trabalho, aumento da violência e criminalidade etc (MATOS, 2002, p.51).

Há ainda outros aspectos associados à desconcentração demográfica, por exemplo, o aumento da poluição, da marginalidade, aumento do custo de vida de modo geral.

Enfim, muitas são as questões e perguntas que se abrem com as mudanças aqui apontadas. Afinal, qual é, por exemplo, a força dos fatores anteriormente enumerados nos movimentos migratórios de retorno? De outro lado, como a não-migração contribui para a redistribuição populacional e em que medida a desconcentração populacional afeta a tendência de não-migração?

CAPÍTULO 2 – FATORES E ESPAÇOS DA NÃO-MIGRAÇÃO

2.1 – Fatores Determinantes da Migração e da Não-migração

A identificação e análise dos fatores que contribuem ou determinam os movimentos migratórios, no contexto dos atuais movimentos da população no espaço brasileiro, apresenta importância significativa, uma vez que a maior parte dos estudos e investigações realizados sobre estes fatores se refere aos períodos históricos em que as características migratórias eram distintas. Os estudos relativos aos movimentos migratórios no Brasil são abundantes, no entanto, a não-migração não tem recebido atenção das pesquisas científicas. A diminuição da perda populacional e a realidade da migração de retorno no estado de Minas Gerais sinalizam também para a necessidade de compreensão dos fatores que contribuem para a permanência da população nas localidades deste estado.

Antes de identificar os motivos que tradicionalmente são apontados como determinantes da migração e da não-migração, é importante recordar que *“os fatores que retêm e os que atraem ou repelem as pessoas não são compreendidos exatamente nem pelo cientista social, nem pelas pessoas diretamente afetadas”* (LEE, 1980, p 101). Isso ocorre porque a decisão entre migrar e não-migrar está envolvida em uma reflexão sobre fatores econômicos, sociais, psicológicos etc. A decisão de emigrar *“[...] parece ser a resultante de uma acumulação de muitos temores e esperanças, da interação de muitas forças coletivas”* (BRIGG, 1980, p. 631).

Lee (1980) atenta para a realidade de *“[...] nunca ser possível especificar a série exata de fatores que estimulam ou inibem a migração de uma pessoa”* (LEE, 1980, p. 100). Geralmente, a possibilidade mais próxima que se alcança é a exposição de alguns fatores que são de especial importância para um grupo considerável de pessoas. Por isso, a investigação, por mais criteriosa que seja não elucida todos os aspectos no que se refere às decisões em jogo. Apesar disso, as pesquisas a respeito dos fatores da migração e da não-migração não deixam de ser importantes para a compreensão da dinâmica migratória de uma sociedade e de suas alterações demográficas.

Ravenstein (1980) teve sua atenção atraída para o assunto dos movimentos migratórios a partir da idéia de que *“a migração parece ocorrer sem qualquer lei definida”*

(RAVENSTEIN, 1980, p. 25). O autor deu início a vários estudos questionando esta idéia, que posteriormente o levaram à publicação do trabalho “As Leis da Migração”. Nesta obra, o autor demonstra a grande influência que os fatores econômicos exercem sobre a decisão de migrar da população.

Ao pensar nas causas ou motivos da migração, cabe considerar a referência feita aos fatores de atração e repulsão da população, importantes na análise dos processos migratórios e amplamente discutidos na literatura demográfica. Os fatores de atração estão ligados ao potencial ou poder de atração exercido pelas características da localidade de destino, gerando no pensamento dos indivíduos a idéia de que a vida em tal localidade seria melhor, mais fácil ou de maior qualidade. Já os fatores de repulsão estão relacionados ao local de origem e são formados por um grupo de acontecimentos ou características dominantes nesta localidade que tornam a vida mais difícil, repelindo a população, ou seja, conduzindo-a à decisão de migrar. As oportunidades de emprego no local de origem podem ser citadas como importante fator de atração e a má remuneração como importante fator de expulsão. Uma situação seria as boas oportunidades de emprego no local de destino, e a má remuneração na localidade de origem.

Em alguns momentos, esses fatores de atração e de repulsão recebem denominação diferente, sendo chamados de fatores positivos e negativos dos locais de origem e de destino da população (LEE, 1980). Embora se utilizem denominações diferentes, elas são entendidas com o mesmo significado apresentado anteriormente. Os fatores positivos estariam associados ao local de destino, conferindo potencial e qualidades para atrair população, enquanto os fatores negativos estariam relacionados à má qualidade de vida e a outras características negativas no local de origem, que funcionam como incentivo à saída de população.

Os fatores de repulsão foram estudados por Singer (1980) e apresentados em dois grupos: fatores de estagnação e fatores de mudanças. Estes dois grupos são compostos por fatores que agem repelindo a população de seu local de origem, principalmente em se tratando da migração de áreas rurais para urbanas. Porém, a forma como agem no espaço se verifica claramente diversa, apresentando sentidos opostos. Os *fatores de mudança* agem no espaço em decorrência da introdução de relações de produção capitalistas nestas áreas, acarretando “[...] a expropriação de camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários, tendo por objetivo o aumento da produtividade do trabalho” (SINGER, 1980, p. 223), cuja conseqüência é a redução do nível de emprego no local. Já os *fatores de estagnação*, se manifestam sob a forma de

“*uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis*” (SINGER, 1980, p. 224). Esta limitação de terras cultiváveis pode decorrer de insuficiência física de terra aproveitável, bem como pela monopolização de grande parte das propriedades pelos grandes proprietários através da concentração de terras.

Os fatores de expulsão, segundo Singer (1980), definem as áreas de onde se originam os fluxos migratórios, mas são os fatores de atração que determinam a orientação desses fluxos e as áreas às quais eles se destinam. Sendo assim, a atuação conjunta dos fatores de atração e expulsão define e configura os movimentos migratórios. O autor considera que a demanda por força de trabalho gerada por empresas industriais e por expansão dos serviços, proporcionando oportunidades econômicas, consideradas como o mais importante fator de atração.

Muñoz e Oliveira (1980) compartilham da idéia de analisar as causas da migração em termos de expulsão e de atração populacional. A migração resulta da ação recíproca desses dois aspectos e do equilíbrio de forças expulsoras prevaletentes no campo e de forças atrativas atuantes nas cidades (no caso da migração rural-urbana). “*O grau de desenvolvimento de uma região ou de um centro urbano exerce uma atração poderosa no que concerne à decisão de migrar*” (MUÑOZ; OLIVEIRA, 1980, p. 584), no entanto esta decisão também está associada à prevalência de elementos de expulsão nas áreas de origem, sendo a migração resultante de uma *causalidade recíproca* destes dois grupos de fatores (MUÑOZ; OLIVEIRA, 1980).

Embora, de modo geral, possam ser identificados os fatores relacionados aos locais de origem e destino que atuam como atração ou repulsão da população, em algumas situações esses fatores podem agir de forma inversa, dependendo da população que com eles interage. Os fatores apresentam relatividade, tendo resultados diversos em decorrência de diferentes interesses, faixa etária e necessidades dos migrantes. Um fator específico pode exercer a função de atração para alguns migrantes e não ter a mesma ação quando o migrante apresentar outro perfil. Elizaga (1980) aponta que “*há condições em que, dependendo do ‘fator pessoal’, ou mesmo de sua vinculação com o ciclo vital do indivíduo, poderiam ser considerados como estímulos ou obstáculos*” (ELIZAGA, 1980, p. 562). A identificação e o posicionamento diante das características e possibilidades dos lugares de origem e destino dependem da reflexão pessoal, das informações disponíveis, dos contatos pessoais e das expectativas dos indivíduos. O fato de que uma pessoa seja solteira, por exemplo, facilita os deslocamentos, enquanto famílias com filhos viveriam situação adversa à migração (ELIZAGA, 1980). A rede de vinculações também atua no sentido de

favorecer o movimento migratório, uma vez que diminui a preocupação dos migrantes com relação às condições a serem encontradas no local de destino.

Os fatores determinantes dos deslocamentos são identificados na análise microdemográfica, segundo razões ou motivos declarados pelos migrantes (econômicos, sociais, psicológicos) e outras condições objetivas que intervêm na decisão de migrar (distância, informação, contatos pessoais) (ELIZAGA, 1980). Na decisão se faz um balanço entre aspectos positivos e negativos que envolvem o ato de migrar ou não migrar. Essa decisão é também um processo psicológico complexo e às vezes a decisão é tomada sem o predomínio do uso da razão, considerando-se aspectos relativos a preferências pessoais, impressões a respeito dos locais de destino etc, o que leva o componente racional a ter menor importância do que o não-racional. Além da complexidade envolvida na decisão, Lee (1980) acrescenta que a opção por migrar ou não nunca é feita de maneira completamente racional.

As causas da migração, segundo Muñoz e Oliveira (1980), devem ser procuradas não apenas na análise dos locais de origem e destino; o processo migratório também deve ser analisado em suas múltiplas relações com o processo de desenvolvimento nacional. As causas da migração que estão relacionadas com os fatores de atração e repulsão são compreendidas como estruturais. Já as causas individuais referem-se às motivações que impelem as pessoas a migrar. Para uma identificação correta das causas individuais da migração, afirma-se ser necessário levar em conta o contexto social em que as mesmas se reproduzem, já que as motivações respondem às condições existentes nas áreas de origem/destino (MUÑOZ; OLIVEIRA, 1980).

Alguns fatores afetam a maioria das pessoas igualmente, por exemplo, o clima, quando ameno atrai e quando insalubre afasta a população. Outros fatores terão ações distintas em pessoas diferentes, como por exemplo, a disponibilidade de um bom sistema escolar, que atrai população com filhos em idade escolar e não interfere na decisão de pessoas sem filhos, que ficarão indiferentes diante deste aspecto (LEE, 1980). Fatores ou características das áreas de origem e de destino dos movimentos migratórios podem ser considerados fundamentais na avaliação de determinado grupo de pessoas e pode não ter a mesma ação em outro grupo, e até mesmo chegar a ter ação contrária, por se tratar de pessoas distintas¹².

¹² Além da migração delimitada através dos fatores de atração e repulsão, Lee (1980) chama a atenção para o fato de que “*nem todas as pessoas que migram chegam a tal decisão por si mesmas [...]*” (LEE, 1980,

Alguns autores elaboraram um trabalho de identificação dos fatores determinantes para a migração (ELIZAGA, 1980; BRIGG, 1980 e SINGER, 1980), definindo um grande grupo de possibilidades para estes fatores. Um dos levantamentos é promovido por Elizaga (1980), que agrupa os fatores segundo razões de natureza econômica e de natureza sociocultural. Os motivos para a migração que apresentam maior destaque são a “busca de trabalho” e por “níveis melhores de remuneração”. Em seguida, surgem as razões de ordem sociocultural como, por exemplo, melhoria nos níveis de educação e motivos familiares. Por último, levantam-se os motivos de ordem pessoal e psicológica, como insatisfação no local de residência, atração exercida pela vida da cidade etc. Estes últimos estão freqüentemente associados às razões econômicas e sociais (ELIZAGA, 1980).

Já no trabalho de Brigg (1980), as causas que influenciam a migração são agrupadas em razões relacionadas ao trabalho e razões de caráter pessoal ou social. Dentre os motivos relacionados ao trabalho, situa-se o deslocamento a fim de buscar ou aceitar emprego, devido à prevalência de falta de emprego no local de origem e perspectiva de se obter melhor emprego no local de destino, com maior remuneração, maiores oportunidades de afirmação e condições mais favoráveis de trabalho. Outras razões que não estão diretamente relacionadas ao trabalho são listadas a seguir: o desejo de elevar o nível da educação, próprio ou da família; casamento (especialmente no caso das mulheres); desejo de reunir-se a parentes que já residem no local; prestação de serviço militar; oportunidades de diversão, novidades; maiores e melhores oportunidades de serviços educacionais, culturais e cívico-religiosos, como colégios, bibliotecas, teatros, igrejas e instalações esportivas; maior e melhor disponibilidade de serviços de bem estar social, como hospitais, asilos e bancos; proteção em caso de catástrofes naturais e falecimento de membro da família; melhor segurança; tensões sociais e de classes, violência rural; clima; libertação de domínio exercido pelos mais velhos e do controle muito estrito existente nas zonas rurais; tensões pessoais; prestígio; maiores oportunidades de consumo (BRIGG, 1980, 631). A decisão de migrar ou não resulta da acumulação de temores e esperanças relacionadas às possibilidades de mudança, da interação de muitas forças coletivas. Em alguns, casos as razões econômicas parecem ser as mais importantes nas áreas menos desenvolvidas de um país, nas áreas mais avançadas, outros fatores parecem prevalecer no incentivo aos processos migratórios.

p. 103), como por exemplo, as crianças que são levadas pelos pais, as esposas que acompanham seus cônjuges e os idosos dependentes de familiares.

Vários trabalhos de pesquisa aprofundaram a discussão sobre os fatores que se relacionam diretamente aos movimentos migratórios, investigaram suas causas ou motivos, analisaram os seus fatores determinantes, mas quase nada foi dedicado à compreensão dos fatores da permanência da população nas localidades de origem ou de residência atual. A inversão de tendência ou sinal de alguns dos fatores que estimulam a migração poderia ser suficiente para a explicação da não-migração. O presente trabalho tenta discutir alguns dos fatores que contribuem para a não-migração, iniciando a reflexão a partir dos movimentos migratórios. A ausência de trabalhos direcionados a esse tipo de problematização, evidentemente, torna mais difícil essa tarefa.

Para contribuir com as discussões apresentadas, alguns elementos da geografia cultural serão assinalados com vistas à compreensão da não-migração. O esforço empreendido é apenas inicial, havendo ainda muito que investigar, com relação às possibilidades de associação entre a dinâmica demográfica e a abordagem cultural. O suposto é que esta área do conhecimento pode contribuir para alcançar o objetivo que se empreende devido ao fato de que os fatores subjetivos adquirem maior visibilidade quando se trata da não-migração, enquanto fatores objetivos, principalmente relativos a aspectos econômicos se mostram mais importantes para compreender os movimentos migratórios.

2.2 – O Papel dos Fatores Objetivos

Inicialmente, cabe recordar que a decisão de migrar, normalmente tomada de forma individual (ou familiar), traz implícita a expectativa de melhoria. Neste contexto, os motivos econômicos são apontados como predominantes sobre os demais (MATA, 1980), e a perspectiva de aumento dos rendimentos e de possibilitar maior acesso à educação formal são elementos decisivos para a mudança do campo para a cidade ou de cidades menores para centros urbanos maiores.

É evidente que os fatores objetivos recebem atenção privilegiada dentro dos estudos migratórios quando se investiga as causas ou motivos da migração, sendo consenso entre os autores o fato de que os aspectos econômicos se destacam entre os motivos indicados pelos migrantes como determinantes do seu movimento migratório. A procura de melhores oportunidades sócio-econômicas é geralmente apresentada como o principal

componente da motivação para migrar. Entende-se que os migrantes respondem, principalmente, às oportunidades reais ou esperadas de emprego espacialmente diferenciadas, uma vez que através delas é que poderiam realizar suas aspirações de bem-estar socioeconômico (MARTINE; PELIANO, 1980, p. 913).

Ao elaborar um levantamento de fatores determinantes da migração, Elizaga (1980) diz que “*nas pesquisas realizadas na América Latina e em outras partes do mundo, a maioria das razões aparecem como sendo de natureza econômica, tanto a nível dos migrantes masculinos, como dos femininos (não-dependentes)*” (ELIZAGA, 1980, p. 562). Segundo o autor, a maioria dos migrantes identifica como causa da migração a “busca de trabalho” e a consecução de “níveis melhores de remuneração”. De modo geral, pode-se dizer que “*com marcante uniformidade, 2/3 das respostas dadas por migrantes independentes corresponderam a razões econômicas*” (ELIZAGA, 1980, p. 562).

Um segundo grupo de motivos, considerando a ordem de importância, são os de natureza sociocultural (como melhoria da educação e motivos familiares). Quando a investigação questiona a respeito de motivos psicológicos (insatisfação, atração pela vida da cidade etc.), há uma complexidade maior dos fatores apresentados e estes freqüentemente se superpõem às razões econômicas e sociais (ELIZAGA, 1980), o que não nos ajuda muito, pois uma certa tautologia acaba por comparecer entre os fatores de difícil classificação a favor da dimensão econômica.

É verdade que a opção pela migração surge relacionada a um conjunto de fatores variados, voltados à melhoria das condições de vida, e os aspectos econômicos são essenciais nessa discussão. Segundo Brigg (1980), a decisão de emigrar resulta de um acúmulo de inseguranças e expectativas, e da interação de muitas forças envolvidas nessa reflexão. Segundo a autora, em alguns casos a importância dos fatores econômicos adquire maior visibilidade, havendo diferenciação dos locais em que cada tipo de fator se destaca, já que “*as razões econômicas parecem ser as mais importantes nas áreas menos desenvolvidas de um país, ao passo que, nas mais avançadas, outros fatores parecem prevalecer*” (BRIGG, 1980, p. 631).

Na identificação das causas e motivos da migração, Oliveira e Stern (1980) apontam que, no caso específico das migrações internas, percebe-se que os movimentos migratórios são realizados em grupos de pessoas que propiciam um caráter coletivo às migrações. Quanto à análise dos fatores determinantes das migrações, os autores confirmam as conclusões das pesquisas anteriores, em que as respostas dos entrevistados se dividem em dois grupos. O primeiro apresenta como causa da migração a motivação

econômica relacionada à procura de trabalho, de melhoria das condições de vida etc.; e o segundo grupo informa que a migração é realizada a fim de acompanhar o esposo e a família, que geralmente migram por motivos econômicos, conferindo importância ainda maior aos fatores econômicos (OLIVEIRA; STERN, 1980).

2.3 – O Papel dos Fatores Subjetivos

Segundo Elizaga (1980), os investigadores sociais atribuem com frequência papel casual dominante nos movimentos migratórios aos fatores econômicos. No entanto, o autor chama a atenção para a realidade de que *“isso não significa desconhecer a interviência dos fatores sociais, culturais e psicológicos, mas atribuir-lhes papel de menor importância”* (ELIZAGA, 1980, p. 560).

Ao comentar sobre a metodologia das pesquisas que investigam os fatores determinantes da migração, Brigg (1980) salienta que, além da possibilidade de distorções nas pesquisas migratórias advindas da parcialidade e dos erros contidos nas respostas dos entrevistados, o uso de *“pesquisas que contêm questões fechadas inevitavelmente limitam as respostas, levando a destacar os elementos econômicos”* (BRIGG, 1980, p. 631), e conseqüentemente os elementos subjetivos são menos percebidos. Com isso, admite-se que os fatores objetivos, principalmente de ordem econômica, possuem maior potencial explicativo para determinação dos movimentos migratórios. Insiste-se, no entanto, na consideração também da importância dos fatores subjetivos como motivos que levam a população a migrar.

Tendo em vista essas considerações, o presente trabalho empreende um esforço no sentido de não minimizar a importância dos fatores subjetivos, a fim de que eles compareçam mais claramente em pesquisas de campo. A idéia é, inclusive, discutir a migração por meio da não-migração, sem diminuir a importância dos fatores subjetivos. Utiliza-se também uma metodologia de pesquisa que favorece a identificação dos fatores não econômicos como motivos migratórios, para amenizar o problema identificado por Brigg (1980) nos trabalhos de campo.

Além da consideração do significado dos fatores não econômicos para a migração, destaca-se, sobretudo, a importância que deve ser conferida aos fatores

subjetivos quando se trata da explicação da permanência da população em suas localidades de origem ou moradia atual, isto é, como fatores da não-migração. Portanto, na investigação dos fatores da não-migração, a importância conferida a fatores objetivos e subjetivos sofre uma inversão.

Os processos relacionados aos aspectos culturais também devem ser entendidos como parte integrante dos fatores que motivam os habitantes de uma localidade a optarem pela migração ou pela não-migração. Essa realidade é destacada por Lee (LEE, 1980 apud BRAGA, 2006) ao apresentar que *“a diversificação cultural também pode exercer influência, na medida em que gera particularidades que, ora provocam repulsão, ora são incentivos à fixação de migrantes”* (BRAGA, 2006, p. 78).

2.3.1 – Contribuições da abordagem cultural

Ao introduzir alguns elementos da geografia cultural capazes de contribuir para as reflexões a respeito da não-migração, cabe destacar as alterações que começam a afetar os estudos culturais conduzidos pelos geógrafos a partir do início da década de 1970, apontadas por vários autores (CLAVAL, 2001; COSGROVE, 1999; CORREA, 1999). Os resultados da geografia cultural desenvolvida durante a primeira metade do século XX, segundo Claval (2001), são apaixonantes, mas permanecem limitados. Segundo o autor, estes estudos *“mostram a diversidade das paisagens, dos campos, dos sistemas agrícolas, dos tipos de habitat rural, dos traçados das cidades, da arquitetura vernacular e das construções monumentais”* (CLAVAL, 2001, p. 35), mas ao mesmo tempo apresentam incapacidade para esclarecer a dinâmica dos comportamentos humanos.

As mudanças verificadas no interior da geografia cultural, segundo Cosgrove (1999), associam-se às conexões desta disciplina com outras no interior das ciências humanas. O autor indica que muitos dos estímulos para a nova geografia cultural tiveram origem na *“convergência teórica e metodológica entre disciplinas humanísticas, tais como a história, a filosofia, e do estudo das línguas e das ciências sociais, as quais sustentam o amplo campo dos estudos culturais”* (COSGROVE, 1999, p. 17). Os conceitos geográficos também são alcançados pela nova geografia cultural, alguns deles, como o conceito de paisagem, são reestruturados e redescobertos (HOLZER, 1999).

As transformações no campo da geografia cultural são entendidas por Correa (1999) como um ressurgimento da disciplina. O principal motivo das alterações ocorridas advém da “[...] *consciência de que a cultura reflete e condiciona a diversidade da organização espacial e sua dinâmica*” (CORREA, 1999, p. 51). Sendo assim, a dimensão cultural torna-se necessária para a compreensão do mundo. Segundo Claval (2001), a transformação verificada nos estudos culturais repousa sobre uma “*mudança completa de atitudes e nasceu da constatação de que as realidades refletem a organização social do mundo [...]*” (CLAVAL, 2001, p. 39), já que a vida dos grupos humanos e suas atividades jamais podem ser consideradas como puramente materiais. Associando esta reflexão ao trabalho proposto, pode-se inferir que os motivos que influenciam a população em sua permanência ou em seus movimentos migratórios não são também unicamente materiais ou econômicos, mas envolvem outras dimensões da vida desses grupos de pessoas.

A vida dos seres humanos é entendida por Claval (2001) como a expressão de processos cognitivos, de atividades mentais, de trocas de informação e de idéias e “*as relações dos homens com o meio ambiente e com o espaço tem uma dimensão psicológica e sociopsicológica*” (CLAVAL, 2001, p. 39). O autor acrescenta que essas relações nascem das sensações que as pessoas experimentam e das percepções a elas ligadas e se manifestam através de práticas e habilidades que não são completamente verbalizadas, “*mas que resultam de uma atividade mental; estruturam-se pelas preferências, conhecimentos e crenças que são o objeto de discursos e de uma reflexão sistemática*” (CLAVAL, 2001, p. 39). Além disso, as relações dos indivíduos e grupos com o meio ambiente com o qual estão envolvidos e com o espaço no qual estão inseridos buscam a satisfação de necessidades variadas, não somente as necessidades relativas a aspectos materiais e objetivos. Além de proteger-se do meio ambiente, extrair dele energia, alimentos e matéria-prima, os seres humanos buscam também

afirmar seu ser social por meio das redes de que participam (é o registro propriamente social); construir sua identidade por meio do sentido dado as coletividades as quais estão ligados e aos lugares que elas habitam (é o registro psicossocial); interrogar-se sobre o significado da presença humana no mundo [...], a natureza, a sociedade e as paisagens por meio das quais essas entidades se exprimem (CLAVAL, 2001, p. 40).

Segundo Claval (2001), a geografia humana ganha em profundidade adotando essa perspectiva sobre as relações entre os homens e o meio ambiente, já que seu propósito não é mais partir do espaço e da paisagem para entender como eles se diferenciam

regionalmente. “*De agora em diante, trata-se de compreender como a vida dos indivíduos e dos grupos se organiza no espaço, nele se imprime e nele se reflete*” (CLAVAL, 2001, p. 40). A nova abordagem cultural faz desaparecer muitas das limitações anteriormente presentes. Além disso, ela modifica a perspectiva global da geografia humana, já que ela “*não tem mais por finalidade simplesmente descrever a diversidade da Terra, inventariar os tipos e paisagem [...] e explicar as formas de organização do espaço que nela se envolveram*” (CLAVAL, 2001, p. 42). A partir de então, a geografia humana passa a

[...] interrogar os homens sobre a experiência que têm daquilo que os envolve, sobre o sentido que dão a sua vida e sobre a maneira pela qual modelam os ambientes e desenham as paisagens para neles afirmar sua personalidade, suas convicções e suas esperanças (CLAVAL, 2001, p. 42).

As discussões recentes no interior da Geografia Cultural podem contribuir para as análises as quais o presente trabalho se dedica, especialmente em face da insuficiência dos fatores econômicos objetivos na explicação da migração e não-migração em determinados contextos temporais e espaciais. Na verdade, as pesquisas que abordam assuntos relacionados aos movimentos migratórios conquistaram espaço nos estudos demográficos e geográficos, em detrimento de análises relativas à retenção populacional, ou seja, à não-migração. Esta, quando é percebida, fica restrita a pequenos comentários no interior das abordagens da migração.

Um dos motivos que justifica esta situação é o fato de que no interior dos estudos demográficos não se dispõe de ferramentas como as que a abordagem cultural da Geografia dispõe, sobretudo a partir das suas transformações mais recentes. Boa parte dos instrumentos utilizados nos estudos migratórios se constituem de métodos quantitativos, apoiados por informações numéricas e estatísticas a respeito a exemplo das relativas a aspectos econômicos. Em contrapartida, os fatores subjetivos contam com poucas ferramentas e evidências empíricas, e mesmo no caso de se empreender uma tentativa de análise nestes moldes, os resultados podem se apresentar carregados de subjetivismos¹³.

Portanto, além da consideração dos fatores econômicos, convém enfrentar a subjetividade na análise dos fatores de conotação geocultural, particularmente aqueles

¹³ Sem desconhecer esses riscos a pesquisa aqui apresentada busca, num esforço ainda inicial, introduzir possibilidades de análises culturais em estudos de geografia da população. O trabalho envolve um nível de análise quantitativa, sem o qual não se pode interpretar os resultados associados às contribuições da abordagem cultural. A busca pela compreensão do fenômeno da não-migração conduz a caminhos apontados como novos e promissores em face da associação de conhecimentos pouco usuais e de métodos de análise, não obstante as limitações existentes.

associados a aspectos geográficos e paisagísticos, que se relacionam de alguma maneira com os investimentos afetivos da população nas paisagens e nos lugares. Quanto ao entendimento da paisagem e da relação do homem com ela, Claval (2004) chama a atenção para o fato de que “*o geógrafo não estuda mais apenas a paisagem como realidade objetiva*” (CLAVAL, 2004, p. 52). Segundo o autor, verifica-se hoje uma preocupação com a maneira como a paisagem se apresenta carregada de sentido, “*investida de afetividade por aqueles que vivem nela ou que a descobrem*” (CLAVAL, 2004, p. 52). Como exemplo desta abordagem, o autor apresenta os seguintes questionamentos:

O que faz as pessoas sonharem com as praias, com o sol, com os mares do sul e os coqueiros? Com os picos cobertos de neve, com a pureza cristalina do gelo, com o perfume revigorante dos abetos ou das especiarias? Com os grandes e longínquos horizontes nos quais, por vezes, se descobrem campos de altitude? O que impulsiona os astecas a se retirarem para o deserto? Por que eles procurariam meios tão hostis à vida? Por que a mesma fascinação é encontrada em muitos jovens citadinos? (CLAVAL, 2004, p. 52)

A partir da análise das paisagens, Claval (2004) comenta que o geógrafo pode ler o que as pessoas quiseram dizer através da forma como elas organizam um espaço ou o constroem. Reconhecendo os sinais e se apoiando nos aspectos carregados de valores que guiam as escolhas das pessoas, é possível identificar a significação profunda das paisagens (CLAVAL, 2004). Ao propor este tipo de interpretação, o autor entende que as novas abordagens da Geografia Cultural não se contentam em descrever o ambiente no qual os homens vivem e trabalham; “[...] *o que se procura compreender são as relações complexas que se estabelecem entre os indivíduos e os grupos, o ambiente que eles transformaram, as identidades que ali nascem ou se desenvolvem*” (CLAVAL, 2004, p. 71). Este caminho é entendido como uma das formas reais para se compreender o mundo.

As contribuições da abordagem cultural permitem introduzir nos estudos populacionais e, em especial, na pesquisa a respeito da não-migração, novos elementos de discussão, conferindo maior importância aos fatores subjetivos. Dessa forma, identificam-se as possibilidades da participação dos fatores geoculturais e culturais como motivos que contribuem para que a população permaneça em sua localidade. Os fatores geoculturais (rios, matas, serras, paisagens, monumentos e prédios importantes, praça, vizinhança, clima etc.) representam realidades carregadas de significação, associadas ao cotidiano da população residente nas localidades, especialmente nas pequenas cidades. Os locais com paisagens ricas em elementos naturais podem ser utilizados pelas pessoas como áreas de lazer, recreação e descanso, criando assim uma relação agradável da população com os

lugares. As paisagens humanizadas também se apresentam significativas para as pessoas por representarem a forma como elas se apropriam do espaço a fim de satisfazer suas necessidades materiais e não-materiais. As áreas públicas e privadas construídas, como a presença de prédios importantes e monumentos, podem participar desse processo de concretização das materialidades humanizadas.

Os fatores culturais, não raro imbricados com os geoculturais, se razoavelmente identificados, podem permitir a percepção da presença de elementos simbólicos que favorecem a união entre a população e os lugares, e isso afeta a capacidade dos lugares de reter população. Esses fatores são potencialmente contrários aos econômicos, quando entendidos como motivadores da resistência da população à emigração. Mesmo que a atratividade dos aspectos econômicos favoráveis em outra localidade possa atrair a população, influenciando-a no sentido da realização do movimento migratório, quando são identificados elementos que unem as pessoas aos lugares por elas habitados, estes funcionarão como forças contrárias à migração.

O lugar pode ser entendido como a parte do espaço efetivamente apropriado pelas pessoas para a vida, para a satisfação de suas várias necessidades simbólicas, identitárias e materiais. Sendo assim, abrange locais de trabalho, residência, lazer etc. Em seu contato com os lugares, as pessoas criam uma relação que demonstra sua familiaridade com o espaço e com seus elementos constituintes. Esta relação pessoal, influenciada por fatores culturais, acaba agindo como fator de resistência ao movimento migratório. Para que uma pessoa efetive a emigração, os fatores de atração da localidade de destino, normalmente de âmbito econômico, precisam superar esta relação pessoal que a população tem com o espaço, particularmente com os lugares de vivência cotidiana.

A opção pela migração ou não-migração está envolvida na avaliação de uma série de fatores de diferentes naturezas. Além disso, em cada área existem inúmeros elementos que atuam no sentido de reter as pessoas em seu interior ou de atraí-las para si, e ainda outros fatores que tendem a expulsá-las (LEE, 1980). Para que se estabeleça a migração, é preciso que o saldo dos fatores que agem a favor do deslocamento (em sua maioria, fatores econômicos) seja suficientemente forte para vencer a inércia natural da população (LEE, 1980) e a importância dos fatores geoculturais e culturais.

CAPÍTULO 3 – A DINÂMICA DEMOGRÁFICA NA ZONA DA MATA E AS PEQUENAS CIDADES SOB INFLUÊNCIA DE VIÇOSA

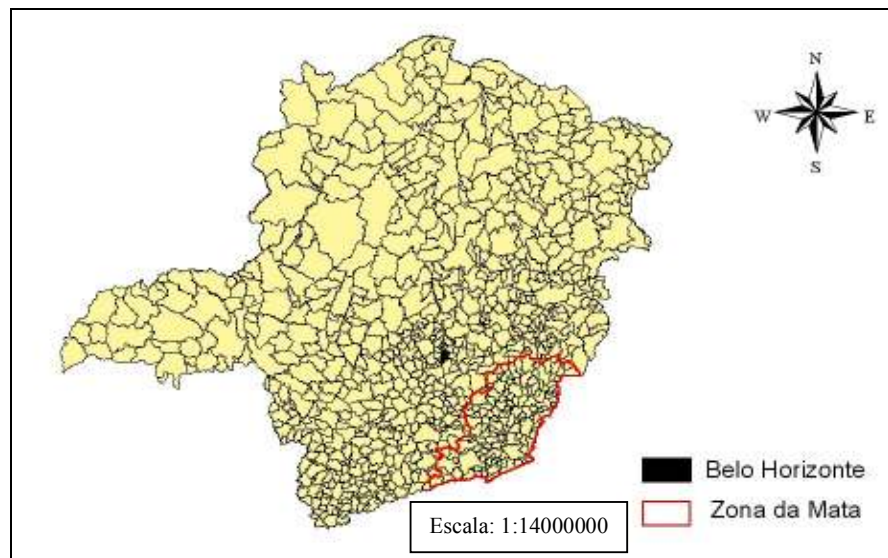
As cidades selecionadas para desenvolvimento do trabalho de campo se localizam em Minas Gerais, estado que durante muito tempo se configurou como perdedor de população, sobretudo em decorrência dos fluxos migratórios para São Paulo. Entretanto, atualmente verifica-se uma tendência inversa: no estado de Minas deixa de se constituir como área de perda populacional. Neste contexto, alguns aspectos relativos aos motivos que contribuem para a permanência da população no estado e nas suas respectivas localidades podem ser investigados a fim de contribuir para o entendimento da dinâmica demográfica do estado. Associada à reversão da tendência de contínua perda de população em Minas Gerais, verificada através da diminuição no volume de emigrantes, depara-se com a realidade dos movimentos migratórios de retorno, para a qual os fatores de retenção populacional ou fatores da não-migração também apresentam significativa importância.

A área de estudo localiza-se na mesorregião da Zona da Mata mineira¹⁴ (ver Mapa 1 – Localização da Zona da Mata no Estado de Minas Gerais), possui 142 municípios e está subdividida em oito microrregiões.

O nome Zona da Mata foi escolhido, pois havia uma densa cobertura florestal nas condições originais da região. O padrão de exploração verificado ao longo de sua ocupação com o desenvolvimento de atividades agropecuárias acarretou contínuas derrubadas das matas, que eram, então, substituídas pelas culturas que viriam a ser tradicionais na região, pelos cafezais e, posteriormente, por pastos e outras lavouras. A vegetação nativa era a floresta tropical, na verdade, expansão da Mata Atlântica das regiões serranas da vertente leste para o interior. Atualmente as matas encontram-se bastante reduzidas, localizadas principalmente em pequenas manchas e capoeiras nas encostas íngremes.

¹⁴ O estado de Minas Gerais está dividido nas seguintes mesorregiões: Vale do Rio Doce, Zona da Mata, Zona Metropolitana, Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, Norte de Minas, Sul de Minas, Centro-oeste de Minas, Vale do Jequitinhonha, Noroeste de Minas, Vale do Mucuri e Campo das Vertentes. A Zona da Mata está localizada a sudeste do estado, limitando-se com os estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro e com outras regiões de Minas Gerais.

Mapa 1 – A Zona da Mata no Estado de Minas Gerais



Fonte: Malha Municipal Digital 2001. IBGE

A primeira expedição a penetrar a região o fez com o objetivo de procurar metais e pedras preciosas, sem obter sucesso. O local era habitado por tribos indígenas dos grupos Coropós, Coroados, Purís, Miritís e Botocudos (GIOVANINI, 2006). A partir da metade do século XVIII a ocupação da região ganhará mais ímpeto, já que se verifica o início da decadência da exploração aurífera na Região Central. Em 1805 a região atualmente denominada Zona da Mata já possuía alguns núcleos de povoamento que foram estabelecidos em duas frentes distintas. “*A primeira delas diz respeito aos ranchos e fazendas estabelecidos ao longo do Caminho Novo, cujos habitantes se originaram dos mais variados lugares, atraídos pela prosperidade da extração de ouro*” (GIOVANINI, 2006, p. 104). A segunda frente de ocupação “... *associa-se aos migrantes oriundos da Região Central, que fundaram propriedades de subsistência nas porções central e norte da região*” (GIOVANINI, 2006, p. 104), e foi intensificada a partir da crise da mineração na segunda metade do século XVIII.

A Zona da Mata passou por um período de ocupação mais intensa associada à expansão da cultura cafeeira. A partir de 1809 os migrantes passaram a se dirigir diretamente da Região Central e do Sul para a Zona da Mata, o que faria com que a “*população aumentasse significativamente, em curto espaço de tempo*” (GIOVANINI, 2006, p. 104).

Os municípios que integram a Zona da Mata têm como base uma economia tradicionalmente apoiada na atividade agropecuária, que alimenta agroindústrias. Vale

ressaltar também a presença de lavouras de subsistência, onde se destacam as culturas de arroz, milho e feijão. Algumas lavouras comerciais merecem especial destaque, como a do café, cultura tradicional da região. A mesorregião também apresenta potencial para o turismo ecológico devido a características naturais como montanhas, clima, cachoeiras, à presença de pequenas cidades de gente hospitaleira, além de unidades de conservação, dentre as quais estão o Parque Nacional do Caparaó, Parque Estadual de Ibitipoca e Parque Estadual da Serra do Brigadeiro.

A rede urbana tem Juiz de Fora como a principal cidade, devido a sua atuação como tradicional centro econômico e populacional da região, que se destaca pelo crescimento demográfico, pela importância cultural, educacional, industrial, comercial e de prestação de serviços. Destaca-se ainda a presença da Universidade Federal de Juiz de Fora, que contribui para sua importância na rede urbana. Existem outros centros urbanos regionais de importância como as cidades de Viçosa, Ponte Nova, Ubá, Manhuaçu, Muriaé, Leopoldina e Cataguases.

3.1 – Histórico demográfico da Zona da Mata Mineira

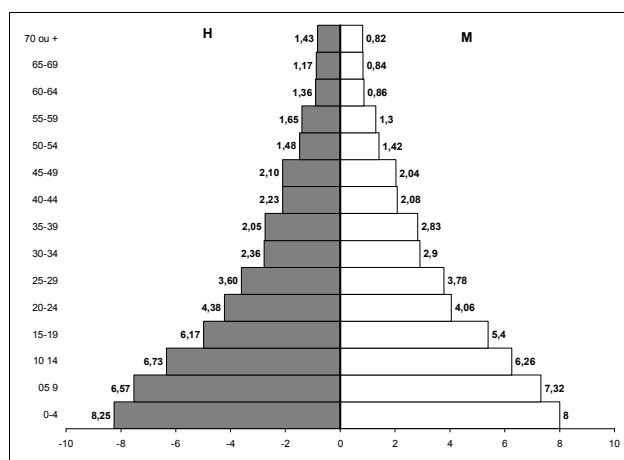
A pesquisa sobre a dinâmica populacional da Zona da Mata elaborado por Paiva e Toma (2005) entende a região como um espaço tipicamente de emigração desde o início do século XX e durante os anos subsequentes. Segundo os autores, à medida que os setores da agropecuária e da cafeicultura, que se apresentam como bases da economia regional, passaram por um processo de desaquecimento, assistiu-se à estagnação da região. A Zona da Mata constituiu-se, neste período como um “[...] *cenário da evasão populacional em função da falta de desenvolvimento de atividades compensatórias na absorção de mão-de-obra*” (PAIVA; TOMA, 2005, p. 214). Dessa forma, a região liberou população através de movimentos migratórios em direção a áreas economicamente mais dinâmicas.

A respeito das áreas de destino dos movimentos populacionais originados na Zona da Mata, Paiva e Toma (2005) destacam que, na segunda metade do século XX, tendo em vista a proximidade espacial e o baixo nível de capitalização dos trabalhadores rurais da região, supõe-se que, como em outras áreas do estado de Minas Gerais,

[...] as evasões populacionais ocorridas na região da Zona da Mata a partir de fins da década de 1960 e início de 1970, predominaram em direção aos centros urbanos nacionais como São Paulo e Rio de Janeiro, contribuindo com a expansão dos índices de urbanização. (PAIVA; TOMA, 2005, p. 215).

A análise das pirâmides etárias da Zona da Mata permite visualizar, dentre outros aspectos, a ocorrência de perda populacional na região. A pirâmide representativa da década de 1960 (ver Figura 11) apresenta uma forma triangular com base larga e um intenso estreitamento em direção ao topo.

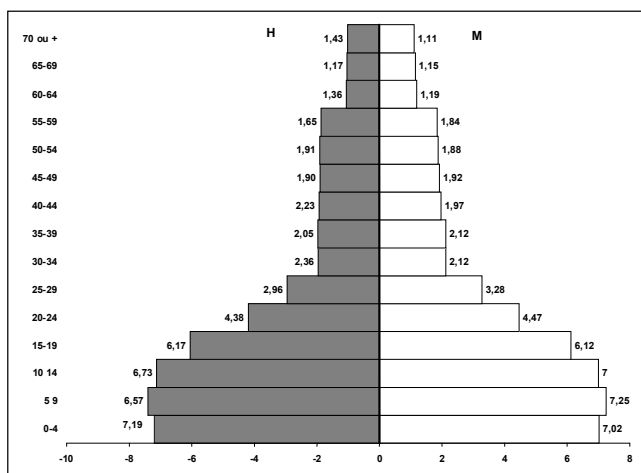
Figura 11 – Pirâmide etária da Zona da Mata mineira em 1960



Fonte: PAIVA e TOMA, 2005.

Quando se observa a estrutura etária da população na década de 1970 (ver Figura 12) percebe-se que ocorre uma “[...] *distribuição em proporções bastante semelhantes para as faixas de 30 a 59 anos, indicando ter ocorrido forte evasão populacional na década de 60, atingindo principalmente, naquela época, a população entre 20 a 44 anos*” (PAIVA; TOMA, 2005, p. 221). A evasão populacional percebida pelo estreitamento das faixas da população entre 20 e 29 anos demonstra que a migração ocorre a partir da maioridade da população. A queda de natalidade inicia-se no período, e é parcialmente responsável pelo estreitamento da base da pirâmide. A região acompanha a tendência nacional de começo do declínio das taxas de fecundidade, provavelmente incrementada pela perda da população em período fértil constituída pelas pessoas que migraram, tanto homens quanto mulheres.

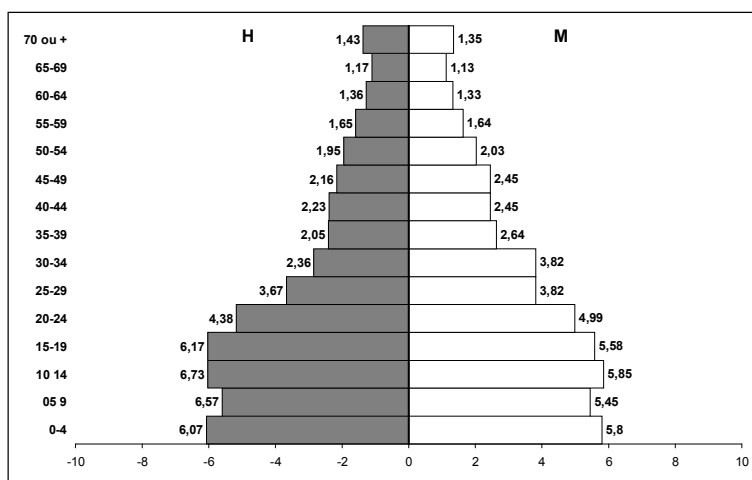
Figura 12 – Pirâmide etária da Zona da Mata mineira em 1970



Fonte: PAIVA e TOMA, 2005.

Durante a década de 1970 as taxas de natalidade na Zona da Mata permaneceram estáveis, o que pode ser observado na pirâmide etária de 1980 (ver figura 13) através da pequena diferença entre as faixas etárias próximas à base. No entanto, um nível de emigrações menor do que o verificado na década anterior é percebido, identificando-se “[...] as variações entre as faixas de 20 a 34 anos relativamente menos acentuadas do que as variações observadas na pirâmide de 1970” (PAIVA; TOMA, 2005, p. 228). Este aspecto mostra que ao longo da década de 1970 as emigrações não atingiram os mesmos níveis, indicando que já havia certa retenção de população na região da Zona da Mata.

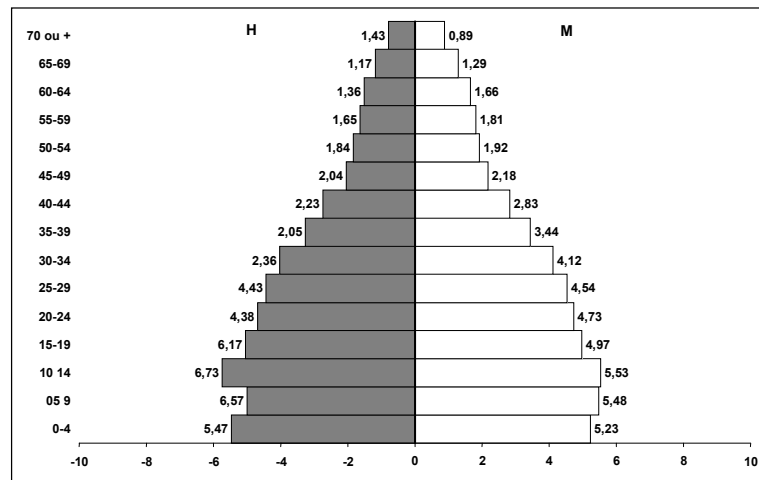
Figura 13 – Pirâmide etária da Zona da Mata mineira em 1980



Fonte: PAIVA e TOMA, 2005.

Na pirâmide etária de 1990 (ver Figura 14), percebe-se um formato mais regular, se distanciando bastante da forma triangular verificada na década de 1960. A população encontra-se mais envelhecida e com significativo contingente populacional em idade economicamente ativa. As faixas etárias de 20 a 44 anos apresentam variações pequenas, indicando que no decorrer da década de 80 a emigração diminuiu o seu ritmo, conseqüentemente a retenção populacional neste período passa a ser mais significativa.

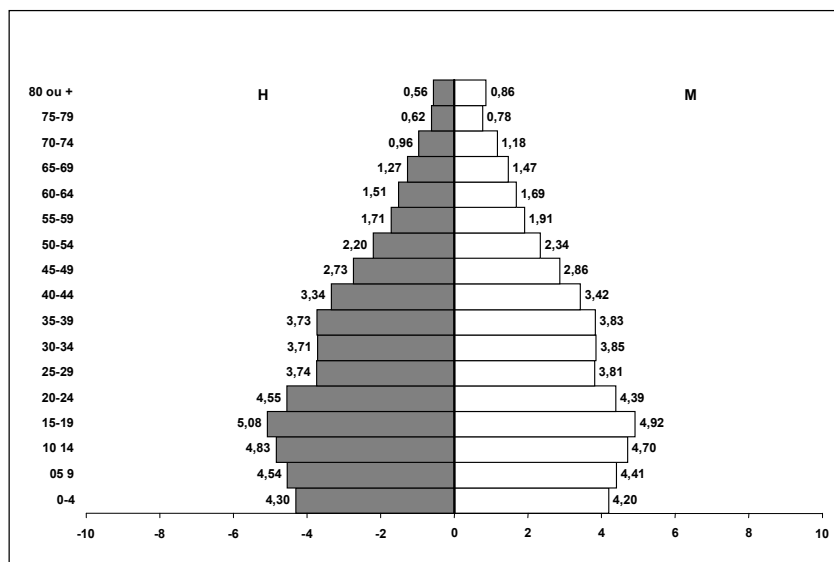
Figura 14 – Pirâmide etária da Zona da Mata mineira em 1991



Fonte: PAIVA e TOMA, 2005.

A pirâmide etária da Zona da Mata no ano 2000 (ver Figura 15) confirma a tendência verificada em períodos anteriores no que se refere à estabilidade da população. Não ocorre acréscimo nas faixas etárias da população economicamente ativa, mas também já não se verifica estreitamento advindo da emigração, como o percebido na pirâmide etária de 1970. A partir da observação desse aspecto, entende-se que a situação econômica e social da região, acrescida a outros fatores, tende a incentivar a permanência da população em suas localidades, havendo diminuição da emigração.

Figura 15 – Pirâmide etária da Zona da Mata mineira em 2000



Fonte: PAIVA e TOMA, 2005.

Paiva e Toma (2005) identificaram uma nova tendência na dinâmica migratória da Zona da Mata mineira, em que a inversão na perda populacional está associada à diminuição da atratividade exercida pelos grandes centros urbanos nas décadas de 1980 e 1990. A partir de então, a região passou por um processo de redinamização econômica em resposta aos fatores negativos existentes nos grandes centros como a falta de empregos formais, os baixos salários, o subemprego e o deterioração do nível de vida urbano. Neste contexto, “[...] poderia ocorrer a valorização de alternativas de ocupação econômica dentro da própria região, promovendo o estancamento das evasões populacionais” (PAIVA; TOMA, 2005, p. 216). As novas alternativas poderiam estar associadas a

[...] reativação econômica de atividades microrregionais históricas que permaneceram latentes durante o processo de industrialização e/ou na criação e desenvolvimento de novas atividades para as quais a região oferece potencial, levando assim a uma redinamização local (PAIVA; TOMA, 2005, p. 216)

Os autores identificam que a população de regiões como a Zona da Mata mineira encontrou como alternativa econômica a reativação de vocações históricas microrregionais e/ou a criação de novas atividades que se tornam satisfatoriamente rentáveis face às potencialidades microrregionais. Esta dinâmica econômica trouxe, por sua vez, “[...] a retenção populacional, levando à redução de uma tendência de emigração ou de evolução nula da população regional” (PAIVA; TOMA, 2005, p. 216). Paiva e Toma (2005) salientam que:

[...] é possível atestar o processo de retenção da População Economicamente Ativa na região da Zona da Mata Mineira e inferir que este processo está ligado a uma tendência de reativação, remodelação e expansão de atividades locais, como a cafeicultura, o gado de leite, a fruticultura, a olericultura, a silvicultura, a criação de aves e suínos pelo sistema de integração, e os setores de mineração, industrial, comercial, de prestação de serviços e de educação, nos núcleos urbanos regionais (PAIVA; TOMA, 2005, p. 232).

Além dos aspectos mencionados como potencialidades regionais, outras iniciativas podem ser citadas: a presença de empresas processadoras de alimentos, como a PIF-PAF Alimentos e Sucos Tial em Visconde do Rio Branco; a presença e a expansão da Universidade Federal de Viçosa, e o crescente surgimento de instituições particulares de ensino; o pólo moveleiro de UBÁ, indicando grande movimentação da atividade econômica microrregional; a usina de açúcar e álcool Jatiboca, na microrregião de Ponte Nova etc. (PAIVA; TOMA, 2005).

Fica claro o papel dos aspectos econômicos que são apontados por Paiva e Toma (2005), como responsáveis pela reversão da tendência de perda populacional na Zona da Mata, e mais recentemente, pelos movimentos migratórios de retorno. As duas realidades estão associadas à redinamização da economia local e a perda gradativa da atratividade exercida por grandes centros urbanos, provavelmente relacionada ao processo de desconcentração industrial e populacional, envolvendo grandes centros urbanos, a exemplo da cidade e metrópole de São Paulo.

Além destes aspectos econômicos, cuja importância é claramente percebida e destacada, cabe buscar compreender uma parcela da história demográfica da Zona da Mata de Minas Gerais não elucidada no trabalho de Paiva e Toma (2005). Embora a região tenha vivenciado um período de perdas populacionais, acompanhando a tendência do próprio estado de Minas Gerias, é fato que uma parte significativa da população não migrou, mesmo vivenciando a retração econômica e sendo influenciada pelos mesmos fatores de atração e repulsão da população que efetivou o movimento migratório. Também pode-se inferir que a migração de retorno não deve ser justificada somente pela melhoria das condições econômicas regionais e desconcentração dos grandes centros, mas também estaria associada a relação das pessoas com a região de origem em período anterior à emigração.

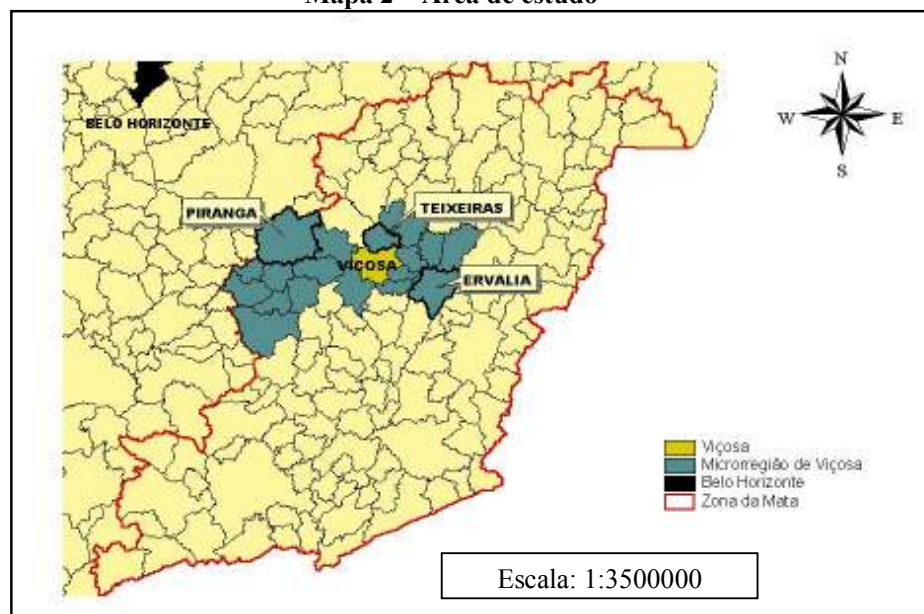
Fatores de outras naturezas, que não a econômica, podem contribuir para justificar esta nova realidade da permanência da população e estar relacionados a aspectos subjetivos como: apego às relações pessoais e afetivas com familiares e amigos,

necessidade de busca por local que apresente segurança e tranquilidade, valorização das paisagens naturais e humanizadas típicas das pequenas localidades da região, busca pela diminuição do custo e melhoria da qualidade de vida, necessidade de manifestações culturais e apreço ao lugar de origem.

3.2 – Pequenas cidades sob influência de Viçosa

As oito microrregiões da Zona da Mata recebem os nomes das cidades mais importantes que as compõe, sendo elas: Cataguases, Juiz de Fora, Manhuaçu, Muriaé, Ponte Nova, Ubá e Viçosa. As cidades selecionadas para realização do trabalho de campo estão entre os vinte municípios que se localizam na microrregião de Viçosa (ver Mapa 2 – Localização da área de estudo). As três cidades escolhidas são Ervália, Piranga e Teixeira e estão em destaque no mapa a seguir.

Mapa 2 – Área de estudo



Fonte: Malha Municipal Digital 2001.

A cidade de Viçosa é conhecida pela produção científica e tecnológica da Universidade Federal de Viçosa e sua influência cultural representa por si só um fator de desenvolvimento regional. Além da presença da UFV, o ensino superior também conta com instituições particulares de ensino. As cidades selecionadas para realização da

pesquisa se campo (Ervália, Piranga e Teixeiras) se localizam próximas à cidade de Viçosa que se caracteriza como subcentro regional, que atrai residentes de municípios vizinhos, que se deslocam com frequência para usufruir da infra-estrutura e estabelecimentos comerciais e de serviços existentes em Viçosa.

A presença da Universidade Federal de Viçosa exerce uma influência significativa na dinâmica demográfica regional devido ao seu potencial de atração populacional. A instituição atende muitos estudantes da região através dos 38 (trinta e oito) cursos em nível de graduação por ela oferecidos, além de 30 (trinta) programas de pós-graduação. A atratividade exercida pela universidade influencia os movimentos migratórios, sobretudo de população jovem que migra para Viçosa em busca de formação profissional. Este aspecto pode ser considerado como um dos fatores de fixação da população em Viçosa e nas cidades do seu entorno, devido ao papel que assume na rede urbana local.

3.2.1 – Aspectos Históricos

O município de Ervália teve origem no antigo povoado de Capela Nova, tendo sido também denominado São Sebastião dos Aflitos. Acredita-se que esta última denominação tenha sido atribuída ao lugar devido à falta de recursos e ao seu isolamento em relação aos centros mais desenvolvidos. O povoado cresceu ao redor de uma capela construída em terras doadas por um fazendeiro, em função de um pequeno comércio de produtos da região, onde também ocorriam vendas e trocas de animais e contratação de mão-de-obra. Em 1938, tornou-se município, com território desmembrado de Viçosa. A atual denominação de Ervália data de 1943.

A origem da cidade de Teixeiras remonta aos meados do séc. XIX. Naquela época, Antônio Serafim Teixeira construiu uma capela dedicada a Santo Antônio em sua propriedade. O povoado ficou conhecido como Santo Antônio dos Teixeiras e cresceu lentamente em torno da capela. No final do século, a presença da estrada de ferro Leopoldina facilitou o escoamento de sua produção agrícola, dando grande impulso ao município e acelerando o seu crescimento. Em 1883, Santo Antônio dos Teixeiras foi elevado à categoria de distrito do município de Viçosa e em 17 de dezembro de 1938 emancipou-se com o nome de Teixeiras.

O surgimento do município de Piranga ocorreu em meados do século XVII, quando o bandeirante João de Siqueira Afonso e seu grupo aportaram na região, à procura de ouro e pedras preciosas. O local passou a se chamar Guarapiranga devido à presença de uma espécie de pássaro com penas vermelhas. O nome Piranga - que significa "vermelho" - mais tarde substituiu Guarapiranga. Em 1718, o povoado que ali se formou torna-se distrito. No século seguinte, em 1868, passa de vila à categoria de cidade, emancipando-se de Mariana.

3.2.1 – Aspectos Econômicos

No que diz respeito às atividades econômicas desenvolvidas nos municípios cuja população das áreas urbanas foi analisada, maior destaque pode ser conferido ao setor primário. Considerando a População Economicamente Ativa (PEA) verifica-se que grande parte da população se dedica a atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca (ver tabela 1).

Tabela 1 – Porcentagem da População Economicamente Ativa por atividades econômicas nas cidades de Ervália, Piranga e Teixeira no ano 2000

Município	Agropecuário, extração vegetal e pesca	Industrial	Comércio de Mercadorias	Serviços
Ervália	57,0	10,6	9,9	22,5
Piranga	66,8	11,1	5,4	16,7
Teixeiras	35,9	16,0	10,4	37,7

Fonte: Elaboração a partir de dados do IBGE (2000).

No desenvolvimento das atividades agrícolas destacam-se as culturas tradicionais da região como a produção de café, feijão e milho. Na pecuária se concentra a criação de gado bovino, suíno e galináceo.

3.2.3 – Aspectos Demográficos

As pequenas localidades selecionadas possuem população entre 10 (dez) e 20 (vinte) mil habitantes (ver Tabela 2) e sofreram algumas alterações populacionais nas últimas décadas.

Tabela 2 – População total, urbana e rural dos municípios de Ervália, Piranga e Teixeiras em 1970, 1980 e 1991

Município	Ano	População Total	População Urbana	População Rural	Grau de urbanização
Ervália	1970	13.183	3.264	9.919	24,8
	1980	13.339	3.548	9.791	26,6
	1991	15.551	5.034	10.517	32,4
Piranga	1970	16.575	2.894	13.681	17,5
	1980	15.923	3.155	12.768	19,8
	1991	16.332	3.860	12.472	23,6
Teixeiras	1970	8.709	2.879	5.830	33,1
	1980	8.584	3.828	4.756	44,6
	1991	10.024	5.352	4.672	53,4

Fonte: IBGE. Laboratório de Estudos Territoriais (Leste)/UFMG

Observando-se a evolução demográfica da população residente nos municípios de Ervália, Piranga e Teixeiras, evidencia-se que o crescimento populacional é pequeno nas três localidades. No caso do município de Piranga, observa-se uma diminuição da população total na década de 1980 e uma recuperação na década seguinte, sendo mais significativa, neste contexto, a perda de população residente na área rural. O mesmo pode ser verificado quanto à população total de Teixeiras. O município de Ervália manteve-se com pequeno acréscimo no seu número de habitantes no decorrer do período analisado. Percebe-se ainda que as localidades analisadas apresentam um valor significativo da população residente nas áreas rurais em relação à população total dos municípios. Não obstante o gradativo aumento na taxa de urbanização dos três municípios desde a década de 1970, a parcela da população residente no campo se mantém significativa, indicando a permanência da concentração das atividades econômicas no setor agropecuário.

Embora a cidade de Teixeiras seja numericamente menor em termos de população que as demais localidades, sua proximidade em relação à Viçosa (12 km) deve auxiliar a explicação de seu maior grau de urbanização. Os moradores da área urbana de Teixeiras encontram certa facilidade para trabalhar em Viçosa devido à proximidade geográfica e à atratividade deste centro urbano regional, realizando diariamente um deslocamento de tipo pendular. A distância dos demais municípios em relação à Viçosa (32 km de Ervália e 62 km de Piranga) dificulta ou impede esse deslocamento diário devido a maior duração da viagem e aumento dos custos com transporte. Além disso, cabe destacar a relação dessa cidade com a cidade de Mariana, que diminui atratividade exercida por Viçosa.

Diante disso, não causa surpresa o fato de os municípios de Ervália e Piranga terem a maior parte de suas populações residindo no campo (ver Tabela 3). No caso do município de Teixeira da população já reside nas áreas urbanas, alcançando um grau de urbanização de 62,3%.

Tabela 3 – População total, urbana e rural, grau de urbanização e taxa líquida de migração dos municípios de Ervália, Piranga e Teixeira no ano 2000

Município	População Total	População Urbana	População Rural	Grau de urbanização (%)	Taxa Líquida de Migração a.a. – (TLM) 95/00 (‰)
Ervália	17018	7560	9458	44,4	-4
Piranga	17010	5079	11931	29,9	-10
Teixeiras	11149	6949	4200	62,3	8

Fonte: IBGE. Laboratório de Estudos Territoriais (Leste)/UFMG

Quanto à dinâmica migratória recente dos municípios, confirmando as tendências acima apontadas, verifica-se que as taxas líquidas de migração entre os anos de 1995 e 2000 indicam que há uma perda de população nos municípios de Ervália e Piranga, sendo mais significativa neste último. No caso de Teixeira a taxa líquida de migração evidencia que a imigração é maior que a emigração no município. Este fato também pode estar associado à proximidade em relação à cidade de Viçosa. Enquanto a cidade de Teixeira mostra ganho de população decorrente da imigração, as demais localidades ainda mantêm uma pequena perda populacional.

Embora não haja ganhos significativos de população, as perdas também não são grandes, o que justifica a investigação dos fatores que levam a população a migrar ou não-migrar. Além disso, foram encontrados casos de migrantes que realizaram movimento de retorno, ainda que os casos não sejam muito numerosos.

CAPÍTULO 4 – EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS RESULTANTES DO ESTUDO DE CASO

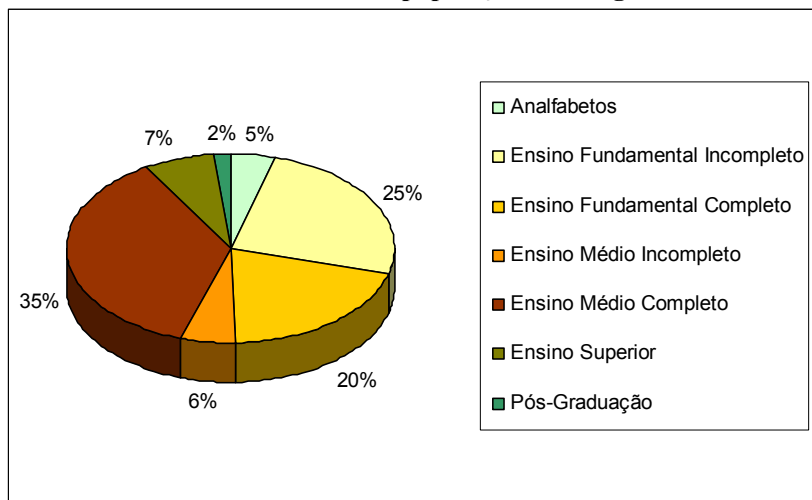
4.1 – Perfil da População Entrevistada

O conjunto da população entrevistada é heterogêneo. Antes de iniciar a análise dos resultados obtidos através da análise das informações obtidas no trabalho de campo, dedica-se a identificar o perfil geral da população entrevistada. Estes dados foram informados pela população na primeira parte da entrevista, antes de iniciar a aplicação do questionário. As informações sobre renda da população não foram contabilizadas, pois parte dos entrevistados não quis ou não soube informar.

4.1.1 – Escolaridade

Quanto à escolaridade da população não-migrante, verificou-se grande variação nos níveis educacionais (ver Gráfico 1). Entre os participantes do trabalho de campo, a maior parte concluiu o ensino médio (35%), em seguida encontra-se a população que não completou o ensino fundamental (25%). Além disso, 5% da população que foi entrevistada representam os analfabetos¹⁵, enquanto 7% concluíram curso superior e 3% possui algum tipo de formação em nível de pós-graduação.

¹⁵ A realização do trabalho de campo considerou a aplicação dos questionários a pessoas com baixa escolaridade e sem alfabetização por constituírem parte efetiva da população. No entanto, verificou-se dificuldade na compreensão e interpretação dos fatores apresentados pelos questionários, o que gerou dificuldades com relação ao tempo necessário para abordagem de cada participante. Apesar disso, a pequena porcentagem de analfabetos e as estratégias adotadas no trabalho de campo tornaram possível a análise dos dados sem comprometimento dos resultados.

Gráfico 1 – Escolaridade da população não-migrante - 2007

Fonte: Informações obtidas em trabalho de campo (2007).

No que se refere aos dados da população migrante, buscou-se obter informação referente à escolaridade do chefe da família. A maior parte dos entrevistados informou que o chefe da família possui baixa escolaridade (entre 4ª a 8ª série do ensino fundamental). Poucos concluíram cursos técnicos e superiores, além de ter sido identificado um chefe de família analfabeto. Alguns migrantes ainda estão estudando e migraram com o objetivo de aperfeiçoar sua formação e aumentar os anos de estudo. O grau de escolaridade tem influência diretamente nas possibilidades de emprego desses migrantes na área de destino. As pessoas que apresentam número menor de anos de estudo terão possibilidades mais restritas de encontrar um emprego que possibilite a ascensão social almejada no momento em que se decide migrar. Alguns dos migrantes entrevistados realizaram a migração de retorno para as localidades de origem por não terem alcançado o objetivo de melhorar a remuneração, o que pode estar associado, entre outras justificativas, à baixa qualificação da mão-de-obra.

4.1.2 – Ocupação

Associado ao levantamento da escolaridade da população não-migrante, obteve-se informações a respeito da sua ocupação. Do total de pessoas entrevistadas, percebe-se que a ocupação em atividades como balconistas, estudantes e comerciantes se destacam, comparecendo com frequência de 11%, em cada caso. A seguir encontram-se os aposentados (9%), as donas de casa (7%), domésticas (6%) e professores (6%). As demais

ocupações comparecem com frequência igual ou inferior a 3%: agricultores, secretários, trabalhadores autônomos, costureiras, cabeleireiros, taxistas, motoristas, pedreiros, trabalhadores da área da saúde etc. As ocupações enumeradas são, em sua maior parte, empregos urbanos, embora as atividades e a população rural representem grande importância nos municípios que compõe a área de estudo. Este fato se justifica pela realização das pesquisas em áreas urbanas, associadas às novas tendências migratórias de caráter urbano-urbano; como não foi realizado trabalho de campo nas áreas rurais, não foi possível maior participação das profissões típicas deste ambiente de trabalho.

4.1.3 – Tipo de residência

A população entrevistada também foi ser questionada a respeito do tipo de imóvel em que residia. Por meio desta informação é possível concluir que 70% das pessoas possuem casa própria, enquanto apenas 30% residem em imóveis alugados ou cedidos. O mesmo pode ser verificado, tanto com relação à população não-migrante como àqueles que são migrantes.

4.2 – Fatores da Não-Migração

As análises realizadas a partir da pesquisa de campo na área de estudo em busca dos fatores determinantes da não-migração são apresentadas a seguir. Faz-se uma abordagem paralela da importância dos fatores locais para a população migrante e não-migrante. Os fatores que foram selecionados com maior frequência são destacados e justificando a presença de cada um deles, a partir de comentários dos habitantes locais que participaram da pesquisa. Os procedimentos metodológicos adotados foram os mesmos na abordagem da população migrante e não-migrante. Sendo assim, foram identificados os fatores positivos das localidades, escolhidos pelos dois grupos de população, separando-se os fatores em seus respectivos grupos: econômicos, geoculturais e culturais.

Os fatores selecionados são entendidos como aspectos que motivam a população a permanecer nas localidades de residência atual, sendo então considerados como fatores que incentivam a não-migração. Estes mesmos fatores podem também ser

compreendidos como motivos de atração para a população que migra de outras áreas para estas localidades e para o retorno dos que migraram. Ao serem questionados sobre os aspectos positivos mais significativos da localidade em que residem, os migrantes e não-migrantes foram convidados a escolher os principais motivos que poderiam contribuir para a sua permanência no local. Dessa forma, identifica-se os fatores que teriam maior peso no momento de decisão entre uma possível migração e a não-migração, e que contribuem para a fixação da população nas pequenas localidades.

A população não-migrante das cidades de Ervália, Piranga e Teixeira recebeu maior atenção do que a população migrante na pesquisa de campo. Isso se deve, em primeiro lugar, ao objetivo voltado para a investigação dos fatores da não-migração. Acrescenta-se o fato de que os migrantes, nestas localidades, representam pequena parcela da população, tendo sido difícil localizá-los no decorrer da pesquisa de campo. Além disso, para a população não-migrante, foi possível seguir o plano de trabalho elaborado, a fim de alcançar a proporcionalidade dos números de questionários aplicados em cada faixa etária aos números reais da população local. O mesmo não pôde ser realizado no caso da população migrante. Sendo assim, cabe relativizar as diferenças nas comparações entre os resultados das populações migrante e não-migrante.

As informações sobre os fatores da não-migração obtidas nas entrevistas feitas à população migrante não são computadas com o mesmo rigor estatístico utilizado na análise de resultados de abordagem da população não-migrante. Nos comentários referentes à presença dos fatores de maior frequência, estarão presentes informações obtidas junto aos migrantes e não-migrantes. No caso dos resultados relativos à população não-migrante, utiliza-se a elaboração de gráficos referentes às frequências em que cada fator comparece, enquanto os gráficos representativos da opinião da população migrante foram anexados ao final do trabalho (ver Anexo 2), devido ao pequeno número de entrevistados.

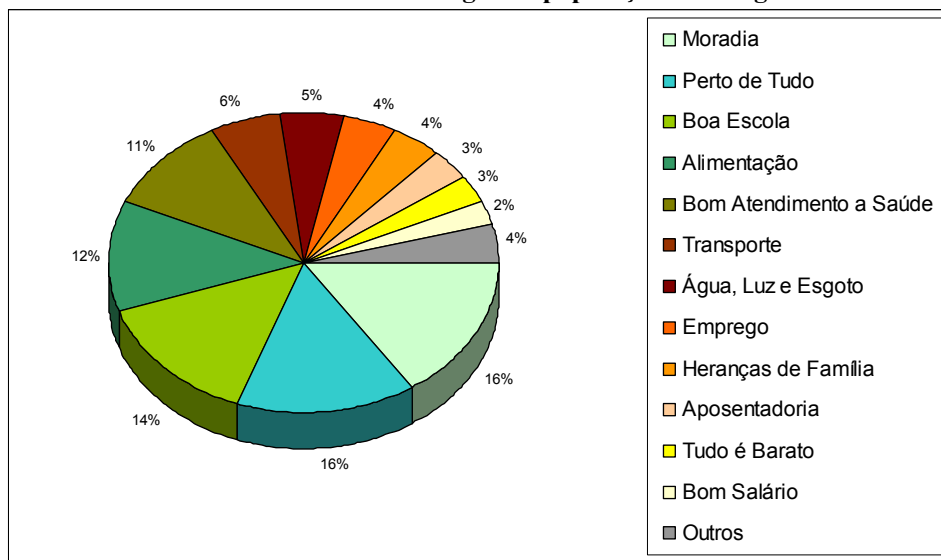
A – Fatores Econômicos

Na abordagem dos fatores determinantes da migração percebe-se a participação dos motivos de ordem objetiva, representada pelos fatores econômicos, como sendo fundamentais para a população que faz opção por migrar. No decorrer do desenvolvimento da pesquisa de campo, em busca dos fatores da não-migração, este grupo de fatores

apresentou também significativa participação, ao serem identificados os aspectos positivos das pequenas cidades analisadas. Apesar da representatividade dos fatores econômicos, cabe destacar que, enquanto algumas razões são mais significativas para atrair a população para os movimentos migratórios em direção a centros urbanos maiores, outros são os fatores econômicos positivos identificados nas pequenas cidades, que por sua vez atuam inibindo a migração.

A existência de empregos que oferecem boa remuneração se constitui como um dos principais motivos que incentivam a migração. No entanto, ela pode ser percebida como um fator neutro ou inexpressivo nas pequenas cidades, uma vez que apenas 2% dos entrevistados não-migrantes consideram que as cidades oferecem bons salários e somente um entrevistado migrante considera seu salário satisfatório. No entanto, outros fatores econômicos são avaliados como positivos pela população não-migrante, como moradia e proximidade dos estabelecimentos comerciais e de serviços, e compareceram com maior frequência nas respostas dos questionários aplicados à essa população (ver Gráfico 2). Enquanto a boa remuneração constitui-se como um fator de atração para as grandes cidades, as condições de moradia e acesso a diferentes locais da cidade são mais positivos nas pequenas cidades, destacando-se como seus fatores positivos.

Gráfico 2 – Fatores Econômicos segundo população não-migrante - 2007



Fonte: Informações obtidas em trabalho de campo (2007).

Comparando-se os aspectos econômicos selecionados pela população não-migrante apresentados no gráfico anterior e os resultados obtidos das pesquisas com a

população migrante, percebe-se que os fatores que apresentaram maior frequência são muito semelhantes nos dois casos, com pequenas alterações na frequência em que foram escolhidos. Isso demonstra que os referidos elementos da realidade local são realmente os mais significativos do ponto de vista econômico, sendo citados pelos diferentes grupos da população. Os migrantes compõe esses fatores aos encontrados em outras cidades, devido à sua experiência migratória, enquanto a população não-migrante seleciona esses fatores sem ter vivenciado experiências diferentes das locais. Os resultados indicam que os principais fatores econômicos positivos das pequenas cidades da área de estudo são:

➤ “Moradia”: as condições de acesso à moradia são consideradas satisfatórias pela população não-migrante, embora encontrem dificuldades para adquirir a casa própria. Mesmo assim, pessoas com baixo poder aquisitivo conseguem, aos poucos, adquirir ou construir sua residência. Além disso, devido ao pequeno porte das localidades, nenhum bairro é tão distante que impossibilite o acesso às diferentes áreas das cidades. A população migrante considera o acesso à habitação mais fácil nestas localidades, devido aos baixos preços dos imóveis, quando comparados aos locais de residência anteriores, onde a atuação da valorização/desvalorização dos terrenos é mais intensa, e devido aos preços acessíveis dos aluguéis nestas cidades. A facilidade de acesso à moradia pode ser confirmada, já que 70% dos entrevistados possuem residência.

➤ “Perto de Tudo”: o pequeno tamanho das cidades em termos de área e de volume de população, muitas vezes é entendido pelos habitantes como um fator negativo, quando, por exemplo, é associado à diminuição da oferta de produtos e serviços e à monotonia da vida local. No entanto, a proximidade das residências e principalmente dos estabelecimentos de comércio e serviços supera a idéia inicial e permite que este elemento seja entendido como um fator positivo. Este fator econômico também foi selecionado por pessoas que já passaram pela experiência de migrar para um centro urbano maior, onde as distâncias relativas entre as residências e as áreas de comércio e serviços são maiores, o que aumenta o tempo e os custos dos deslocamentos. No caso das pequenas cidades, é dispensável o uso de meios de meios de transporte internamente, já que as residências se localizam “perto de tudo”.

➤ “Boa Escola”: as escolas das cidades, além de serem estabelecimentos educacionais onde está matriculada a maior parte das crianças e adolescentes da localidade, são locais onde está empregada uma parcela da população. De modo geral,

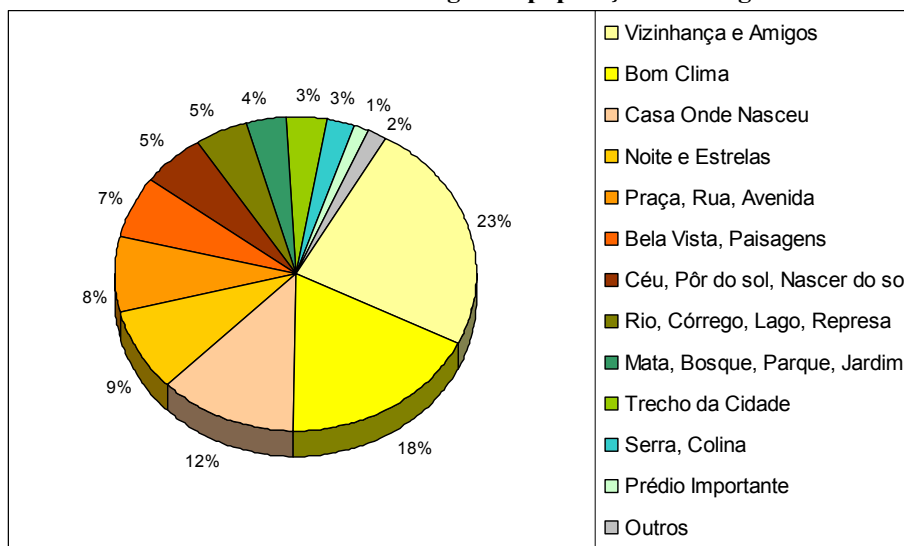
os entrevistados consideram a educação oferecida nestes estabelecimentos como satisfatória e, nestes casos, as escolas se constituem como importantes fatores de fixação populacional. Entre os migrantes que se originam de áreas rurais, a educação oferecida pelos estabelecimentos públicos é considerada de boa qualidade, principalmente quando comparada às escolas de áreas rurais. Além dos estabelecimentos públicos de ensino, parte da população destaca a importância da presença de escolas particulares.

➤ “Alimentação”: a qualidade da alimentação oferecida é considerada satisfatória devido à variedade no consumo de vegetais e outros produtos disponíveis nas localidades. A percepção da alimentação como fator positivo das pequenas localidades também foi destacada pela população migrante.

➤ “Bom Atendimento à Saúde”: o atendimento à saúde foi citado como um aspecto positivo das cidades, tanto no que se refere ao atendimento nos centros de saúde, como no direcionamento de pacientes para outros locais, quando necessitam de tratamento indisponível na cidade. No entanto, foram feitos comentários com relação a variações na qualidade do atendimento e instabilidade dos serviços públicos de saúde devido a mudança dos governantes eleitos pela população.

B – Fatores Geoculturais

Os fatores geoculturais selecionados pelos migrantes e não-migrantes também apresentaram ordem de importância e frequências semelhantes. Sendo assim, os resultados abaixo indicam a porcentagem com que os principais aspectos positivos do ponto de vista geocultural das pequenas cidades foram selecionados (ver Gráfico 3).

Gráfico 3 – Fatores Geoculturais segundo população não-migrante – 2007

Fonte: Informações obtidas em trabalho de campo (2007).

Os principais fatores geoculturais que se destacaram na avaliação da população entrevistada, tanto migrantes como não-migrantes são:

➤ “Vizinhança e Amigos”: grande destaque é conferido ao aspecto relativo à presença de vizinhos e amigos. Este fator é entendido tanto do ponto de vista da proximidade do local de residência, quanto no que se refere aos relacionamentos entre os entrevistados e seus vizinhos. Observando-se, por este aspecto, já se pode visualizar uma significativa importância dos fatores geoculturais para motivação da não-migração. No caso da população migrante, a presença de pessoas conhecidas e, principalmente dos vizinhos, representa um aspecto ainda mais significativo, pois é entendida como fator positivo para se optar pela residência nas pequenas cidades, onde o contato com as pessoas e a amizade são mais expressivos, quando comparados às realidades vivenciadas em algumas das experiências migratórias em grandes centros urbanos.

➤ “Bom Clima”: os aspectos climáticos agradáveis aparecem como segundo fator de ordem geocultural que inibe a migração. Este fator está associado também às pequenas mudanças verificadas no espaço natural das cidades, quando comparadas às áreas urbanas de maior porte, em que a alteração provocada pelas atividades humanas é mais significativa e acaba por interferir no microclima dessas cidades. Também entre os migrantes, as características climáticas das pequenas cidades são consideradas agradáveis. Eles acrescentam como aspecto positivo o fato de não serem comuns os alagamentos em períodos chuvosos e os longos períodos de seca.

➤ “Casa Onde Nasceu”: muitas pessoas entrevistadas se referem à presença da casa onde nasceram como um forte à não-incentivo à migração. Neste caso, o apego a um lugar demonstra também a identificação que com ele se construiu, o que não ocorre com qualquer lugar, mas com um lugar específico com o qual se tem uma relação específica. No caso dos migrantes, também se verifica a importância da casa ou local onde nasceu, sendo este fator indiretamente mencionado dentre os motivos da migração de retorno.

➤ “Noite e Estrelas”: embora a noite e as estrelas estejam presentes em outros locais, parte dos entrevistados fez referência à noite na localidade em que reside, assim como a contemplação das estrelas; para as pessoas entrevistadas é diferente observar a noite e as estrelas em outra cidade.

➤ “Praça, Rua, Avenida”: alguns trechos das cidades foram citados como partes com as quais as pessoas se relacionam e criam laços de familiaridade, o que ocorre principalmente com as praças, que se constituem como ponto de encontro e área de lazer de alguns grupos sociais.

Figura 16 – Praça central de Ervália-MG



Fonte: <http://www.panoramio.com/photo/5376143>.

➤ “Bela Vista, Paisagens”: a paisagem natural representada pelas áreas não desmatadas e locais com presença de rios e cachoeiras são indicados como atrativos das cidades pequenas. No que se refere às paisagens humanizadas, receberam maior atenção as praças e áreas de festas.

Figura 17 – Praças da cidade de Piranga-MG

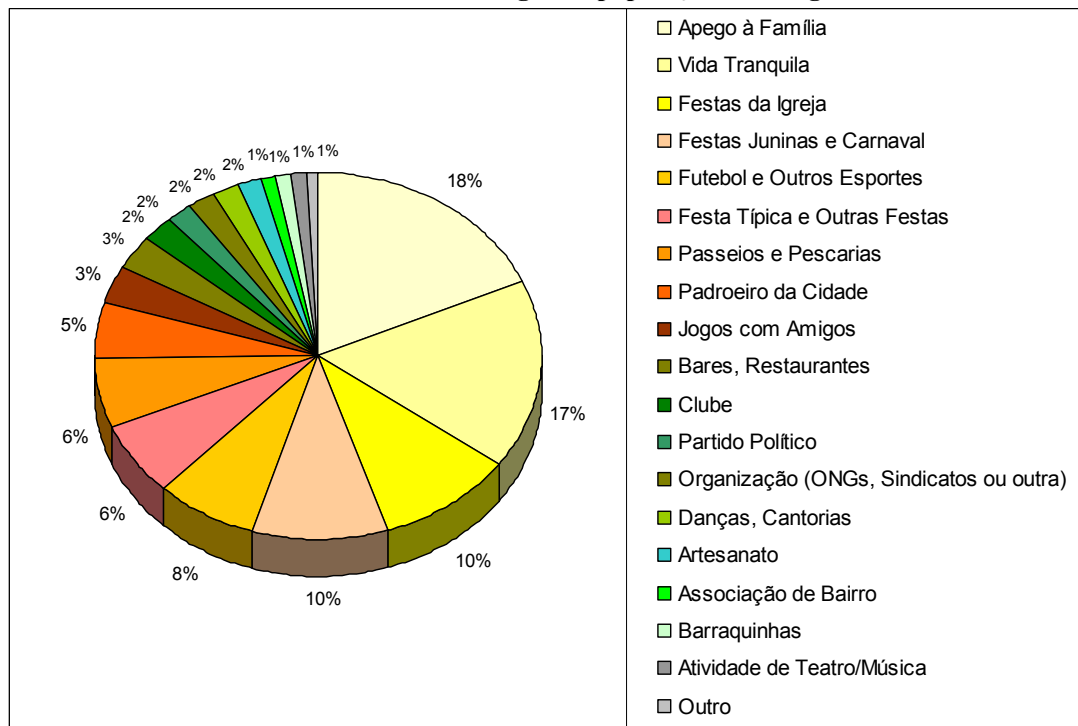
Fonte: <http://picasaweb.google.com.br/piranga/PirangaFotosDaCidade/photo#506051>.

A importância conferida pela população não-migrante e migrante aos elementos geoculturais e os comentários elaborados no decorrer do trabalho de campo sinalizam que, além dos fatores econômicos, este outro grupo de fatores também adquire importância explicativa da permanência da população nas pequenas localidades. Os aspectos analisados, sob o ponto de vista da localização espacial ou da consideração de elementos físicos, indicam a existência de forte relação afetiva com o lugar, mais do que o que é possível inferir por meio de abordagens econômicas e do ponto de vista material. Assim, percebe-se a necessidade de avançar para uma investigação que considere também os aspectos não-materiais como afirmação social através das redes sociais, construção de identidade (CLAVAL, 2001).

C – Fatores Culturais

Na análise referente aos fatores culturais, o resultado com relação à frequência com que cada elemento comparece segundo, abordagem da população não-migrante está representada a seguir (ver Gráfico 4).

Gráfico 4 – Fatores Culturais segundo população não-migrante - 2007



Fonte: Informações obtidas em trabalho de campo (2007).

Dentre os fatores culturais apresentados para seleção, os que mais se destacaram na percepção da população migrante e não-migrante são:

➤ “Apego à Família”: a importância da presença familiar pode ser mensurada a partir da frequência em que este fator foi selecionado, apresentando-se como o mais frequente entre os fatores culturais. Dessa forma, entende-se que o principal motivo de ordem cultural que inibe a migração é a presença da família no local de origem. Os habitantes que compõem a população migrante que retornaram aos municípios entenderam a volta para o convívio familiar como um dos grandes motivos e benefícios deste movimento migratório

➤ “Vida Tranquila”: a tranquilidade típica da maior parte das pequenas cidades, poucas vezes interrompida, apresenta grande destaque entre os fatores culturais. Este aspecto atrai a população de outras cidades, e age com grande força na permanência da população nestas localidades. A situação tranquila das pequenas cidades exige dos habitantes menor preocupação com a segurança própria e da família, quando comparada à grande insegurança dos centros urbanos maiores, experiência vivenciada pela população que retornou dessas áreas.

➤ “Festas de Igreja”: o aspecto da religiosidade presente nas cidades analisadas se mostra significativo, já que 10% da população não-migrante entrevistada apresentam este fator como primordial para sua vida na localidade. Quando associado ao fator “Festa do Padroeiro” acrescenta-se ainda 5% da frequência de respostas voltadas para aspectos religiosos. No caso da população migrante a frequência destes fatores também se destaca e os motivos religiosos totalizam frequência de quase 10%.

Figura 18 – Igreja Matriz de São Sebastião – Ervália-MG



Fonte: <http://www.panoramio.com/photo/5376109>.

➤ “Festas Juninas e Carnaval” e “Festas Típicas e Outras Festas”: embora presentes em outras localidades as festas juninas e o carnaval nas localidades analisadas foram considerados aspectos positivos, associados às especificidades locais e à dinâmica da participação das pessoas nestes eventos. O mesmo se verifica quanto às festas típicas e a outros tipos de festas, atentando para a permanência da população nas pequenas cidades.

➤ “Futebol e Outros Esportes”: a presença dos grupos de amigos que se reúnem para praticar esportes, principalmente o futebol, é citada por algumas pessoas, reafirmando a importância dos aspectos não-materiais.

4.3 – Análise Comparada de Resultados

Além da análise geral dos resultados referentes a cada grupo de fatores, envolvendo o conjunto dos três municípios, é possível comparar a frequência dos diferentes fatores, segundo grupos diferentes compostos pelo conjunto da população entrevistada. Numa primeira iniciativa de análise comparada, destaca-se a realidade das pessoas residentes em cada uma das três localidades analisadas, identificando as semelhanças e diferenças na percepção da população local. De modo geral, há um equilíbrio nas frequências dos fatores identificados nas cidades de Ervália, Piranga e Teixeiras.

A – Comparação entre Cidades

Ao se promover a comparação dos resultados relativos aos fatores econômicos segundo as três localidades, verifica-se que as tendências de que alguns fatores (como “Moradia”, “Bom atendimento à saúde” e “Boa escola”) se destaquem permanece, principalmente no caso das cidades de Ervália e Piranga. A cidade de Teixeiras apresenta maior diversidade nos resultados, sendo as frequências entre os fatores econômicos mais equilibrada. As maiores diferenças de frequência se manifestam nos fatores “Moradia”, “Perto de tudo”, “Boa escola” e “Bom atendimento à saúde” (ver Tabela 4), chegando a 8%.

Tabela 4 – Comparação de frequência de fatores econômicos em Ervália, Piranga e Teixeiras

CIDADES	Moradia	Perto de tudo	Boa escola	Bom atendimento a saúde
Ervália	16%	19%	17%	15%
Teixeiras	19%	15%	14%	11%
Piranga	13%	14%	12%	7%

Fonte: Informações obtidas em trabalho de campo (2007).

A análise do grupo de fatores geoculturais mostrou a mesma situação quando comparados os resultados das três cidades, apresentando frequências semelhantes para as cidades de Ervália e Teixeiras, com destaque para os fatores “Vizinhança e amigos”, “Bom clima” e “Casa onde nasceu”. A percepção dos moradores esteve melhor distribuída no

caso de Piranga, em relação aos fatores geoeconômicos apresentados. As maiores diferenças se manifestaram nos seguintes fatores: “Vizinhança e amigos”, “Bom clima”, “Serra, colina” e “Noite e estrelas” (ver Tabela 5).

Tabela 5 – Comparação de frequência de fatores geoculturais em Ervália, Piranga e Teixeira

CIDADES	Vizinhança e amigos	Bom clima	Serra, colina	Noite e estrelas
Ervália	28%	20%	4%	5%
Teixeiras	24%	25%	1%	11%
Piranga	17%	9%	9%	8%

Fonte: Informações obtidas em trabalho de campo (2007).

Os fatores culturais apresentaram resultados mais próximos entre as três localidades, indicando uma tendência de valorização de alguns aspectos específicos da realidade das três cidades, como o “Apego à família” e a “Vida tranqüila”. Ainda assim, encontram-se diferenças em termos da frequência relativa de alguns atrativos mencionados pelos entrevistados (ver Tabela 6).

Tabela 6 – Comparação de frequência de fatores culturais em Ervália, Piranga e Teixeira

CIDADES	Apego à família	Vida tranqüila	Festa típica e outras festas	Futebol e outros esportes
Ervália	16%	13%	10%	6%
Teixeiras	23%	19%	3%	7%
Piranga	17%	18%	4%	11%

Fonte: Informações obtidas em trabalho de campo (2007).

B – Comparação entre Grupos Etários

Considerando os três grupos de idade¹⁶ dos entrevistados, é possível estabelecer comparação entre os resultados de frequência obtidos em cada caso. Nos fatores econômicos percebe-se que o fator “Moradia” é analisado segundo uma mesma perspectiva, apresentando valores semelhantes (frequência de 19% para o grupo 1, 14% para o grupo 2 e 16% para o grupo 3), o mesmo sendo verificado quanto ao fator “Bom

¹⁶ Grupo etário 1 (15 a 29 anos); grupo etário 2 (30 a 49 anos) e grupo etário 3 (acima de 50 anos).

atendimento à saúde (9%, 14% e 11% para os grupos etários 1, 2 e 3, respectivamente). Já os fatores “Aposentadoria” e “Boa escola” apresentam padrões diferentes associados às diferentes faixas etárias. Enquanto há uma evidente diminuição da avaliação da aposentadoria nas localidades analisadas por parte da população das faixas etárias menores (grupos de idade 1 e 2), a população idosa considera este fator como um dos aspectos que contribui para a permanência no local de residência atual; esse fator não foi citado entre pessoas do grupo 1, apresentou 3% de frequência no grupo 2 e 8% no grupo 3. Uma situação inversa foi percebida com relação do fator “Boa escola”, indicando que este aspecto é considerado mais definitivo para a população jovem, representada por estudantes ou pelos pais de crianças e adolescentes, e menos importante para os idosos. Este fator alcançou frequência de 18%, 16% e 9% entre pessoas dos grupos 1, 2 e 3, respectivamente.

Com relação aos fatores geoculturais, as áreas de lazer e encontro como as representadas pelo fator “Praça, rua e avenida” receberam maior destaque da população dos grupos etários 1 e 3 (8% e 10% de frequência, respectivamente), enquanto apenas 5% da população do grupo etário 2 indicou a presença destes locais como fator positivo das localidades. O fator “Casa onde nasceu” (frequência de 12% para o grupo 1, 16% para o grupo 2 e 8% para o grupo 3) manifestou importância principalmente no caso dos dois primeiros grupos etários, já que estes locais não existem mais para boa parte da população idosa. O fator “Bom clima” apresentou-se muito importante para as três faixas etárias, cuja frequência é de 16%, 19% e 20%, respectivamente para os grupos etários 1, 2 e 3.

A análise dos resultados dos fatores culturais apresenta disparidades que indicam a vivência da população de cada faixa etária. O fator “Futebol e outros esportes” apresentou maior frequência entre a população adulta do grupo de idade 2 (10%), sendo seguido pelo grupo 1 (8%). Este fator é citado por último pela população idosa (4%), podendo ser, parcialmente, resultado da maior dificuldade, para a prática de exercícios e atividades que exigem grande esforço físico nessa faixa etária. O fator “Festas de Igreja” e “Festa do padroeiro” apontam para uma religiosidade maior da população do terceiro grupo etário (alcançando frequência de 4%, 12% e 16%, para o primeiro fator e 2%, 5% e 9% para o segundo fator, para os grupos etários 1, 2 e 3, respectivamente). Resultado inverso pode ser observado no que diz respeito ao fator “Festas juninas e carnaval” que manifestaram frequência de 15%, 9% e 4%, respectivamente para os três grupos de idade. O fator “Vida tranquila” alcançou alta frequência no caso dos três grupos etários, sendo considerado importante pelo conjunto da população (frequência de 16%, 19% e 14% respectivamente nos grupos de idade 1, 2 e 3).

C – Comparação entre Sexos

Comparando-se os resultados da população masculina e feminina, depara-se com uma situação que evidencia as formas diferentes de interpretações da realidade, distintas preocupações e valorização de aspectos singulares do cotidiano. A comparação entre as freqüências dos fatores econômicos entre homens e mulheres indica resultados muito próximos, sendo encontradas variações entre 1 e 3%. As alterações mais significativas foram verificadas nos seguintes fatores: “Bom atendimento a saúde” (10% para os homens e 13% para as mulheres) e “Aposentadoria” (5% e 2%, para homens e mulheres, respectivamente).

Nos fatores geoculturais, as diferenças nas freqüências estão entre 1 e 4%, sendo as mais significativas nos seguintes fatores: “Vizinhança e amigos” (26% para os homens e 22% para as mulheres); “Casa onde nasceu” (14% para os homens e 11% para as mulheres) e “Noite e estrelas” (6% para os homens e 11% para as mulheres). A comparação entre freqüências dos fatores culturais manifestou maior nível de discrepância em alguns fatores e pouca alteração em outros, chegando a 12%. Percebe-se que, para os homens, tem grande importância o fator “Futebol e outros esportes” (15%), e para as mulheres este fator é pouco significativo, pois apresenta apenas 3% de freqüência. Verifica-se também que o “Apego a família” é mais importante para as mulheres (19%) do que para os homens (11%), embora estes também sejam apegados à família.

4.4 – Importância Relativa de Fatores Objetivos e Subjetivos

A não-migração vem manifestando importância cada vez maior diante das atuais características migratórias brasileiras. Neste contexto, as pesquisas de campo realizadas no presente trabalho permitem refletir a respeito dos principais fatores que inibem as migrações e que contribuem para reter a população nas pequenas cidades. Nas localidades que compõe o objeto de estudo verifica-se que grande parte da população não possui experiência migratória e dentre estes, a maioria não tem planos de mudar de suas cidades para outros locais. Sendo assim, a maior parte da população analisada é composta por não-migrantes e apenas uma pequena parte é migrante ou possui experiência migratória.

Este fato permite chamar a atenção para a não-migração com mais insistência, por se tratar da realidade mais comum de pequenas cidades da Zona da Mata mineira.

Através da apresentação dos dados a respeito da percepção da população não-migrante em relação aos três grupos de fatores, é possível visualizar os elementos de maior destaque no interior de cada grupo e as respectivas frequências em que foram selecionados pela população e ainda apresentar algumas informações qualitativas sobre a importância destes fatores, captadas no decorrer da pesquisa. Uma análise mais elucidativa, no sentido de comparar os resultados das populações migrante e não-migrante pode ser realizada. Para que se possa visualizar a importância relativa de cada grupo de fatores é preciso avaliar a frequência dos fatores que foram citados na última etapa do questionário, quando todos os elementos selecionados no interior de cada grupo de fatores têm a mesma condição de serem escolhidos. Desta forma, pode-se perceber a importância relativa de cada grupo de fatores no caso dos dois grupos de população abordados.

A migração para as pequenas cidades que compõe a área de estudo é determinada por alguns tipos específicos de movimentos migratórios, que apresentam características distintas, assim como diferentes fatores determinantes. Destaca-se a presença de movimentos migratórios de retorno que confirmam as observações a respeito da inversão da tendência de perda populacional em Minas Gerais (GARCIA; MIRANDA RIBEIRO, 2005) e na região da Zona da Mata mineira (PAIVA; TOMA, 2005).

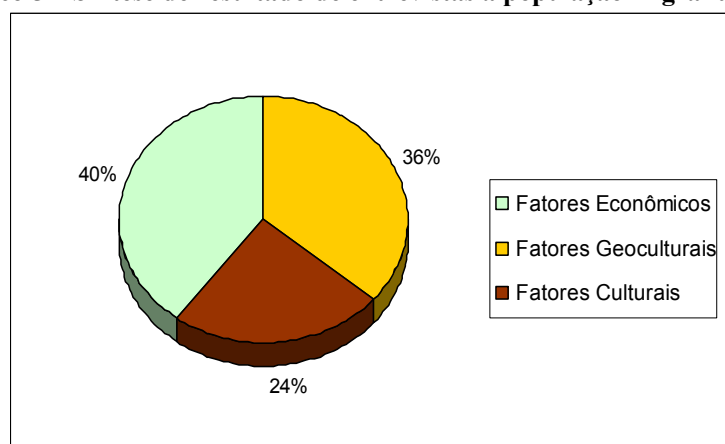
Uma parcela da população ainda realiza os movimentos tradicionais que caracterizam as migrações do tipo campo-cidade. Estes migrantes deixam as áreas rurais e passam a residir nas cidades, realizando o êxodo rural. A maior parte das migrações deste tipo tem origem em áreas do próprio município, embora alguns casos de migrantes vindos de áreas rurais de outros municípios mineiros tenham sido identificados. Um outro tipo de migração realizada pelos habitantes das cidades pesquisadas se direciona para áreas urbanas dos grandes centros, entre eles Belo Horizonte e São Paulo. Esse movimento migratório é realizado por pessoas que vêm na mudança para as grandes cidades uma alternativa para a melhoria da condição de vida. Como a escolaridade desses migrantes é pequena, o que dificulta sua inserção no mercado de trabalho, e os grandes centros vêm expulsando população, uma parcela dessa população irá compor o contingente populacional dos retornados.

O estudo de caso sugere que os fatores determinantes dos movimentos migratórios são diferentes caso da população migrante e não-migrante. Os fatores objetivos, com destaque para os econômicos, são determinantes para as pessoas que tiveram a

experiência de deixar as pequenas cidades e migrar para cidades maiores. Sendo assim, embora residentes nas pequenas cidades, suas experiências migratórias foram motivadas por fatores econômicos. O mesmo se pode inferir com relação à população que realiza o êxodo rural, já que buscaram nas pequenas cidades empregos, melhoria de salários, acesso a educação e saúde etc. No entanto, no caso dos migrantes que realizam a migração de retorno e dos que buscam a pequena cidade após vivenciar a realidade da cidade grande, os aspectos econômicos deixam de ser os mais importantes. Os fatores determinantes deste tipo de movimento migratório são majoritariamente subjetivos. A preocupação com a situação econômica não se ausenta, mas é relegada a segundo plano, uma vez que o principal objetivo é a busca por melhor qualidade de vida, tranquilidade, proximidade da família etc. Neste caso, alguns migrantes consideram que a migração alcançou seu objetivo, mesmo quando houve redução da renda familiar.

O gráfico a seguir (ver Gráfico 5) sintetiza as informações relativas aos agrupamentos dos fatores selecionados pelos imigrantes habitantes das pequenas cidades pesquisadas. Estes fatores podem ser considerados como motivos que contribuíram para a decisão de migrar para as localidades onde os habitantes adquiriram experiência migratória ou como motivos que conduziram à decisão de retornar aos pequenos municípios, no caso dos migrantes retornados. Para a população que compõe os migrantes vindos de outras localidades do estado de Minas Gerais ou de outra unidade da federação, estes fatores constituem-se como motivos que incentivam a migração para as pequenas cidades.

Gráfico 5 – Síntese de resultado de entrevistas a população migrante - 2007



Fonte: Informações obtidas em trabalho de campo (2007).

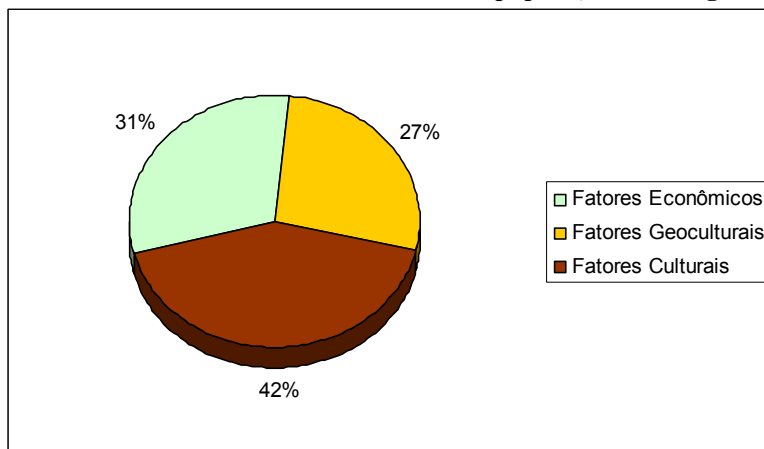
Percebe-se, inicialmente que os resultados para os três grupos de fatores apresentam diferentes frequências. Os fatores econômicos, grupo que constitui os fatores objetivos¹⁷, foram considerados de características positivas mais importantes (40%). A frequência deste grupo de fatores poderia ser ainda mais significativa, caso a população migrante entrevistada fosse composta apenas por migrantes não retornados. A presença de migrantes que realizaram o movimento de retorno tende a promover uma valorização maior dos aspectos não econômicos das pequenas cidades.

Os fatores geoculturais apresentam frequência de 36% nas respostas dos entrevistados e os fatores culturais respondem por 24% das respostas. Considerando-se que estes dois grupos compõem os fatores subjetivos, ao serem somados os valores de frequência a eles referentes, verifica-se que nas respostas dos entrevistados, os fatores subjetivos apresentam-se mais significativos que os fatores objetivos. Enquanto 60% dos aspectos positivos das localidades se concentram no grupo dos fatores subjetivos (geoculturais e culturais), 40% das respostas se concentram entre os fatores objetivos (econômicos)¹⁸.

A análise das informações obtidas junto à população não-migrante permite concluir que os três grupos de fatores assumem proporções diferentes, quando comparado aos resultados referente à população migrante. Este fato sinaliza para a importância de outros fatores, entendidos como aspectos que contribuem para a permanência da população nas pequenas localidades (ver Gráfico 6).

¹⁷ Os fatores geoculturais podem ser considerados também objetivos ou híbridos, dada a fisicalidade que acompanha cada carta selecionada.

¹⁸ Se considerarmos que os fatores geoculturais são também culturais, conclui-se pela sua predominância (60%) em reação aos fatores econômicos.

Gráfico 6 – Síntese de resultado de entrevistas à população não-migrante - 2007

Fonte: Informações obtidas em trabalho de campo (2007).

Observando-se o gráfico anterior, percebe-se que os fatores econômicos ainda apresentam frequência maior que os fatores geoculturais, como já se verificou nas respostas correspondentes a população migrante (Gráfico 5). A frequência relativa aos fatores econômicos na percepção da população migrante era de 40%, tendo alcançado apenas 31% nas respostas da população não-migrante. O contrário se verifica no contexto dos fatores geoculturais que representavam 36% das respostas, mas no segundo caso passam a corresponder a 27%.

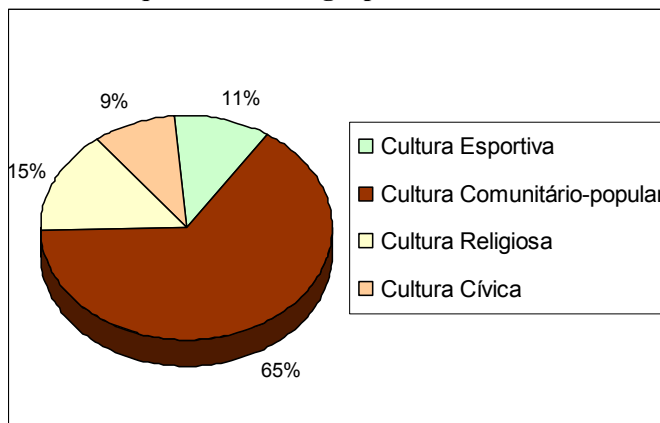
A grande alteração ocorreu na frequência dos fatores culturais, que passou de 24% no caso da população migrante para 42% das respostas dos não-migrantes. Ao se pensar na análise dos resultados da população não-migrante, considerando apenas a classificação dos fatores em dois grupos, objetivos e subjetivos, o primeiro deles comparece com frequência de 31%, enquanto os fatores subjetivos assumem 69% das respostas. Houve um aumento da importância relativa dos fatores subjetivos, em face do aumento da participação dos fatores culturais.

Considerando a relevância dos fatores culturais, cabe analisar a diferença das frequências em que os fatores dos seus quatro subgrupos¹⁹ foram selecionados pela população. Internamente aos fatores culturais, também se percebe que há predominância da escolha de fatores segundo subgrupos específicos. O gráfico 7 apresenta esta diferenciação, considerando os questionários aplicados à população não-migrante. Os resultados relativos à população migrante seguiram a mesma tendência da população não-migrante,

¹⁹ Os fatores econômicos encontram-se subdivididos nos seguintes grupos: cultura esportiva, cultura comunitário-popular, cultura religiosa e cultura cívica.

apresentando frequências muito próximas, o que dispensa sua apresentação. Percebe-se nitidamente a predominância de fatores do subgrupo da cultura comunitário-popular²⁰, havendo quase uma sobreposição dos resultados nos dois grupos da população. Salienta-se que, em parte, este resultado pode se associar à diferença do número de itens que compõe cada subgrupo, indicando também uma importância maior conferida pela população a este grupo de fatores.

Gráfico 7 – Frequência dos subgrupos dos fatores culturais - 2007



Fonte: Informações obtidas em trabalho de campo (2007).

Analisando-se as informações obtidas, evidencia-se que a importância relativa dos fatores econômicos, geoculturais e culturais não são idênticas nos casos da população migrante e não-migrante. Percebe-se que no primeiro caso os fatores econômicos se destacam, enquanto que no segundo, os elementos culturais atingem percentuais maiores que os verificados no primeiro caso. De forma geral, pode-se considerar que os fatores econômicos ainda são vistos como prioritários para a população que faz opção pela migração, enquanto a não-migração é determinada principalmente por fatores culturais, que compõe aspectos mais subjetivos e de maior dificuldade de mensuração. Os aspectos geoculturais são mais valorizados pela população imigrante, que possui parâmetro de comparação entre a realidade das pequenas localidades onde residem e a situação das localidades de onde vieram.

Considerando a classificação dos fatores objetivos e subjetivos, percebe-se que, em relação a população não-migrante e, mesmo entre a população migrante, os números favorecem os fatores subjetivos. Dessa forma, através dos resultados analisados, confirma-

²⁰ Os itens que compõe o subgrupo da cultura comunitário-popular são: Vida Tranqüila; Festas Juninas e Carnaval, Festa Típica e Outras Festas, Apego à Família, Barraquinhas, Artesanato, Passeios e Pescarias, Bares, Restaurantes, Danças, Cantorias, Atividade de Teatro/Música.

se que, além dos motivos econômicos, a população migrante também considera os fatores geoculturais e culturais para decidir pela migração. Além disso, confirma-se a imensa participação dos fatores subjetivos, sobretudo dos fatores culturais, para a definição da não-migração nas cidades analisadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao ser avaliada a importância dos fatores objetivos e subjetivos como determinantes dos movimentos migratórios, confirma-se a predominância dos elementos econômicos no processo de decisão dos migrantes, o que já havia sido indicado por meio de estudos migratórios. Os fatores econômicos são particularmente marcantes no caso da população que migra de cidades pequenas em direção a grandes centros urbanos, o que pode ser comprovado na análise das experiências migratórias (ver Anexo 3). Além de confirmar a decisão de migrar como fundamentalmente baseada em aspectos econômicos, é possível perceber através deste trabalho que a importância conferida aos fatores objetivos pela população migrante é maior, em comparação com a importância a eles atribuída pela população não-migrante.

Buscando entender a importância dos fatores econômicos considerados como aspectos que funcionam como estímulo para a permanência da população nas pequenas cidades, cabe ainda acrescentar algumas reflexões propostas por Martins (2002). O autor não entende a migração como uma forma de exclusão dos migrantes, seja antes ou após o movimento migratório, como ela é muitas vezes compreendida. Segundo ele, verifica-se o *“uso abusivo da noção de exclusão como se ela explicasse absolutamente tudo”* (MARTINS, 2002, p. 119) e ao abordar a questão das migrações é preciso refletir sobre a *“inconveniência conceitual e os equívocos desse conceito”* (MARTINS, 2002, p. 120). A migração demonstra exatamente o contrário da exclusão, já que ela nada mais é do que a busca da população pela inclusão ou reinclusão no sistema capitalista. Para que se esteja incluído no sistema é preciso ser consumidor. Considerando desta forma, a migração pode ser entendida como uma dos mecanismos de buscar inserção no sistema.

O capitalismo, segundo Martins (2002), busca incluir cada ser humano tornando-o membro da sociedade capitalista e, para tanto, ele promove o desenraizamento, destruindo as relações sociais tradicionais, muitas vezes excluindo as pessoas de ambientes nos quais elas estavam inseridas. O capitalismo insere as pessoas na sociedade capitalista transformando-as em produtores e consumidores de mercadorias, reduzindo tudo a mercadoria, inclusive a força de trabalho. Ao tornar uma pessoa proprietária apenas de sua força de trabalho, seja ela comprada ou não, o capitalismo promove seu desenraizamento

(MARTINS, 2002). Agindo assim, o capitalismo motiva as pessoas a buscarem, de forma prioritária, a satisfação de suas necessidades materiais e econômicas, em detrimento da atenção à satisfação de suas outras necessidades. Ao final deste processo, Martins (2002) entende que “*é própria da sociedade capitalista a tendência de destruir as relações sociais que não sejam relações capitalistas*” (MARTINS, 2002, p. 120).

Neste contexto, um trabalhador a procura de trabalho é uma pessoa que está procurando a reinclusão na sociedade através do meio mais seguro para que o expropriado e desenraizado tenha uma inserção estável nas relações sociais (MARTINS, 2002). Um migrante, que se desloca da localidade onde mantém suas relações cotidianas, e o faz por estar em busca de emprego e melhoria de renda em outro local, pode ser tipicamente considerado como uma pessoa em busca de inclusão mais promissora no sistema capitalista. Atualmente, e cada vez mais, o tempo necessário para reincluir o excluído está ficando cada vez mais longo, acentuando os problemas sociais. Analisando a busca por melhorias econômicas, Martins (2002) entende que “*o problema, portanto, não está na exclusão. O grave problema social e político está na inclusão*” (MARTINS, 2002, p. 123). Para repensar a situação brasileira o autor considera se necessário “*discutir as formas de inclusão, o preço moral e social da inclusão [...]*” (MARTINS, 2002, p. 124).

A não-migração, neste contexto de busca pela melhoria econômica e social, é apresentada pelo autor como uma forma de limitar a busca pela inserção no sistema capitalista, constituindo-se, assim, como uma das modalidades de resistência (MARTINS, 2002). A migração, para o autor, representa uma estratégia normal na sociedade capitalista, em que a busca pela inclusão envolve deslocamentos espaciais, enquanto a não-migração aparece como um fenômeno que não é normal:

[...] é normal na sociedade moderna a migração. O que não é normal é a não migração. O sujeito que nunca saiu do lugar dele para ir para outro lugar para se reajustar neste ciclo de exclusão/inclusão, não é normal. Normal é quem migra (MARTINS, 2002, p. 126).

Embora tais idéias sejam bastante discutíveis, já que o capitalismo também invade os espaços rurais e tradicionais, os não-migrantes, ao não optarem pela migração assumiriam inconscientemente uma estratégia de resistência a esta busca por inserção nas áreas centrais do sistema capitalista. Dessa forma, a população não-migrante manteria relações sociais não estritamente capitalistas, inclusive valorizando fatores subjetivos em detrimento dos fatores objetivos (econômicos). Neste âmbito associa-se a existência de outras realidades e necessidades humanas, que não especificamente materiais, como aponta

Claval (2001), já que a realidade dos grupos humanos e as atividades por eles exercidas envolvem outras dimensões da vida. Além da necessidade material, as pessoas apresentam necessidade de afirmar seu papel social, construir sua identidade, interrogar-se sobre o significado da presença no mundo (CLAVALL, 2001).

A migração é apresentada por Martins (2002) como uma forma de promover a separação das pessoas da satisfação das necessidades não materiais no ambiente em que estavam acostumadas a vivenciar, em nome da busca pela inclusão no sistema²¹.

O que é próprio e característico desta sociedade, e do predomínio que há nela das leis de mercado sobre quaisquer outras leis sociais, é o desenraizamento, a destruição das relações sociais tradicionais e, portanto, a exclusão das pessoas em relação aquilo que elas eram e aquilo que elas estavam acostumadas a ser (MARTINS, 2002, p. 120).

Quando passam pelo desenraizamento por se separarem da realidade não material vivenciada nas localidades de origem, os migrantes muitas vezes tentam reproduzir esta realidade nos seus locais de origem. Neste sentido, o autor recorda os locais de destino de populações migrantes, em que, muitas vezes se verifica a reconstrução de realidades semelhantes às dos locais de origem. O autor cita que na cidade de São Paulo se verifica uma “*curiosa migração de ritos, de componentes culturais, sons, ritmos, sabores etc., das culturas de origem de que as pessoas foram desenraizadas*” (MARTINS, 2002, p. 135). Assim, Martins (2002) manifesta a existência de um “transplante cultural”, quando se verifica um apego àquilo que a mudança de localidade e de vida está tentando destruir ou isolar.

A população não-migrante, ao contrário, é menos afetada por este processo de desenraizamento, por não se lançar prioritariamente à busca de melhorias econômicas e, assim, por uma melhor inserção no sistema capitalista. Cabe associar essa realidade da não-migração aos fatores que contribuem para a fixação da população em seus locais de origem. Ao conferir grande valor a convivência familiar, aos hábitos culturais das localidades de origem, as suas características naturais e até mesmo às suas potencialidades econômicas, o não-migrante escapa deste processo que promove o desenraizamento das pessoas. Ao optar pela não-migração o interesse econômico deixa de prevalecer, mas proporciona a existência de condições de vida com menor satisfação das necessidades de

²¹ Associado a ação promovida pelas forças capitalistas, como descrito por Martins (2002), não se pode negligenciar a ação conjunta dos fatores de expulsão, vivenciados, sobretudo no meio rural, como salienta Singer (1980). Esses fatores de expulsão são agravados pelo processo de desenvolvimento do capitalismo, mas sua existência não se restringe ao contexto estritamente capitalista.

consumo moderno, mas acena para o desenvolvimento suportado por necessidades não materiais com a preservação de vínculos das pessoas com os seus lugares de origem. Sendo assim, a não-migração, associada a valorização dos fatores subjetivos locais, contribui potencialmente para a manutenção dos hábitos e culturas que podem se perder nos quadros de busca pela inserção nos contextos de modernização e urbanização atuais quando a busca da inserção no sistema capitalista ocorre através dos movimentos populacionais.

A relação que cada pessoa mantém com o lugar onde reside, no qual satisfaz diferentes necessidades sinaliza para a familiaridade com outras pessoas, manifestada através dos laços sociais, e com os objetos e realidade locais. Nesta participação efetiva na realidade local, considera-se que haja um enraizamento da população no local onde reside, promovido pela vivência cotidiana. Ao refletir sobre os lugares, dentre eles as pequenas cidades, não se pode apenas pensar em uma porção do espaço identificada pelas relações que mantém a sobrevivência da sociedade. Cabe acrescentar que, além dessa realidade objetiva, depara-se com um investimento por parte da população que reside nestas áreas, dotando-as de sentido e de racionalidades próprias na medida em que vivem nelas e se reproduzem. Ao serem questionados a respeito dos fatores positivos de suas localidades, as pessoas entrevistadas buscam na memória essa relação com os seus lugares, e por meio deste suporte, deixaram transparecer a importância dos fatores subjetivos, especialmente dos fatores culturais, para a manutenção da vida nestas cidades.

Além disso, certas áreas ou “*porções do espaço são objeto de um investimento afetivo mais profundo do que outras*” (CLAVAL, 2004, p. 52), por sediarem atrativos de grande importância simbólica, como as igrejas, os museus, as praças e as áreas de lazer. A individualidade destes lugares a partir das relações das pessoas com o espaço faz com que, mesmo havendo paisagens semelhantes em outros locais, seja impossível reproduzir a relação dos sujeitos com este novo espaço, não sendo ele dota-lo do mesmo sentido. Os espaços se configuram ainda como locais de registros históricos de momentos vividos nos lugares, definidos pelas relações que são estabelecidas também no tempo.

Apesar da possibilidade de várias reflexões propiciadas pelo trabalho desenvolvido a respeito dos fatores determinantes da não-migração e da migração, outras discussões podem ser implementadas a partir dos dados coletados e das informações obtidas, que não foram aqui apresentadas por não representarem objetivo da discussão proposta. Outros aspectos, no entanto não puderam ser alcançados, como, por exemplo, a compreensão e a visão da migração a partir da análise da não-migração nas cidades investigadas. As discussões e possibilidades de análise não foram aqui esgotadas. O

mesmo se pode dizer com relação à temática abordada, cabendo ainda muitos investimentos no sentido de contribuir para a compreensão mais efetiva da não-migração. Ainda merece investimentos a investigação sobre a relação entre a dinâmica demográfica e as relações do homem com a parcela do espaço geográfico representada pelos lugares que ocupa e com os quais convive.

Por último, mas não menos importante, convém sublinhar a importância no Brasil de oportunidades de financiamento à pesquisa acadêmica disponibilizadas por agências como o CNPq²² e a FINEP²³. Sem elas ficaria limitado o desenvolvimento da pesquisa “Desigualdades socioespaciais e descentralização territorial” sediada no Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da UFMG na qual estou inserida e que aglutina mais de vinte pesquisadores, professores e alunos, de várias instituições de ensino superior do país. Sem os recursos da FINEP não seria possível pôr à prova a metodologia de pesquisa estruturada pelo Professor Ralfo Matos, explorar suas potencialidades, verificar suas limitações e contribuir para o seu aperfeiçoamento.

²² O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) é uma agência do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) destinada ao fomento da pesquisa científica e tecnológica e à formação de recursos humanos para a pesquisa no país.

²³ A Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) promove e financia a inovação e a pesquisa científica e tecnológica em empresas, universidades etc.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAENINGER, Rosana. Migrações internas no Brasil: municípios metropolitanos e não-metropolitanos. In: II Encontro Nacional Sobre Migração, 1999, Ouro Preto-MG. **Anais ...** II Encontro Nacional Sobre Migração, p. 535-562. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/2EncNacSobreMigracao/Anais2ENS MigracaoOuroPreto1999p535a562.pdf>>. Acesso em: 20 nov. de 2006.

_____. Novos espaços da migração no Brasil: anos 80 e 90. In: XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, 2000, Caxambu-MG. **Anais ...** XII Encontro Nacional de Estudos populacionais da ABEP. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/Novos%20Espacos%20da%20Imigra%C3%A7%C3%A3o%20no%20Brasil%20Anos%2080%20e%2090.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2007.

BALÁN, Jorge. Urbanização, migrações internas e desenvolvimento regional: notas para discussão. In: MOURA, Hélio Augusto de. (Coord.). **Migração Interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980, p. 845-869.

BERQUO, Elza. A evolução demográfica da população brasileira durante o século XX. In: SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sérgio (Orgs.). **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 14-37.

BIDEAU, Alain. Mecanismos auto-reguladores de populações tradicionais. In: MARCÍLIO, Maria L. (Org.) **População e Sociedade: Evolução das sociedades pré-industriais**. Petrópolis: Vozes, 1984. Pág.47-68.

BRAGA, Fernando Gomes. **Sistema urbano, redes migratórias e integração territorial: um estudo da rede de localidades centrais do Brasil**. 2006. 164f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

BRIGG, Pamela H. As migrações para as áreas urbanas. In: MOURA, Hélio Augusto de. (Coord.). **Migração Interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980, p. 611-690.

CLAVAL, Paul. O papel da nova geografia cultural na compreensão da ação humana. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 35-85.

_____. A paisagem dos geógrafos. In: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Orgs.) **Paisagens, Textos e Identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004, p. 13-74.

CORREA, Roberto Lobato. Geografia cultural: passado e futuro – uma introdução. In: ROSENDAHL, Zeny; CORREA, Roberto Lobato (Orgs.) **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1999, p. 49-58.

COSGROVE, Denis. Geografia cultural do milênio. In: ROSENDAHL, Zeny; CORREA, Roberto Lobato. (Orgs.) **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1999, p. 17-46.

- DAMIANI, Amélia Luisa. **População e Geografia**. São Paulo: Contexto, 2001, 5ª ed.
- DINIZ ALVES, José Eustáquio. **A polêmica Malthus versus Condorcet reavaliada à luz da transição demográfica**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2002. 56 p. (Textos para discussão). Disponível em:
<http://www.ence.ibge.gov.br/publicacoes/textos_para_discussao/textos/texto_4.pdf>
Acesso em: 26 set. 2007.
- ELIZAGA, Juan C. Migrações Internas: evolução recente e situação atual dos estudos. In: MOURA, Hélio Augusto de. (Coord.). **Migração Interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980, p. 539-575.
- GARCIA, Ricardo Alexandrino; MIRANDA RIBEIRO, Adriana de. Movimentos migratórios em Minas Gerais: efeitos diretos e indiretos da migração de retorno, 1970/1980, 1981/1991 e 1990/2000. **Revista Brasileira de Estudos da População**, São Paulo, v. 22, n. 1, 2005, p. 159-175. Disponível em
<<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/4EncNacSobreMigracao/SCI-6.pdf>>.
Acesso em: 19 jul. 2007.
- GEORGE, Pierre. **Geografia da População**. Rio de Janeiro: Difel, 1978, 5ª ed.
- GIOVANINI, Rafael Rangel. **Regiões em Movimento: um olhar sobre a Geografia Histórica do Sul de Minas e da Zona da Mata Mineira (1808-1897)**. 2006. 204f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- GRAHAM, Douglas; HOLANDA FILHO, Sérgio Buarque de. As migrações inter-regionais e urbanas e o crescimento econômico do Brasil. In: MOURA, Hélio Augusto de. (Coord.). **Migração Interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980, p. 733-778.
- GREENWOOD, Michael J. Migrações internas nos Estados Unidos: uma revisão da literatura. In: MOURA, Hélio Augusto de. (Coord.). **Migração Interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980, p. 467-537.
- HOLZER, Werther. Paisagem, imaginário e identidade. In: ROSENDAHL, Z; CORREA, Roberto Lobato (Orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1999, p. 149-168.
- LEE, Everett. S. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, Hélio Augusto de. (Coord.). **Migração Interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980, p. 89-114.
- MARTINE, George; PELIANO, José Carlos. Migração, estrutura ocupacional e renda nas áreas metropolitanas. In: MOURA, Hélio Augusto de. (Coord.). **Migração Interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980, p. 907-947.
- MARTINS, José de Souza. O problema das migrações e a exclusão social no limiar do terceiro milênio. In: _____ **A Sociedade Vista do Abismo: novos estudos sobre inclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 119-137.

MATA, Milton da. Urbanização e migrações internas. In: MOURA, Hélio Augusto de. (coord.). **Migração Interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980, p. 807-844.

MATOS, Ralfo. **Questões teóricas acerca dos processos de concentração e desconcentração da população no espaço**. 1995. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/r12/matos.doc. Acesso em: 18 abr. 2007.

_____. A contribuição dos imigrantes em áreas de desconcentração demográfica do Brasil contemporâneo. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas, v.19, n.1, jan./jun. 2002, p. 49-74. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol19_n1_2002/vol19_n1_2002_3artigo_49_74.pdf. Acesso em: 22 mai. 2007.

_____. (Org.) **Espacialidades em Rede: população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo**. Belo Horizonte: Editora Com Arte, 2005.

MOURA, Hélio Augusto de. Nota Prévia. In: _____ (Coord.). **Migração Interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980, p. 11-16.

MUÑOZ, Humberto; OLIVEIRA, Orlandina de. A migração interna na América Latina: exposição e crítica sobre algumas análises. In: MOURA, Hélio Augusto de. (Coord.). **Migração Interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980, p. 577-610.

OLIVEIRA, Orlandina de; STERN, Cláudio. Notas sobre a teoria da migração interna: aspectos sociológicos. In: MOURA, Hélio Augusto de. (Coord.). **Migração Interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980, p. 245-265.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conceitos básicos, definições e mensuração da migração interna. In: MOURA, Hélio Augusto de. (Coord.). **Migrações Internas: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980, p. 311-354.

PACHECO, Carlos Américo; PATARRA, Neide. Movimentos migratórios nos anos 80: novos padrões? In: I Encontro Nacional Sobre Migração, 1997, Curitiba-PR. **Anais ...** Curitiba: IPARDES/FNUAP, 1998. p.445-462. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/1EncNacSobreMigracao/AnaisENS MigracaoCuritiba1997p445a462.pdf>. Acesso em: 10 out. 2006.

PAIVA, Maria Cristina Silva de; TOMA, Paulo S. A dinâmica populacional da Zona da Mata mineira no período de 1960 a 1990. **Revista Científica da FAMINAS**, Muriaé-MG, v. 1, n. 2, mai./ago. 2005, p. 213-233. Disponível em: http://www.faminas.edu.br/muriae/editora/RCv1n2/dinamica_v1n2.pdf. Acesso em: 12 set. 2007.

PATARRA, Neide. Transição demográfica: novas evidências, velhos desafios. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas, v. 11, n. 1, 1994, p. 27-40. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol11_n1_1994/vol11_n1_1994_3artigo_27_40.pdf. Acesso em: 28 mai. 2007.

- POTENGY, Gisélia Franco. O processo de inserção do migrante na sociedade urbano-industrial. In: MOURA, Hélio Augusto de. (Coord.). **Migração Interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980, p. 871-905.
- RAVENSTEIN, E. G. As leis da migração. In: MOURA, Hélio Augusto de. (Coord.). **Migração Interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980, p. 19-88.
- REDWOOD, John. Reversion de polarizacion, ciudades secundarias y eficiencia en el desarrollo nacional: una vision teorica aplicada al Brasil contemporaneo. **Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos Regionales**. Santiago-Chile: v. 11, n. 32, dez. 1984.
- SALIM, Celso Amorim. Migração: o fato e a controvérsia teórica. In: VIII Encontro de Estudos Populacionais, 1992. **Anais ...** Brasília: VIII Encontro de Estudos Populacionais, p.119-144. Disponível em:
<<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1992/T92V03A07.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2006.
- SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, Hélio Augusto de. (Coord.). **Migração Interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980, p. 211-244.
- TODARO, Michael P. A migração da mão-de-obra e o desemprego urbano em países subdesenvolvidos. In: MOURA, Hélio Augusto de. (Coord.). **Migração Interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980, p. 145-172.
- VAINER, C. B. Estado e migração no Brasil: da imigração à emigração. In: PATARRA, Neide Lopes (Org.). **Emigração e imigração internacionais na Brasil contemporâneo**. São Paulo: Fundo de Populações das Nações Unidas, 1995, p. 41-52.
- VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2003, 2ª ed.
- WEST, D. A.; HAMILTON, J. R.; LOOMIS, R. A. Marco teórico da pesquisa migratória orientada para políticas. In: MOURA, Hélio Augusto de. (Coord.). **Migração Interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980, p. 287-310.
- WOOD, C. H.; CARVALHO, J. A. **A Demografia da Desigualdade no Brasil**. Rio de Janeiro: PNPE/IPEA, 1994.

ANEXOS

Anexo 1 – Fatores de Pesquisa de Campo

FATORES ECONÔMICOS

1. Moradia
2. Transporte
3. Água, Luz e Esgoto
4. Emprego
5. Alimentação
6. Perto de Tudo
7. Tudo é Barato
8. Heranças de Família
9. Bom Salário
10. Aposentadoria
11. Bom Atendimento a Saúde
12. Boa Escola
13. Outro

FATORES GEOCULTURAIS

1. Rio, Córrego, Lago, Represa
2. Mata, Bosque, Parque, Jardim
3. Serra, Colina
4. Céu, Pôr do sol, Nascer do sol
5. Noite e Estrelas
6. Bela Vista, Paisagens
7. Praça, Rua, Avenida
8. Prédio Importante
9. Trecho da Cidade
10. Casa Onde Nasceu
11. Vizinhança e Amigos
12. Bom Clima
13. Outro

FATORES CULTURAIS

A - CULTURA ESPORTIVA

1. Jogos com Amigos
2. Futebol e Outros Esportes

B - CULTURA COMUNITÁRIO-POPULAR

3. Vida Tranquila
4. Festas Juninas e Carnaval
5. Festa Típica e Outras Festas
6. Apego à Família
7. Barraquinhas
8. Artesanato
9. Passeios e Pescarias
10. Bares, Restaurantes
11. Danças, Cantorias
12. Atividade de Teatro/Música

C - CULTURA RELIGIOSA

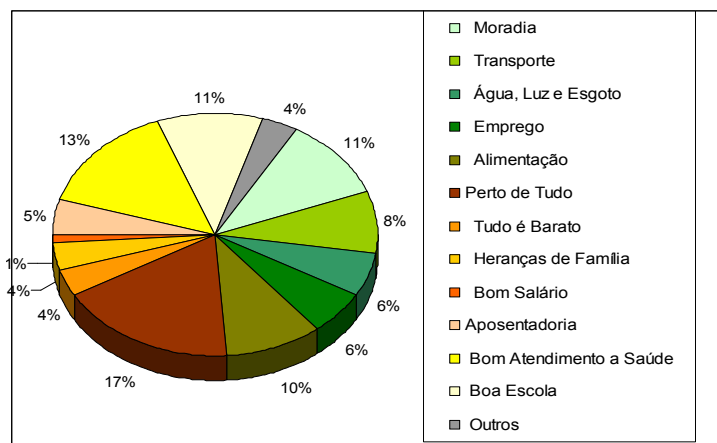
13. Padroeiro da Cidade
14. Festas da Igreja

D - CULTURA CÍVICA:

15. Associação de Bairro
16. Organização (ONGs, Sindicatos ou outra)
17. Partido Político
18. Clube
19. Outro

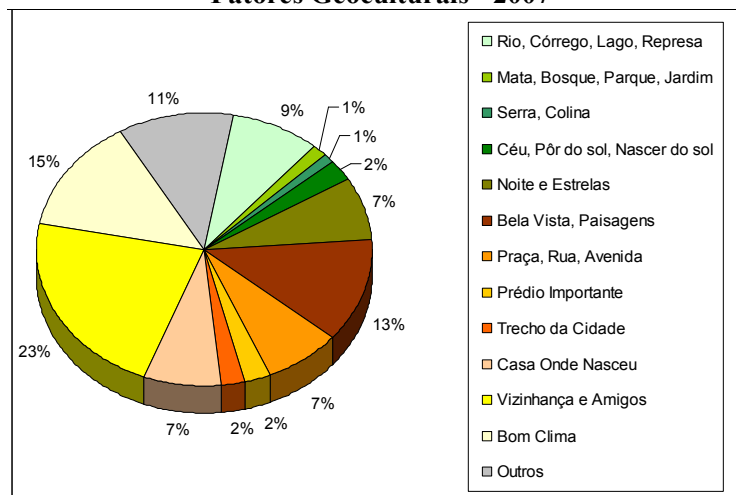
Anexo 2 – Gráficos resultantes da abordagem à população migrante

Fatores Econômicos - 2007



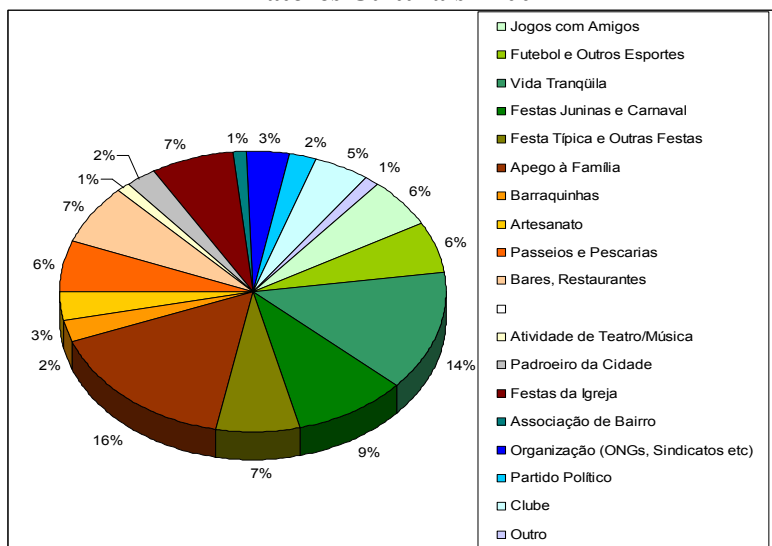
Fonte: Informações obtidas em trabalho de campo (2007).

Fatores Geoculturais - 2007



Fonte: Informações obtidas em trabalho de campo (2007).

Fatores Culturais - 2007



Fonte: Informações obtidas em trabalho de campo (2007).

Anexo 3 – Relatos de Experiências Migratórias

Visando identificar os fatores importantes que atraíram estes migrantes para as pequenas localidades e incentivam a sua permanência no local, desenvolveu-se uma etapa complementar à pesquisa. Após compreender os fatores positivos das localidades sob o ponto de vista deste grupo da população composto por 67 (sessenta e sete indivíduos) que compõem 20 (vinte) famílias, dedicou-se a investigar os motivos apontados como causas dos movimentos migratórios realizados e as diferentes situações dos migrantes nestas localidades.

Considerando a origem dos migrantes entrevistados, mais da metade tem suas raízes nas mesmas localidades onde foram entrevistados. Em alguns casos os próprios entrevistados nasceram na cidade, em outros, os pais ou avós são naturais do local e um número menor de pessoas que se mudou, tem a família do cônjuge como natural da cidade. Esse fator caracteriza tipicamente a migração de retorno dos mineiros que voltam de cidades do próprio estado e de outros estados (São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná) e confirmam as conclusões dos trabalhos de Garcia e Miranda Ribeiro (2005), sobre o movimento migratório de retorno no estado de Minas Gerais, e de Paiva e Toma (2005), a respeito da dinâmica demográfica da Zona da Mata mineira. Percebe-se através das realidades dos entrevistados que a opção de voltar para a localidade de origem ou de residência dos pais e familiares está sempre presente quando vivenciam algum problema na cidade de destino da migração²⁴.

Verificou-se ainda alguns casos de migrantes de origem rural (do mesmo município ou de municípios próximos) se dirigindo a área urbana das cidades. Este fato confirma as informações do crescimento gradativo do grau de urbanização nas três localidades investigadas e da diminuição da população rural ou seu menor crescimento quando comparada ao crescimento urbano.

As pessoas que realizaram migração de retorno para as pequenas cidades tiveram sua experiência migratória em localidades de maior porte: Viçosa, Belo Horizonte, cidades do estado de São Paulo e Mato Grosso. Acrescenta-se ao número dos migrantes

²⁴ Como exemplo desta realidade pode-se citar a seguinte situação, encontrada entre os casos entrevistados na cidade de Piranga: uma família migrou de Piranga, cidade natal da esposa, para Belo Horizonte. Após 10 anos de residência na capital o casal se separou. Para vencer a situação a esposa decidiu voltar com os filhos para a localidade de origem, onde conta com o apoio dos pais. No entanto, o contato com uma cidade maior cria uma expectativa para migrar novamente, quando as condições forem mais favoráveis.

desse tipo de migração, os acompanhantes que não são naturais da mesma localidade, logo não são retornados, como cônjuges e filhos. É o caso de pessoas que se casam e tem filhos nas cidades para onde migraram e que retornam acompanhados pelos membros da família, não naturais da mesma cidade.

Em todos os casos os migrantes buscam melhorar suas condições de vida através dos motivos que conduzem à migração. As pessoas que se mudaram para outra localidade sozinhas ocupam faixas etárias mais jovens (entre 15 e 30 anos), alguns estão em busca de formação profissional e outros em busca de emprego. A maior parte dos entrevistados possui experiência migratória com apenas uma cidade diferente da localidade de origem, havendo alguns casos em que várias migrações foram realizadas, indo e voltando, para um mesmo local.

Os motivos que levaram a mudança de localidade são muito variados e dependem da faixa etária e da condição do migrante. Como visto anteriormente, Elizaga (1980) entende que os motivos para migrar podem ser relativos e dependem do fator pessoal; um mesmo motivo pode ser considerado estímulo ou obstáculo para a migração. Na metade dos casos a motivação central da migração se refere à busca por melhoria das condições de vida, principalmente com relação à procura por emprego e melhor remuneração.

Dentre as vinte famílias que participaram desta etapa das investigações, duas demonstraram maior preocupação com a qualidade de vida, no sentido de valorizar fatores como tranquilidade e menor violência, em detrimento da preocupação com a condição financeira. Estas famílias tiveram experiência com centros maiores onde as realidades encontradas sinalizam um fator de expulsão, embora a qualidade dos empregos possa exercer atratividade, como indicou Matos (2002) ao fazer referência à escassez de postos de trabalho, piora nas condições de vida das famílias, aumento da violência e criminalidade como motivos para inversão da tendência de aglomeração populacional nos grandes centros urbanos. Embora a renda dessas famílias tenha diminuído com a vinda para uma localidade menor essas pessoas consideram que o movimento migratório alcançou seu objetivo.

Duas outras famílias apresentaram como motivo para a migração as melhores oportunidades encontradas na localidade de residência atual, quando comparadas às condições de vida no local de origem da migração. Neste caso, o uso do termo oportunidades inclui possibilidades de emprego, acesso à educação e aos serviços de saúde, possibilidade de ascensão social, acesso a produtos e serviços variados, proximidade de

outras cidades etc. Além disso, as oportunidades a que se referem estes migrantes são avaliadas em comparação com a realidade vivenciada na área de origem (um deles veio da área rural da própria cidade e outro da área urbana de um município ainda menor que a cidade para onde migrou).

Nos demais casos migratórios, várias situações se apresentaram como justificativas para a migração: motivo religioso²⁵, saudades dos familiares residentes nas pequenas localidades (principalmente os pais), separações familiares, tratamento de saúde²⁶ e motivos políticos²⁷.

Também foram encontrados casos típicos de decepção com a experiência migratória quando esta se dirigiu para um centro maior. Nestes casos a migração teve como fator determinante a atratividade exercida pelos grandes centros urbanos e a idéia de que a vida seria mais fácil numa cidade maior que oferece muitas oportunidades²⁸.

Em quase todos os casos verificou-se que já havia um contato anterior dos migrantes no local de destino do movimento migratório. A maior parte dos migrantes contou com apoio de familiares. Quando se trata de pessoas que se dirigiram das pequenas cidades para centros maiores, muitas vezes já havia algum familiar residindo no local de destino, em muitas situações, um irmão. Para os casos de migração de retorno, o apoio familiar também se mostrou importante, ganhando destaque a participação dos pais. Outras vezes a pessoa com quem os migrantes tinham contato se constituía de amigos, conhecidos ou colegas de trabalho. A importância de se ter um conhecido na área para onde se realiza a migração é destacada por Elizaga (1980), já que a existência de uma rede de vinculações

²⁵ Uma família entrevistada na cidade de Ervália atribui seu movimento migratório ao motivo religioso. Eles são missionários de uma igreja protestante e migram com o objetivo de disseminar a sua fé e trabalhar na evangelização. Além da cidade de Ervália, a família manifesta o desejo de migrar indefinidamente para várias localidades impelida pelo mesmo objetivo, e, se possível “*percorrer o mapa do Brasil*” (informação verbal). Gravações de pesquisa de campo realizadas na cidade de Ervália-MG.

²⁶ Dois casos entre os entrevistados alegaram motivo de saúde para a realização do movimento migratório. No primeiro deles, trata-se de dificuldade de acesso a tratamento na localidade de residência anterior (Mato Grosso), o que conduziu ao movimento migratório de retorno, da família, natural da cidade de Ervália. No segundo caso a preocupação com a saúde de um dos membros da família levou seus membros a migrarem da zona rural do município para a área urbana, onde é mais fácil o acesso às unidades de saúde.

²⁷ Membros de uma família migraram da cidade de Viçosa com o objetivo de apoiar a candidatura de um amigo a prefeito da cidade de destino, tornando-se assessores em sua campanha política. Paralelo a este motivo, buscou-se uma melhoria das condições financeiras da família ao ocupar essa função.

²⁸ Em uma das experiências frustradas, uma jovem migrou para São Paulo, contando com o apoio de uma irmã que já morava na cidade. Ela residiu em São Paulo durante três anos e se refere a sua experiência da seguinte forma: “*Fui por curiosidade, todo mundo falava, diziam que São Paulo era muito bom... Procurei um emprego, melhorar de vida, porque eles falavam que lá era tudo fácil... Mas, fácil não é não. Pra mim foi ilusão, foi tudo ilusão, eu prefiro ficar aqui. A vida piorou, nossa!..., piorou muito, muito, muito. Achei ruim quase tudo, mudar não alcançou o objetivo, por isso eu voltei*” (informação verbal). Gravações de pesquisa de campo.

é uma das condições objetivas que intervém na decisão de migrar. O autor apresenta os contatos pessoais dos migrantes com pessoas residentes nos locais de destino como um dos importantes fatores que conduzem à concretização do movimento migratório. A rede de vinculações na qual se apóia a população migrante apresenta uma atuação favorável ao movimento migratório, já que seu principal papel é diminuir a preocupação dos migrantes com relação às condições a serem encontradas no local de destino, ao encaminhamento ao mercado de trabalho e local de residência. Somente em três situações os migrantes entrevistados demonstraram não ter nenhum contato prévio no local para onde foi realizada a migração²⁹.

A alteração da renda a partir da migração também representa um aspecto importante na compreensão do processo migratório. A metade dos entrevistados afirmou que houve melhoria na renda familiar, quase todos entendem que a mudança de localidade alcançou o seu objetivo. No caso dos demais migrantes a renda não apresentou alteração ou piorou e nestas situações a maior parte deles considera que a migração não serviu a seus objetivos. Em alguns casos o objetivo central da migração não era a melhoria das condições financeiras, o que não elimina a possibilidade de ter sido alcançado também este benefício. Quando o motivo norteador da migração não era econômico, os objetivos foram considerados alcançados. Um dos migrantes entrevistados destacou ainda que embora os rendimentos tenham diminuído, considera-se que a renda tenha aumentado, já que o custo de vida diminuiu; com gastos menores, não importa que tenha havido diminuição nos salários. Este fator (aumento do custo de vida nos grandes centros urbanos) também foi considerado por Matos (2002) como um fator de expulsão em relação às cidades de maior porte, devido ao aumento do custo de moradia, (preço de terrenos, impostos, aluguéis etc.), acrescido dos gastos com transporte e segurança.

A propensão para a realização de um novo movimento migratório também foi questionada. A metade dos entrevistados informa seu desejo de migrar novamente. Em alguns casos de população não natural das pequenas cidades que migrou para elas, verifica-se o desejo de realização de migração de retorno, já que consideram não ter alcançado o objetivo ao migrar. Mesmo entre os migrantes que tiveram seus objetivos alcançados,

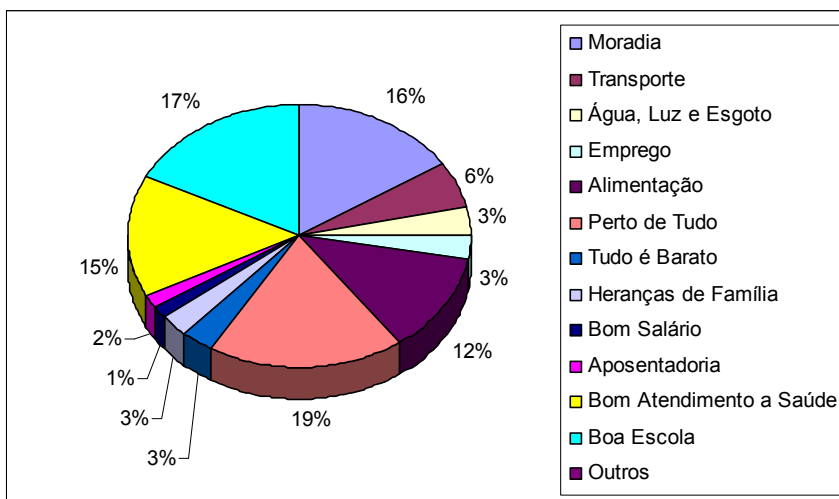
²⁹ O primeiro caso de migrantes que não tinham nenhum contato com familiar ou conhecido no local de destino da migração se refere à família de missionários; embora um contato anterior pudesse facilitar a instalação e adaptação ao novo local, este fator não se manifestou imprescindível, devido ao objetivo religioso da migração. No segundo caso, uma família migrou para uma das pequenas cidades a partir de um anúncio de emprego para o qual um dos membros da família foi contratado. Sendo assim, o contato com algum conhecido não se manifestou imprescindível, visto que os migrantes já possuíam condições de se estabelecerem na cidade. No último caso, um jovem migrou da área rural para a área urbana do mesmo município, onde tinha vários conhecidos, embora não tenha recorrido a ajuda deles para se estabelecer.

verifica-se que ainda permanece o desejo de retornar para o local de origem. Outros entrevistados manifestam o desejo de buscar outros locais onde possam se aperfeiçoar profissionalmente, continuar os estudos ou acompanhar os filhos que vão estudar em outras localidades. O desejo de efetuar um novo movimento migratório se direciona prioritariamente para centros urbanos maiores que os locais de residência atual.

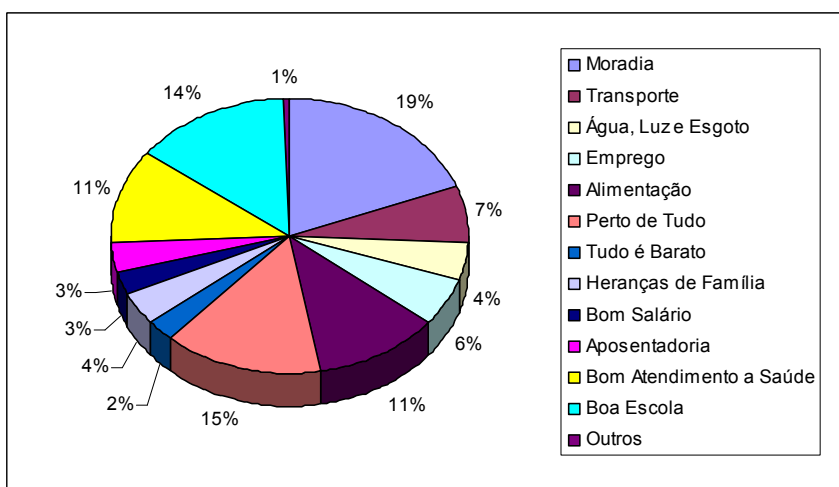
Anexo 4 – Análise Comparada de Resultados por Cidade

FATORES ECONÔMICOS:

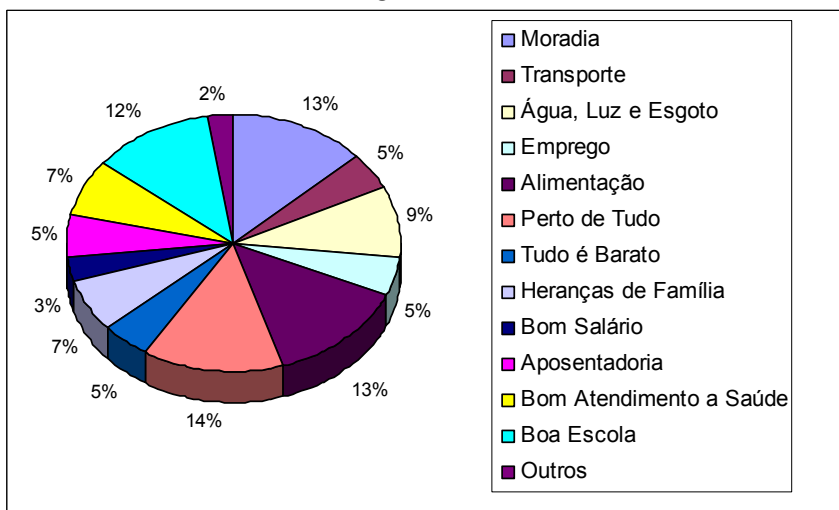
Ervália/MG - 2007



Teixeiras/MG - 2007

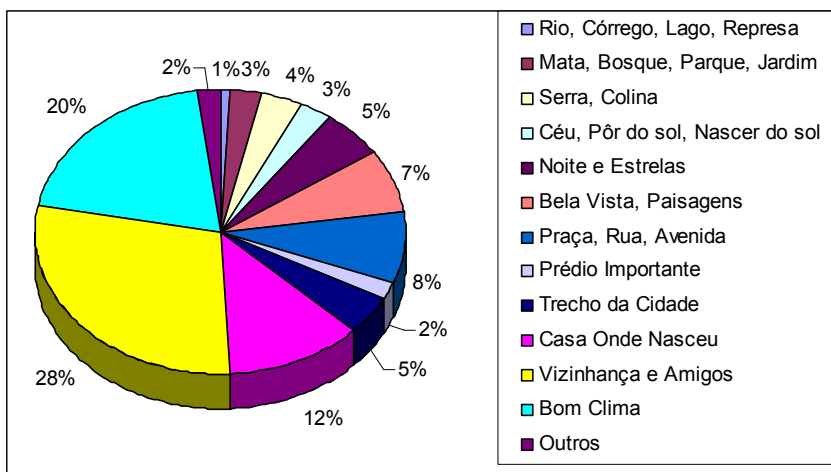


Piranga/MG- 2007

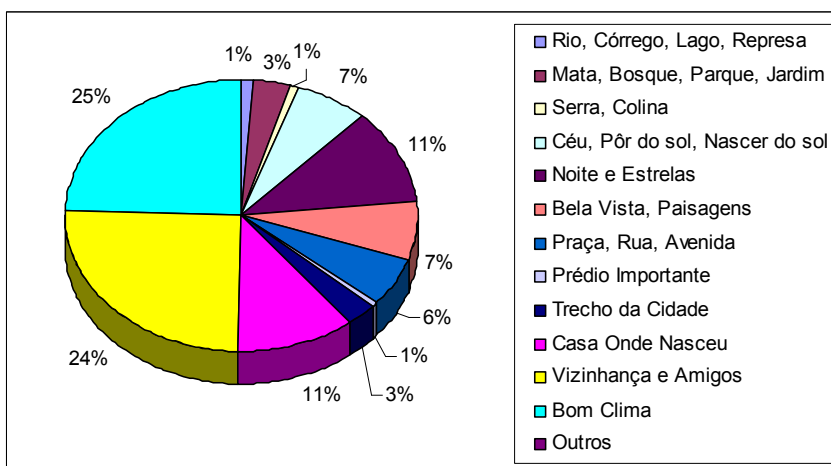


FATORES GEOCULTURAIS

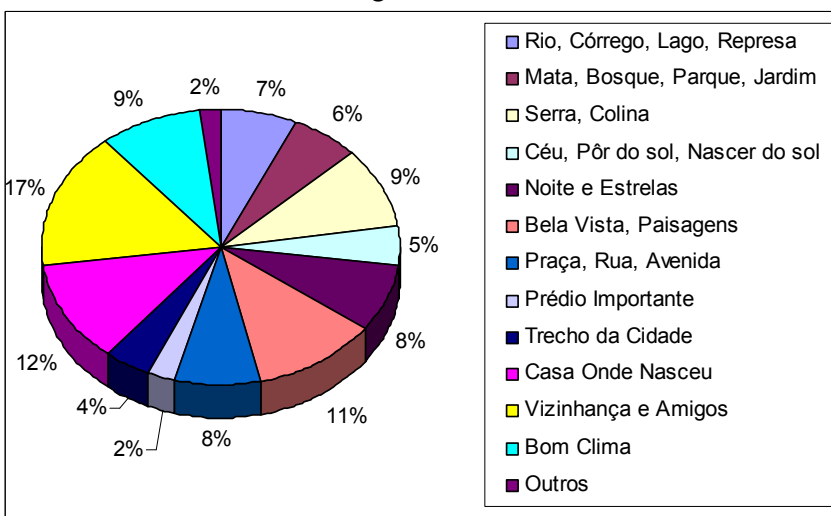
Ervália/MG - 2007



Teixeiras/MG 2007

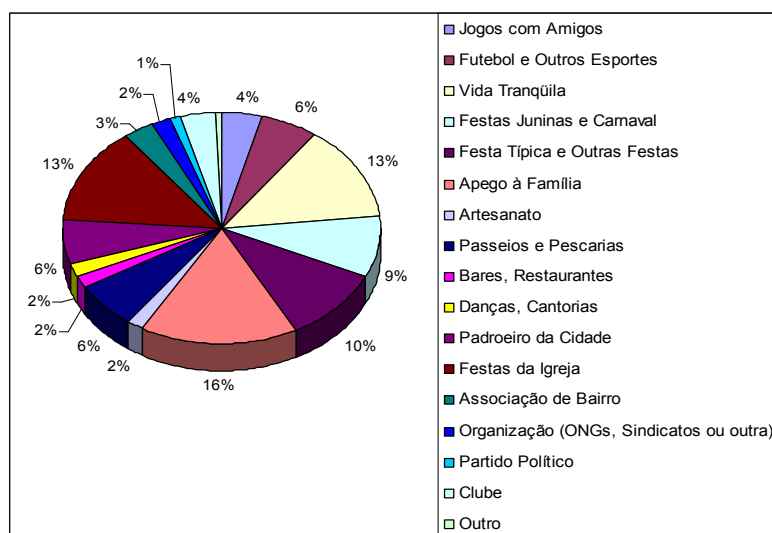


Piranga/MG - 2007

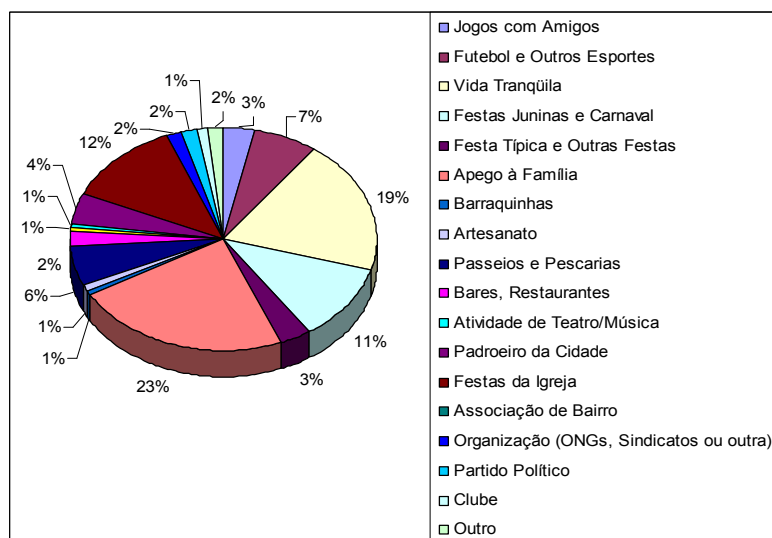


FATORES CULTURAIS

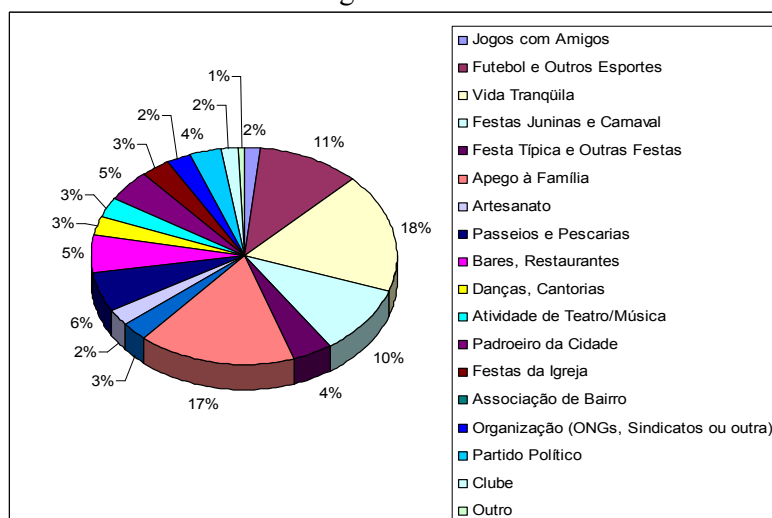
Ervália/MG - 2007



Teixeiras/MG - 2007



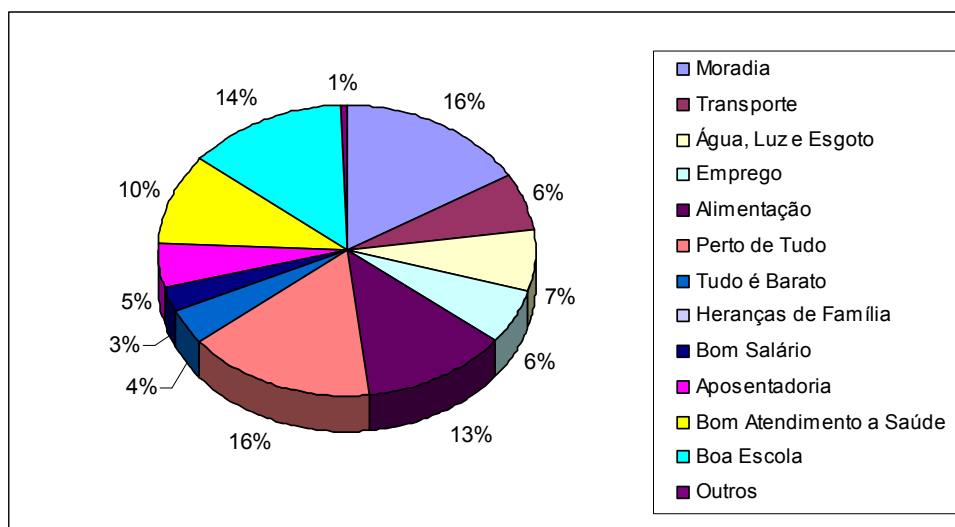
Piranga/MG - 2007



Anexo 5 – Análise Comparada de Resultados por Sexo

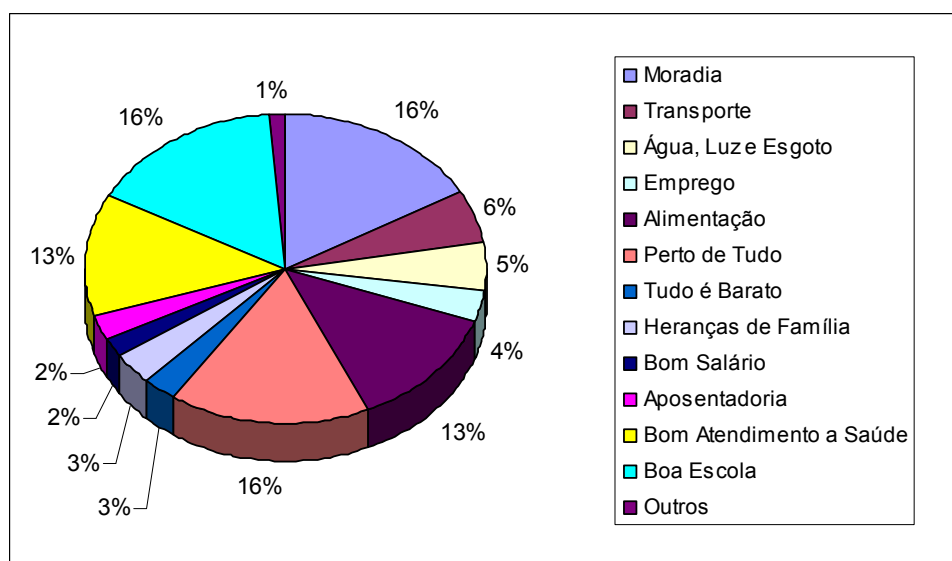
FATORES ECONÔMICOS

Homens - 2007



Fonte: Informações obtidas em trabalho de campo (2007).

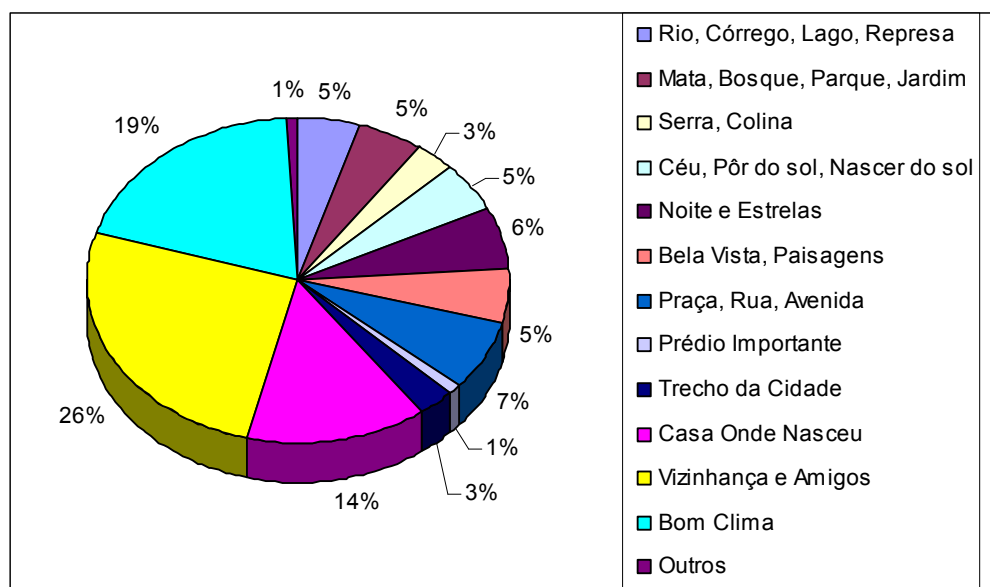
Mulheres - 2007



Fonte: Informações obtidas em trabalho de campo (2007).

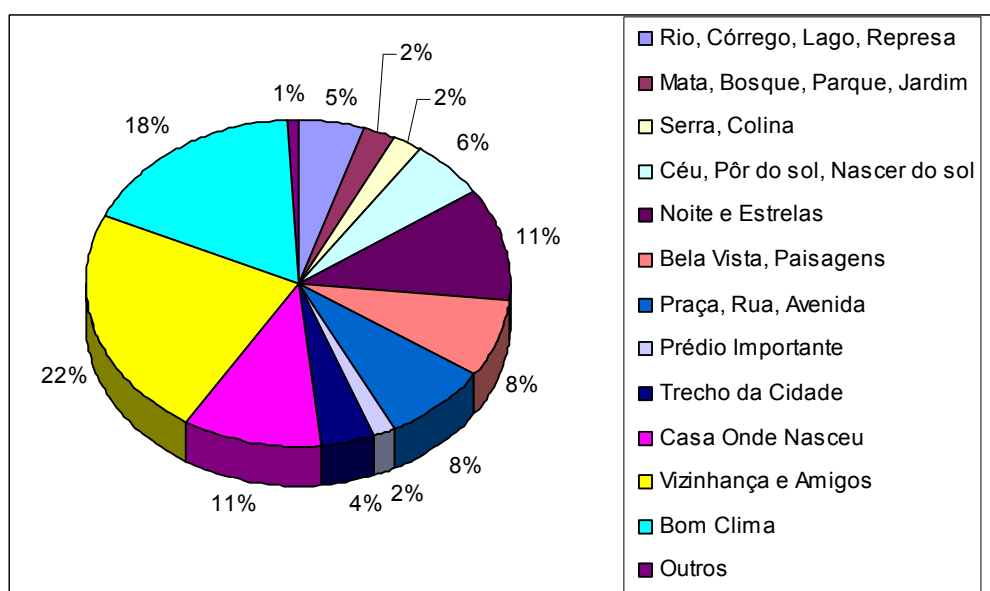
FATORES GEOCULTURAIS

Homens – 2007



Fonte: Informações obtidas em trabalho de campo (2007).

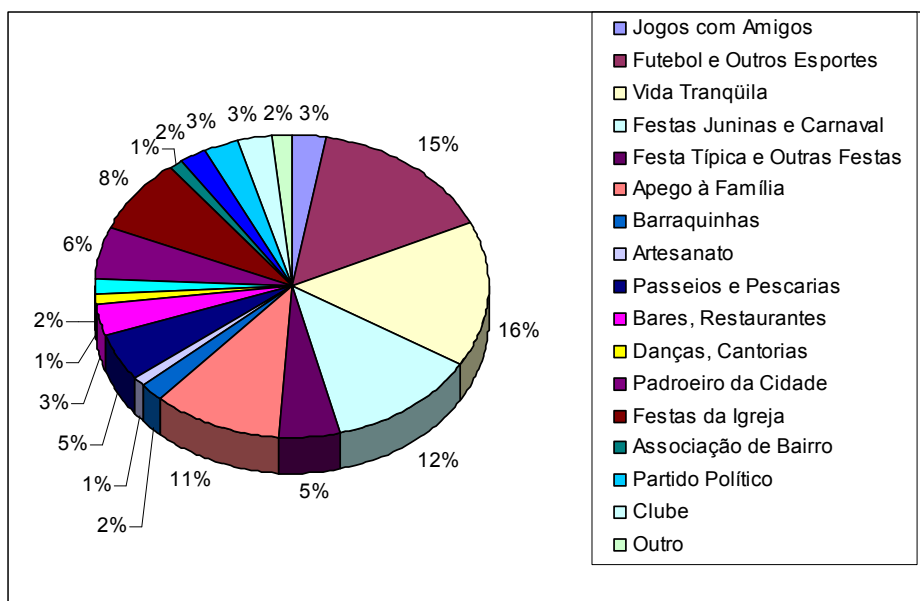
Mulheres – 2007



Fonte: Informações obtidas em trabalho de campo (2007).

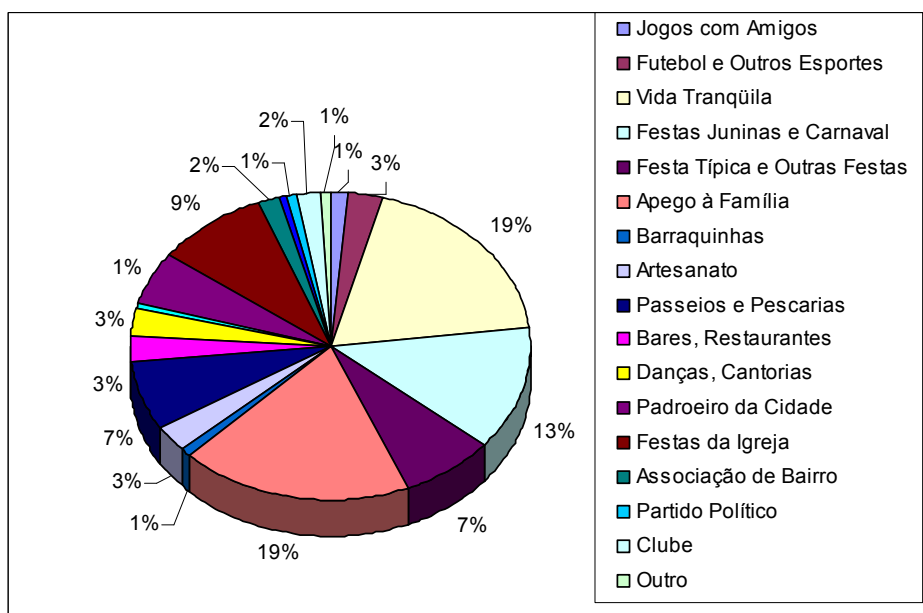
FATORES CULTURAIS

Homens - 2007



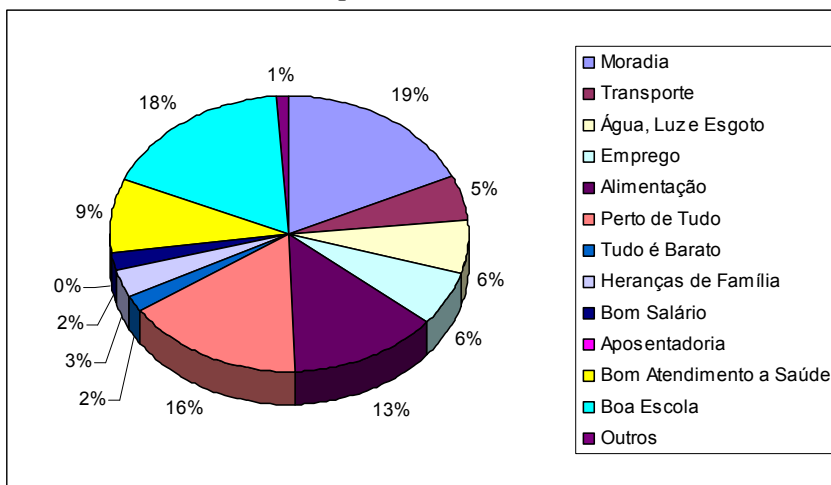
Fonte: Informações obtidas em trabalho de campo (2007).

Mulheres - 2007



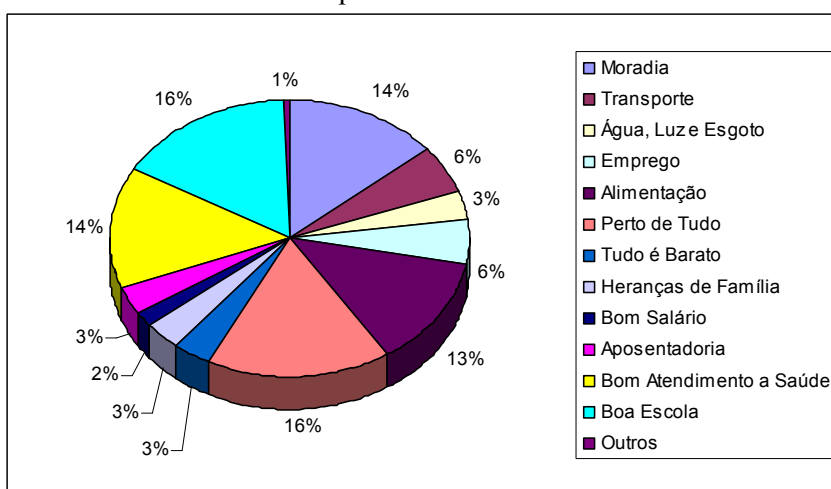
Fonte: Informações obtidas em trabalho de campo (2007).

Anexo 6 – Análise Comparada de Resultados por Grupos Etários
FATORES ECONÔMICOS
 Grupo Etário 1 - 2007



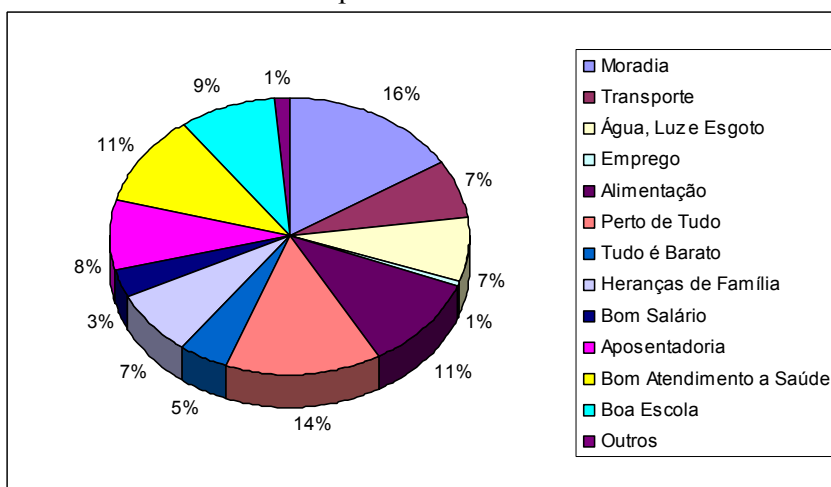
Fonte: Informações obtidas em trabalho de campo (2007).

Grupo Etário 2 - 2007



Fonte: Informações obtidas em trabalho de campo (2007).

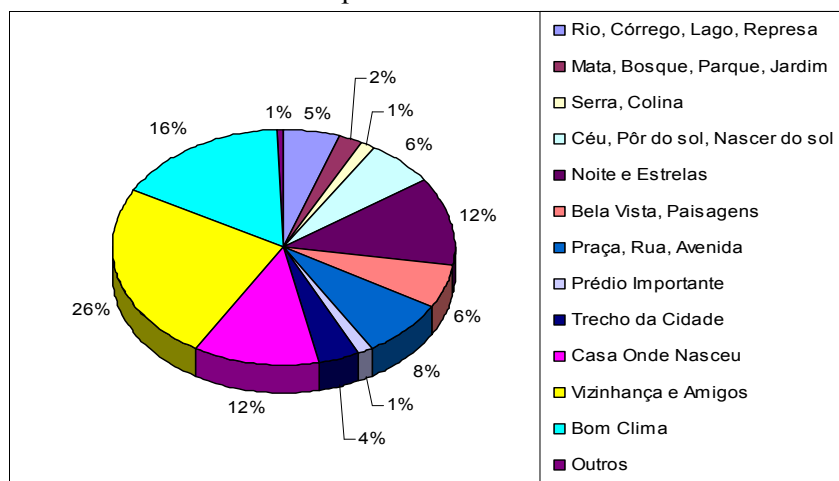
Grupo Etário 3 - 2007



Fonte: Informações obtidas em trabalho de campo (2007).

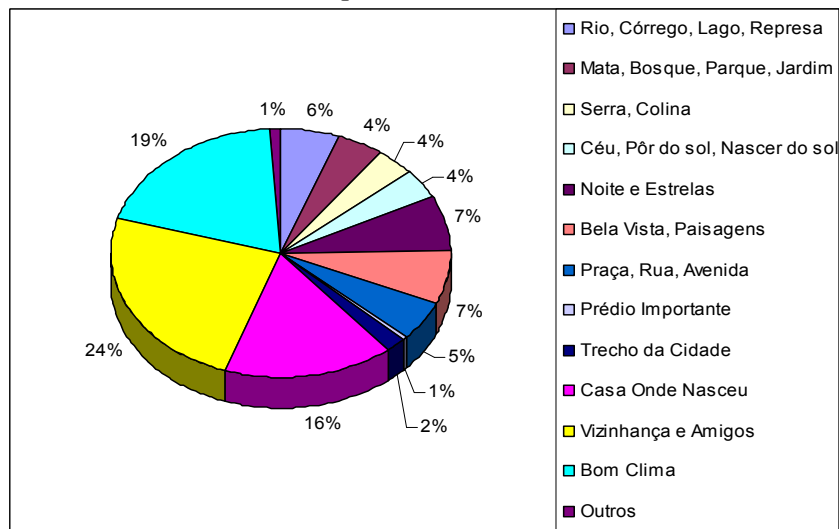
FATORES GEOCULTURAIS

Grupo Etário 1 - 2007



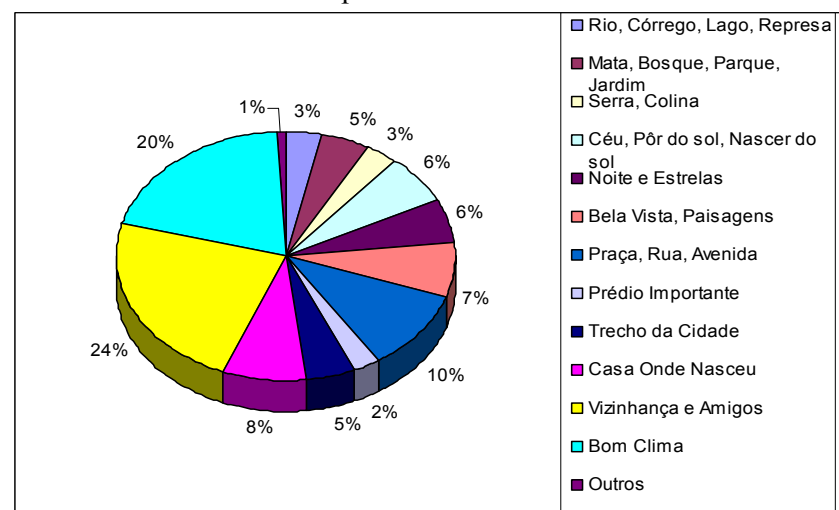
Fonte: Informações obtidas em trabalho de campo (2007).

Grupo Etário 2 - 2007



Fonte: Informações obtidas em trabalho de campo (2007).

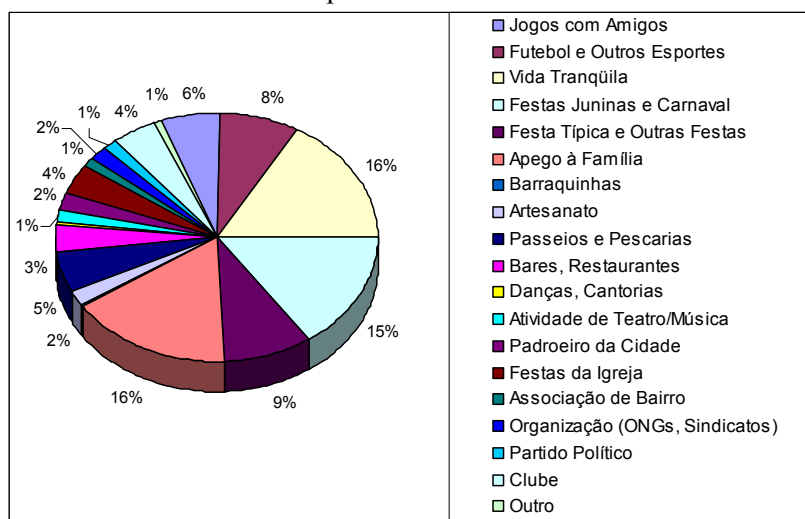
Grupo Etário 3 - 2007



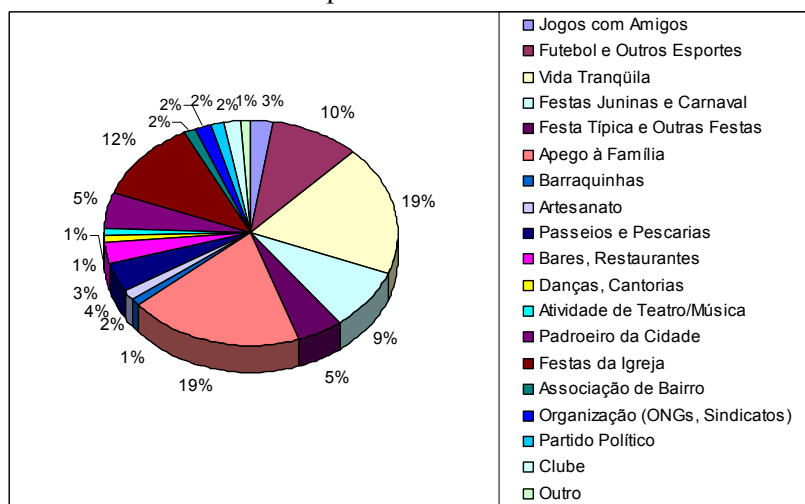
Fonte: Informações obtidas em trabalho de campo (2007).

FATORES CULTURAIS

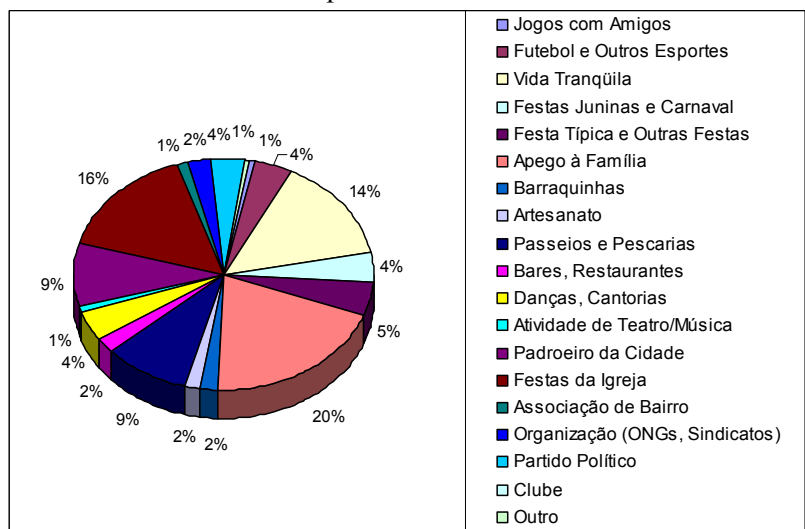
Grupo Etário 1 - 2007



Grupo Etário 2 - 2007



Grupo Etário 3 - 2007



Fonte: Informações obtidas em trabalho de campo (2007).

Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV

T

L769d Lisboa, Severina Sarah, 1981-
2008 Da migração à não-migração: o exemplo de pequenas
cidades da Zona da Mata Mineira / Severina Sarah Lisboa.
– Belo Horizonte, MG: UFMG, 2008.
133f. : il. (algumas col.); 29cm.

Inclui anexos.

Orientador: Ralfo Edmundo da Silva Matos.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Minas Gerais.

Referências bibliográficas: f. 113-116.

1. Geografia da população. 2. Migração interna -
Ervália (MG). 3. Migração interna - Piranga (MG).
4. Migração interna - Teixeiras (MG). 5. Migração
interna - Aspectos sociais. I. Universidade Federal de
Minas Gerais. II. Título.

CDD 22.ed. 304.832308624